

Ana Maria da Silva Moura
Cláudia Santos

Volume 1

História Moderna I





Fundação

CECIE RJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Moderna I

Volume 1

Ana Maria da Silva Moura

Cláudia Santos



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Keila Grinberg

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Maria da Silva Moura
Cláudia Santos

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte
José Meyohas

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Janaína Santana
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araujo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro
Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra
Oséias Ferraz

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M929h

Moura, Ana Maria da Silva.
História Moderna. v. 1 / Ana Maria da Silva Moura, Cláudia Santos. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.
256 p.; 19 x 26,5 cm.
ISBN: 978-85-7648-635-0

1. História Moderna. 2. Renascimento. 3. Capitalismo Comercial. 4. Expansão Comercial 5. Capitalismo mercantil. 6. Sociedades de ordens. 7. Sociedades de classes. 8. Absolutismo. I. Santos, Cláudia. II. Título.

CDD: 930

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

História Moderna I

SUMÁRIO

Volume 1

- Aula 1** – História Moderna como história da transição:
as transformações econômicas e sociais _____ 7
Cláudia Santos
- Aula 2** – História Moderna como história da transição:
as transformações culturais, políticas e religiosas __37
Cláudia Santos
- Aula 3** – Cidade e Renascimento (séculos XIII-XIV) _____65
Ana Maria da Silva Moura
- Aula 4** – Expansão comercial e expansão marítima_____91
Ana Maria da Silva Moura
- Aula 5** – A noção de capitalismo comercial _____121
Cláudia Santos
- Aula 6** – Capitalismo mercantil e grandes descobertas ____ 141
Ana Maria da Silva Moura
- Aula 7** – Capitalismo comercial e estruturas agrárias ____163
Ana Maria da Silva Moura
- Aula 8** – Capitalismo comercial e estruturas sociais _____183
Cláudia Santos
- Aula 9** – Sociedade de ordens e sociedade de classes ____ 209
Ana Maria da Silva Moura
- Aula 10** – Novas estruturas políticas: centralização de
poder e absolutismo _____ 231
Ana Maria da Silva Moura
- Referências** _____ 251

Aula

1

História Moderna
como história
da transição: as
transformações
econômicas e
sociais

Meta da aula

Apresentar as linhas gerais dos processos de transformação das estruturas econômicas e sociais a partir da época moderna.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a noção de transição, frequentemente utilizada para caracterizar esse período histórico;
2. identificar as linhas gerais dos processos de transformação ocorridos na época moderna, no campo econômico;
3. identificar as linhas gerais dos processos de transformação nas estruturas sociais na época moderna.

INTRODUÇÃO

O conhecimento histórico pressupõe certas divisões que refletem o esforço dos historiadores em analisar as transformações das sociedades humanas no decorrer do tempo. Mas essa análise faz-se segundo certos critérios, já que a História, enquanto conhecimento produzido pelo historiador, não se confunde com a história enquanto fluxo dos acontecimentos. A primeira dessas divisões produzidas pelo conhecimento histórico é cronológica. Os historiadores recortam e delimitam certos períodos de tempo, em função de certas diferenças e especificidades. As divisões cronológicas implicam a noção de ruptura: diferenças marcantes entre um período de tempo e outro. Uma das divisões mais conhecidas é aquela que reparte a história em quatro períodos: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Não podemos esquecer que essa divisão privilegia a história do mundo ocidental e da civilização europeia. Assim, a história de outros povos e de outros continentes só são inseridos nesse recorte cronológico quando relacionada à história europeia.

O objeto da nossa disciplina é a História Moderna. E quais são os marcos cronológicos escolhidos para delimitar esse período? Onde acaba a Idade Média e começa a Idade Moderna? Onde termina a Idade Moderna e tem início o mundo contemporâneo? Se, por um lado, o conhecimento histórico impõe essas divisões, por outro lado, os historiadores têm perfeita consciência da dificuldade de se delimitar um período a partir de certas datas e acontecimentos históricos. Pois, se o estudo da história pressupõe a identificação de rupturas, ele implica também a constatação de linhas de continuidades e de permanências entre os diferentes períodos. “Não existe um ponto que possamos dizer tenha marcado a transformação do mundo medieval no mundo moderno” (RUNCIMAN, 2002, p. 11).

Mesmo sabendo que as datas e os acontecimentos indicados para separar os períodos históricos são marcos arbitrários, e que essa divisão em quatro períodos é resultado de uma perspectiva eurocêntrica, o ensino da História ainda se estrutura a partir dessas repartições cronológicas. No entanto, os marcos escolhidos para separar os períodos variam conforme o país, o objeto de estudo e a escola historiográfica.

Frequentemente, os historiadores situam o início da época moderna em meados do século XV, dentro do contexto da expansão marítima. Um dos marcos cronológicos normalmente escolhidos para assinalar o fim da Idade Média é a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, principalmente pela pretendida relação com outro acontecimento “fundador” da época moderna: a chegada de Cristóvão Colombo à América em 12 de outubro de 1492. Em meados do século XV, outros acontecimentos são lembrados como marcos importantes: a invenção da imprensa, com os tipos móveis de Gutenberg (1450-1455), e o fim da guerra dos Cem Anos, também em 1453.



Constantinopla foi a capital do Império Romano do Oriente entre 330 e 1453. Após ter sido tomada pelos turcos em 1453, passou a ser chamada Istambul (nome atual) e se tornou a capital do Império turco-otomano. Desde o século XI, comerciantes venezianos instalados nessa cidade obtiveram privilégios comerciais. Esses privilégios foram estendidos a outros comerciantes italianos, aos genoveses e aos paduanos, mas desencadearam reação da população local que, em 1182, expulsaram os comerciantes estrangeiros. No entanto, a partir da quarta Cruzada, em 1204, os comerciantes italianos se estabeleceram definitivamente em Constantinopla, fortalecendo rotas comerciais regulares entre as cidades italianas e o Oriente. Essa rota comercial que levava as especiarias e outras riquezas do Oriente, impulsionou o comércio marítimo e trouxe inúmeras modificações ao mundo medieval.

A queda de Constantinopla em 1453 foi, durante muito tempo, escolhida pelos historiadores como ponto de demarcação entre a História Medieval e a História Moderna, porque a necessidade de se encontrar outro caminho para as Índias teria impulsionado a expansão marítima e, indiretamente, os grandes descobrimentos. Atualmente, não se atribui a mesma importância à queda de Constantinopla para a expansão marítima, pois, antes de 1453, já estava em curso a exploração de novas rotas marítimas oceânicas: os portugueses, em estreita relação com os comerciantes genoveses, já exploravam a costa da África e, certamente, a partir de 1450, já sonhavam com um novo caminho para as Índias.

No que diz respeito ao fim da História Moderna e início da História Contemporânea, o ensino de História no Brasil adota o mesmo marco escolhido pela historiografia francesa, ou seja, a Revolução Francesa de 1789.

Mas, na nossa disciplina, não vamos tratar de todo esse período, que vai de 1453 a 1789. Normalmente, as grades curriculares dos cursos de História no Brasil adotam uma subdivisão: “História Moderna I” e “História Moderna II”. Essa divisão é cronológica e também temática. Em “História Moderna I”, vamos estudar alguns temas dos quais você certamente já ouviu falar: Expansão marítima e comercial, Mercantilismo, Renascimento, Humanismo, Reforma, Absolutismo. Para estudar esses temas, vamos nos situar, predominantemente, entre os séculos XV e XVII, mas também teremos que voltar no tempo, em plena Idade Média, nos séculos XIV e mesmo no século XIII. Como já vimos, essas divisões – Idade Média, Idade Moderna – dizem respeito às necessidades da disciplina histórica de delimitar períodos em função de certas especificidades. No entanto, essas divisões não devem nos fazer esquecer que todo processo histórico pressupõe não somente rupturas, mas também continuidades. Dizer, com precisão, quando termina a Idade Média e quando começa a Idade Moderna continuará, pois, eternamente, como um desafio para os historiadores.

História Moderna e a ideia de transição

Uma das ideias centrais utilizadas para definir a História Moderna é a noção de transição. Vamos procurar pensar um pouco o que significa compreender certo período histórico a partir dessa ideia?

Que outras ideias estão normalmente associadas a ela? Em primeiro lugar, a ideia de mudança, de transformação. Nesse sentido, quando dizemos que a Idade Moderna pode ser pensada através da noção de transição, estamos querendo dizer que é preciso fazer referência, necessariamente, aos processos de transformação. Desse modo, não seria possível falar do mundo moderno apenas a partir da noção de estrutura, como é o caso predominante no estudo do mundo medieval.

Mas se a ideia de transição implica na de transformação, ela também indica que as mudanças ocorridas nesse período não podem ser entendidas apenas enquanto rupturas. A ideia de transição nos remete à de transformação, mas também à de gradualidade. Nesse sentido, o principal benefício de se servir da ideia de transição, para pensar a Idade Moderna, é que ela nos obriga a fazer referência, a um só tempo, às ideias de transformação e de permanência, respectivamente. Além disso, ela permite pensar que todas as estruturas – sociais, mentais, políticas, econômicas – devem ser pensadas a partir dessa dupla referência às rupturas e às continuidades.

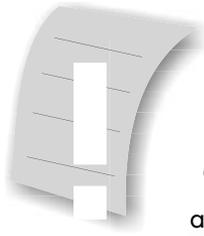
A afirmação de que a Idade Moderna é um período de transição entre a Idade Média e o mundo contemporâneo traz, no entanto, alguns inconvenientes para o entendimento desse período. Por quê? Quando dizemos que a História Moderna é o período da transição do feudalismo para o capitalismo, por exemplo, somos levados a pensar a Idade Moderna, em primeiro lugar, por aquilo que *ela não é*. A Idade Moderna *não é mais* o mundo medieval (feudalismo) e *não é ainda* o mundo contemporâneo (capitalismo). Dessa maneira, somos levados a ignorar a realidade própria desse período e a considerar que a lógica do mundo moderno estaria em

transformar-se no mundo contemporâneo. Esse entendimento estaria relacionado a certa concepção de história como um processo linear e que teria um fim predeterminado. Isto é, a história da humanidade se desdobraria em diferentes etapas, que levariam, necessariamente, ao mundo contemporâneo.

Na nossa disciplina de História Moderna I, vamos caracterizar esse período pela ideia de transformação. Além disso, estaremos compreendendo que todo processo de transformação implica tanto rupturas quanto continuidades. No entanto, evitaremos considerar o mundo moderno a partir da lógica do mundo contemporâneo. Se, por um lado, o estudo da História Moderna privilegia os processos de transformação de todas as estruturas, por outro lado, é preciso não esquecer que esse período possui as suas próprias estruturas, a sua própria lógica e a sua própria ciência. O sentido do mundo moderno não é preparar o advento do mundo contemporâneo.

História Moderna e transformações econômicas

Além das divisões cronológicas, o conhecimento histórico exige outras delimitações. Normalmente, ao tratar de certo período histórico, o historiador divide a sua análise pela consideração dos aspectos econômicos, políticos, sociais, religiosos, mentais etc. Certamente, um mesmo processo ou um mesmo acontecimento histórico pode ser compreendido a partir das suas múltiplas implicações que são, ao mesmo tempo, econômicas, sociais, políticas, mentais etc.



Vejamos, por exemplo, a invenção da imprensa em 1453, que, numa primeira abordagem, pode ser considerada como uma questão essencialmente cultural. No entanto, esse acontecimento não é, nele mesmo, nem econômico, nem político, nem religioso, nem cultural, mas possui implicações em todos esses campos e, portanto, pode ser considerado como protagonista tanto de uma História Econômica quanto de uma História Cultural. Considerada no seu aspecto econômico, será preciso considerar a redução do tempo e do custo necessário à produção do livro na Europa, assim como a emergência de um novo ramo de negócios que se tornará, ao longo do tempo, uma atividade bastante lucrativa. Ao propiciar a maior circulação de livros e da palavra escrita em geral, a imprensa modifica as relações sociais e políticas e também as atitudes religiosas. Tendo sido a Bíblia o primeiro livro impresso por Gutenberg, a nova técnica assume, imediatamente, um significado religioso e político. A impressão da Bíblia será acompanhada de sua tradução em língua vulgar, propiciando que maior número de pessoas tenha acesso às Sagradas Escrituras e, enfraquecendo, conseqüentemente, o monopólio da Igreja sobre a interpretação dos textos sagrados.

Usando a ideia de transição, vamos agora procurar compreender a História Moderna a partir do seu aspecto econômico. Para isso, estaremos caracterizando, em linhas gerais, a economia medieval.

Quando falamos de Idade Média, falamos de feudalismo. O feudalismo, no seu aspecto econômico, nos remete a alguns elementos centrais: uma economia predominantemente agrária, estruturada em torno de relações servis, e com fraca circulação de moeda. O historiador Fernand Braudel (1985) refere-se ao caráter

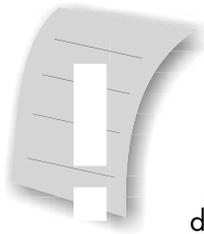
local e à esfera do autoconsumo como elementos-chave para a compreensão do mundo feudal. Ainda que o feudalismo na Europa Ocidental não tenha significado a inexistência de produção de excedentes, de cidades e de comércio, a circulação dessa produção se esgota numa esfera local e praticamente sem o uso da moeda. A produção é predominantemente agrária, e o produtor direto é o camponês. No entanto, o camponês se encontra, majoritariamente, sob relações servis, isto é, deve obrigações ou tributos aos senhores dos domínios territoriais ao qual se encontra vinculado.



O fato de que o camponês seja obrigado a pagar tributos ao senhor não significa que este seja o proprietário das terras. Uma das características fundamentais do processo de feudalização é justamente a desarticulação da propriedade privada. No que diz respeito ao domínio da terra no mundo feudal, pode-se falar de uma multiplicidade de direitos sobre a mesma terra: direitos que se sobrepõem segundo uma hierarquia determinada pelas relações de vassalagem. Mesmo o camponês, obrigado a pagar tributos ao seu senhor segundo relações servis, é, ainda assim, “possuidor” da terra que ocupa tanto quanto os seus descendentes. Na ordem feudal, o camponês está atrelado à terra e deve obrigações ao seu senhor, mas não pode ser desligado desses domínios. Um ditado russo citado por E. P. Thompson em *Costumes em Comum* ilustra bem o estatuto da terra no mundo medieval, que, de forma alguma, pode ser entendido segundo a noção de propriedade privada: “Nós, camponeses, pertencemos ao senhor, mas a terra nos pertence”.

Os camponeses, portanto, produzem para o autoconsumo e para o pagamento de tributos aos senhores. Esses tributos são pagos com dias de trabalho nas terras do senhor – as corveias – ou com produtos agrícolas. Se existem excedentes, eles podem ser comercializados em feiras ou burgos próximos às aldeias camponesas. A existência de cidades, que, desde o século XI, em

boa parte da Europa, lutam por sua autonomia, é justamente uma característica importante do feudalismo do Ocidente.



As lutas das cidades em favor de sua autonomia – os chamados “movimentos comunais” – desempenharam um papel importante na evolução da sociedade europeia do século XI ao século XIV. Até o século X, as cidades da França, por exemplo, estavam integradas ao sistema feudal, já que os seus habitantes, da mesma forma que os camponeses, encontravam-se sob o poder de senhores laicos ou eclesiásticos. A partir do século XI, muitas cidades conseguiram a sua autonomia, ou pelo uso da força ou comprando os seus direitos aos senhores. Os movimentos comunais são vistos como consequência de uma importância crescente da atividade comercial, sobretudo com a retomada de algumas rotas “internacionais”. As cidades que adquiriam sua autonomia política, jurídica e fiscal eram chamadas de comunas e os seus habitantes adquiriam a condição de homens livres. As duas regiões mais importantes do ponto de vista dos movimentos comunais foram a região de Flandres e a Itália.

No entanto, as trocas de excedentes, quando existem, se fazem numa esfera local e praticamente sem o uso de moedas. Normalmente, os domínios territoriais tendem à autossuficiência, produzindo tudo o que é necessário àquele modo de vida.

Isso não quer dizer que o mundo medieval desconheça outras produções e outras profissões. As cidades medievais abrigam diversos tipos de produção artesanal que estão organizadas em corporações: de ferreiros, de carpinteiros, de tecelões etc. A relação entre os membros dessas corporações não é aquela entre um *patrão*,

possuidor dos meios de produção (capital, máquinas) e *empregados assalariados*. Todos os membros da corporação estão sujeitos aos mesmos regulamentos que ordenam todo o processo produtivo – a qualidade da matéria-prima, o número de horas de trabalho, o tipo de técnica empregada etc. – e as relações entre o *mestre* e os *aprendizes*. A hierarquia dentro da corporação de ofício se estabelece na relação com a aprendizagem do processo produtivo, diferentemente da hierarquia existente entre *patrão* e *empregado* que se estabelece em razão da posse dos meios de produção.

O período correspondente à História Moderna se inicia pela transformação dessas estruturas econômicas do mundo feudal, sobretudo na esfera do comércio. No entanto, essas mudanças não se iniciam no século XV – com a queda de Constantinopla –, mas muito antes. Certas modificações importantes na esfera do comércio são visíveis já no século XI, sobretudo a partir da retomada de um comércio regular entre o Ocidente e o Oriente, com o estabelecimento de comerciantes de Veneza em Constantinopla. Esse comércio com o Oriente significa certas rupturas com as formas predominantes do comércio medieval.

Em primeiro lugar, o Oriente produz uma série de artigos desconhecidos no Ocidente: tecidos finos, tapeçarias e as famosas especiarias que vão exercer um verdadeiro fascínio sobre os europeus. Em segundo lugar – e isso é fundamental – esse comércio com o Oriente exige o uso de moedas. As mercadorias do Oriente vão gerar, no comércio das cidades da Europa Ocidental, uma procura cada vez maior por metais preciosos. Em terceiro lugar, essas relações comerciais rompem com o caráter local do comércio medieval. As rotas comerciais estabelecidas entre as cidades italianas e o Oriente vão por sua vez se vincular a outras rotas comerciais no interior da Europa. O comércio assume cada vez mais uma feição inter-regional e “internacional”, distanciando-se daquela conotação local da atividade comercial medieval. Finalmente, a riqueza gerada por esse comércio é inúmeras vezes superior àquela gerada pelo comércio local, típico do mercador medieval. Consequentemente, grandes fortunas vão se formar em torno de certos mercadores e de

certas cidades que assumem, portanto, um novo significado dentro das estruturas econômicas. Em contraste com o comércio local, fracamente monetarizado e gerador de pouca riqueza, surge, no início do século XIII, uma vasta rede de comércio, interligando regiões antes isoladas dentro da Europa ao comércio com o Oriente, com amplo uso de moedas e geradora de imensas fortunas. As rupturas provocadas por essas novas atividades comerciais justificam, segundo certos autores, como é o caso do medievalista Jacques Le Goff, o emprego do termo “Revolução comercial” para designar esse conjunto de transformações.

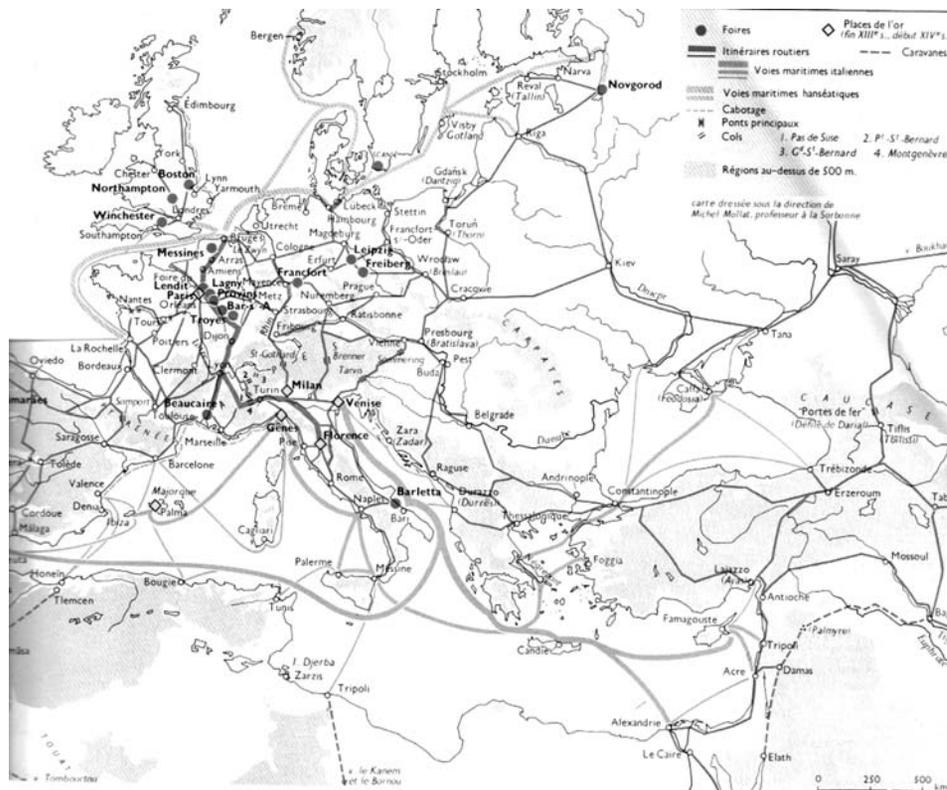
Renascença italiana

Período, entre os séculos XIV e XVI, de grandes mudanças culturais na Europa e que se inicia na Itália. O termo “Renascença” é um termo moderno, do século XVI, e que se torna frequente no século XIX, principalmente a partir dos trabalhos do historiador Jacob Burckhardt. Essa época é principalmente conhecida pela influência da Antiguidade Clássica nas artes e na filosofia e por inúmeros trabalhos culturais, entre eles: os trabalhos literários de Petrarca; os trabalhos de artistas como Miguelângelo e Leonardo da Vinci (RENASCENÇA, 2002).

Essas novas formas de comércio geram novas técnicas e novos métodos. Jacques Le Goff emprega o termo “mercador-banqueiro” para designar um novo tipo de comerciante que, em meados do século XIII, se serve de letras de câmbio, de operações de crédito, de contratos de seguros, de livros-caixa e que se destaca dos comerciantes itinerantes que circulam pelas diferentes rotas comerciais. A partir da sua sede e, sobretudo, através de uma rede de funcionários espalhada por toda a Europa, o “mercador-banqueiro” acumula fortunas e propicia a expansão da atividade comercial através das suas operações de crédito. É o caso dos Médici de Florença, dos Bardi e dos Peruzzi, mercadores-banqueiros que, pela sua riqueza, adquirem projeção nas suas cidades devido à sua capacidade de gerar construções, obras de arte e escolas que, anteriormente dependiam, prioritariamente, do patrocínio da nobreza e do clero. Estamos diante dos mercadores mecenas tão importantes para a **Renascença italiana**.

Essas novas estruturas comerciais geram transformações na produção agrícola e na produção artesanal, provocando rupturas importantes nas estruturas feudais. Além disso, é preciso lembrar que essas inovações econômicas se associam a outros processos de transformação em curso na sociedade, nas relações de poder, na religião etc. O *locus* privilegiado de todas essas transformações

é a cidade, sobretudo aquelas do norte da península itálica que, em 1200, conta com mais de 320 cidades-estado independentes. Além da península itálica, outras regiões da Europa apresentam cidades importantes, como é o caso da região da Flandres e do norte da Alemanha.



No entanto, a importância crescente das cidades e da economia mercantil, com suas novas técnicas e novas fortunas, não deve nos fazer esquecer que a maioria da população europeia continua atrelada ao mundo rural, numa economia agrária que, em muitos casos, permanece sem nenhum vínculo com o mundo do mercado. Fernand Braudel (1985) estabelece uma distinção entre *economia de mercado* e *vida material* que procura dar conta dessas duas esferas que convivem lado a lado durante boa parte do mundo moderno. A *vida material* diz respeito a toda produção e a todo consumo que não chega a entrar no circuito do mercado e que se esgota, portanto, na esfera do autoconsumo da família ou da aldeia, enquanto que a *economia de mercado* pressupõe vínculos com o mercado, extrapolando a esfera do autoconsumo. O mundo

moderno se caracteriza justamente pela coexistência dessas duas dimensões econômicas.

○ que me parece efetivamente primordial na economia pré-industrial é a coexistência da rigidez, das inércias e do peso de uma economia ainda elementar e dos movimentos limitados e minoritários, mas vivos e poderosos, de um crescimento moderno. Por um lado, os camponeses nas aldeias, vivendo de uma forma quase autônoma, quase autárquica; por outro lado, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que, como uma mancha de óleo, vão se fortalecendo, pouco a pouco, e prefiguram já, este mundo em que vivemos (...) ○ perigo reside, evidentemente, em vermos somente a economia de mercado, em a desprevermos com tal exuberância de detalhes que denote uma presença avassaladora, persistente, não sendo ela afinal senão um fragmento de um vasto conjunto (BRAUDEL, 1985, p. 13).



Atende ao Objetivo 1

1. Indique e comente os principais aspectos do processo de transformação da economia medieval, sobretudo a partir do século XIII.

Comentário

Nessa questão, é importante que você demonstre a compreensão das linhas gerais dos processos de transformação na economia medieval a partir da expansão comercial, indicando algumas de suas características, tais como o emprego de moedas, as rotas de longa distância, a conexão entre as diferentes rotas comerciais dentro e fora da Europa, os grandes lucros. Nesse sentido, seria preciso destacar as oposições entre essas novas formas de comércio e o comércio medieval, tipicamente local, com pouca circulação de moedas e com pequena acumulação de riqueza.

História Moderna e transformações sociais

Considerando que a História Moderna corresponde a um período de transformação das estruturas feudais, é preciso – antes de analisar tais alterações no aspecto social – recordar algumas características centrais da sociedade medieval. Segundo os historiadores da Idade Média, principalmente segundo aqueles que trabalham com a “História das Mentalidades”, a sociedade medieval é perpassada, nos seus diversos estratos, pela ideia de tripartição.

De acordo com essa visão, a sociedade seria dividida em três ordens: a do clero, a da nobreza e a dos camponeses. Essa sociedade, assim estruturada, estaria em conformidade com a ordenação divina.

Contrariamente a uma *sociedade de classes*, em que as hierarquias se estabelecem na relação com as riquezas materiais, em uma *sociedade de ordens* é a função que define o lugar social.

Nesse sentido, a sociedade medieval estaria organizada em três funções: a da oração, a da guerra e a do labor.

O clero teria a responsabilidade de zelar pela salvação espiritual de todo o rebanho, já que a vida terrestre, no catolicismo, é vista como passagem e preparação para a vida eterna e, sem a intervenção do clero através das orações e dos sacramentos, não existe salvação possível. A nobreza deveria garantir a segurança da “cidade terrestre” contra os bárbaros e os infiéis. A terceira ordem seria a responsável pela sobrevivência material de toda a sociedade. Preferencialmente, ela seria preenchida pelos camponeses e pelo trabalho agrícola, já que essa sociedade privilegia o mundo rural em detrimento da vida urbana. Mas também estariam aí os artesãos e os comerciantes, já que a eles caberia, do mesmo modo, garantir a sobrevivência material do “rebanho”.

Conforme essa visão da sociedade tripartida, todas as funções – dos que oram, dos que guerreiam, dos que laboram – são essenciais para a manutenção da vida terrestre segundo os desígnios de Deus. Então por que elas estão dispostas hierarquicamente numa estrutura piramidal? Nessa sociedade, permeada pelos valores do catolicismo, a salvação espiritual, numa vida eterna, é entendida como o fim último da existência humana. Nesse sentido, os que zelam por ela ocupam uma posição superior àqueles que cuidam da sobrevivência material. No que diz respeito à sobrevivência material, ela seria garantida, em primeiro lugar, pela nobreza. Esta, através do manuseio das armas, permitiria a segurança da “cidade terrestre” e, conseqüentemente, as condições para que o camponês, através de seu labor, alimentasse todo o rebanho.

Podemos, sem dúvida, objetar que essa visão da sociedade é uma farsa construída pelas classes dominantes para encobrir uma realidade de exploração econômica. Sem dúvida, os camponeses são os únicos produtores diretos e a economia feudal repousa, por inteiro, no trabalho dessa parcela da população. Certamente, as revoltas camponesas, que são uma constante tanto no período medieval quanto no período moderno, apontam para uma sociedade

conflituosa. Uma sociedade que é conflituosa, tanto pelas oposições entre senhores e camponeses, quanto pelos antagonismos entre uma nobreza – voltada para a guerra e ávida por novos territórios, e setores da Igreja, interessados em neutralizar os valores guerreiros e em diminuir o poder dos nobres. No entanto, a existência de conflitos sociais não nos deve fazer ignorar que os valores e interpretações criadas pelos diferentes grupos sociais têm uma realidade própria, irreduzível à nossa visão de mundo. Como, na nossa sociedade, a riqueza possui um lugar central, e a dimensão econômica parece explicar e determinar todas as demais esferas, somos tentados a explicar as outras sociedades da mesma forma. Se na sociedade medieval os camponeses trabalham para os senhores (laicos ou eclesiásticos), somos levados a pensar que todas as ideias servem apenas para encobrir essa exploração.

Antes de aceitar essa interpretação, seria preciso levar em conta algumas questões, já que a história, enquanto disciplina, pode ser também um esforço de compreensão do *outro*, daquele que pensa e age diferentemente de nós.

A civilização medieval concede um lugar central à vida religiosa devido à influência exercida pelo cristianismo. Certamente, existem diferentes interpretações sobre o cristianismo e não existe homogeneidade nesse aspecto. As crenças e manifestações religiosas, mesmo dentro do quadro do catolicismo, conhecem diferenças regionais, sociais etc. Os **movimentos heréticos**, que são uma constante na história medieval, indicam disputas e controvérsias no interior da Igreja.

Ainda assim, é preciso admitir que a ideia de salvação exerce uma grande influência nessa sociedade. Tanto no mundo medieval quanto em boa parte do mundo moderno, a dimensão econômica não é vista separadamente das outras esferas da vida humana e é perpassada por questões religiosas. Nesse sentido, para compreender o funcionamento dessa sociedade e os seus próprios conflitos, é preciso levar a sério essa dimensão religiosa.

Outro ponto relevante é o valor atribuído às riquezas. Como já falamos anteriormente, a economia medieval, até o século XII,

Movimentos heréticos

Nome dado a um conjunto de práticas e ideologias de contestação à Igreja católica que se disseminaram no fim do século XII na Europa, principalmente na França (no sul) e na Itália (no norte e no centro). Esses movimentos se basearam na ideia de pobreza e de simplicidade do culto, como forma de se alcançar a salvação. A partir do momento em que a Igreja católica identificou neles perigo e ameaça, foram chamados de heresias. Nesse contexto, os principais movimentos heréticos foram os cátaros e os valdenses. O Concílio de Latrão VI, em 1215, teve como principal objetivo combater as heresias, em particular, a dos cátaros (MOVIMENTOS, 2002).

conhece uma fraca circulação de mercadorias e as diferenças materiais entre os diferentes grupos sociais são menos marcantes do que aquelas do mundo moderno. Os castelos medievais não são nenhum exemplo de riqueza, de luxo e de conforto. Além disso, a nobreza medieval se define pela função da guerra, muito diferente da nobreza do mundo moderno que vai se definir cada vez mais pela ociosidade. A riqueza material não é propriamente o elemento mais importante de distinção entre os grupos sociais. Sem negar os conflitos sociais e as explorações econômicas, seria preciso, ao mesmo tempo, levar em consideração as concepções de mundo geradas pelos próprios homens medievais.

Segundo essas concepções, a Terceira Ordem deveria ser preenchida majoritariamente pelos camponeses. Na sociedade idealizada segundo essa ideologia das Três Ordens, pouca importância se atribui ao trabalho do comerciante. A função exercida por ele é uma função secundária, já que a autossuficiência dos domínios territoriais e das aldeias camponesas é o objetivo a ser alcançado. Além disso, a Sociedade de ordens seria regida pelo princípio da estabilidade e não pela mobilidade entre os grupos.

No século XIII, diante da riqueza gerada pelas cidades e pelos mercadores, um dos teólogos e filósofos mais representativos da época, Santo Tomás de Aquino, reafirma os fundamentos das hierarquias tradicionais, minimizando, ao mesmo tempo, o papel do comércio numa sociedade ordenada segundo os desígnios divinos. Nesse sentido, ele distingue dois tipos de comércio: o necessário e o supérfluo. O comércio necessário leva a uma determinada região gêneros que ela não possui, mas que são indispensáveis para a sua sobrevivência, como por exemplo, o sal para as regiões distantes do mar. Esse comércio tem um lugar, ainda que marginal, na ordenação social. O segundo tipo de comércio não possui nenhuma justificativa do ponto de vista da sobrevivência e, por isso, não possui um lugar dentro da sociedade. Ao contrário, esse tipo de comércio é, segundo Santo Tomás de Aquino, uma fonte de vícios e de corrupção. Trata-se

justamente do comércio das especiarias e das sedas, gerador das maiores fortunas da Europa daquela época.

Outro aspecto importante que devemos considerar, quando falamos da sociedade medieval, é a posição do indivíduo. Muitos medievalistas definem o mundo medieval pela organização corporativa da sociedade.

O que isso quer dizer? Contrariamente à nossa sociedade organizada em torno do indivíduo, na sociedade medieval o “ser individual” só tem existência em relação a um grupo ou corporação.

Essa afirmação parece muito estranha para nós, já que no nosso mundo, todas as relações (políticas, sociais, familiares etc.) se estruturam a partir do indivíduo que, desde o seu nascimento, destaca-se dos demais membros da família e da sociedade, recebendo um nome, uma data de nascimento, uma certidão de nascimento etc.

No mundo medieval, a vida da corporação é mais importante do que a existência individual, já que é ela, através dos seus regulamentos, que ordena a vida dos indivíduos. As **guildas**, os domínios territoriais, as aldeias camponesas, as ordens religiosas, os mosteiros são algumas das diversas corporações que organizam a sociedade medieval enquanto uma sociedade de corpos (corporativa) e não de indivíduos.

Quando falamos que a época moderna corresponde a um período de transformação das estruturas sociais, estamos considerando então a mudança dessa sociedade de ordens que é, ao mesmo tempo, uma sociedade de corpos.

Sociedade do Antigo Regime: uma sociedade de classes?

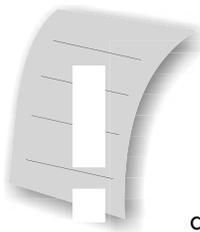
As transformações econômicas assinaladas na primeira parte da aula originam-se nas cidades, a partir de um tipo de profissão

No mundo medieval, as **guildas** são grupos criados por acordo e consentimento dos seus membros e, nesse sentido, são associações livres.

As *guildas* tem por objetivo o auxílio mútuo em caso de indigência, incêndio e naufrágios. “Trata-se de um sistema de socorro mútuo, destinado a remediar todas as situações de angústia, oferecer uma proteção recíproca e uma assistência social em sentido amplo.” As mais antigas guildas profissionais são as dos mercadores itinerantes, no começo do século XI (GUILDAS, 2002).

muito pouco valorizada no mundo medieval, a de mercador. A cidade e a atividade de mercador, sobretudo no comércio do supérfluo e no comércio à longa distância, geram muita riqueza e propiciam ao comerciante um destaque econômico que o típico mercador medieval, vinculado a um comércio local, não possuía. Será que o poder econômico do comerciante vai levá-lo a um lugar de destaque na sociedade e vai modificar as estruturas sociais que concediam a ele um lugar apenas marginal? É possível que a sociedade de ordens, perpassada por novas estruturas econômicas, se transforme numa sociedade de classes, em que o critério de hierarquização é a riqueza e não mais as funções e o nascimento? Podemos dizer que os antagonismos decorrentes dessa relação entre novas formas de riqueza e antigas estruturas sociais é um dos pontos cruciais do mundo moderno. Para dar conta dessa complexidade no terreno das estruturas sociais, será preciso fazer referência às particularidades de cada região da Europa, já que as transformações sociais seguem ritmos e sequências muito diferentes na França, na Inglaterra, Itália etc.

As mudanças que assinalamos anteriormente, no que diz respeito às novas formas de comércio, começam, sobretudo, pela “periferia” do mundo feudal, isto é, pelas regiões menos importantes no que diz respeito à civilização medieval, como é o caso da Península Itálica.



Os reinos da França e da Inglaterra são o centro dessa civilização medieval. É especialmente na França que se desenvolvem as duas grandes expressões dessa civilização: a arte gótica e a filosofia escolástica, cujo apogeu se situa entre os séculos XII e XIII.

A Península Itálica foi, durante boa parte da Idade Média, o palco das disputas entre o Papado e o Sacro-Império Romano Germânico.

Essas disputas territoriais, assim como a presença de um grande número de cidades-estado desejosas de manter sua autonomia, são responsáveis pela existência, em particular, no norte da Península Itálica, de estruturas sociais e políticas muito diferentes daquelas dos centros do mundo medieval.



Sacro-Império Romano Germânico é o nome dado, a partir do século XV, ao Império da Europa Central, fundado em 962 por Oton I, o Grande, e dissolvido em 1806. Durante boa parte da Idade Média, os Imperadores do Sacro-Império lutaram contra o Papado e suas aspirações à supremacia.

Apesar de suas aspirações a reinar sobre toda a Europa, o Imperador só era, de fato, reconhecido na região da Alemanha, dividida em inúmeros principados e cidades. Essa luta entre o Sacerdócio e o Império dividiu a Europa em campos antagônicos: um que defendia que “todos os reinos e todos os reis deviam estar submetidos a um único império e a um único imperador cristão”, no caso, o Imperador do Sacro-Império; um segundo partido que pretendia que o Império fosse apenas o braço secular do Papado; um terceiro campo que prega a separação entre o poder temporal e o poder espiritual, sem que um esteja submetido ao outro. O norte da Península Itálica se torna, sobretudo a partir do século XII, a principal frente de batalha das pretensões imperiais contra o Papado. Essas lutas acabam enfraquecendo o Império que conhece, então, o fortalecimento do poder dos príncipes. No século XIV, após a derrota contra o Papado, o Imperador renuncia formalmente às suas ambições de dominação da Península Itálica, mas pela “Bula de Ouro”, decretada 1356, o Imperador não depende mais da aprovação do Papado. No entanto, a afirmação de uma autonomia em relação à aprovação do Papado é acompanhada do aumento do poder dos príncipes. De agora em diante, é um conselho de eleitores (formado por oito príncipes) que elege o Imperador. Ao contrário, o título de príncipe permanece hereditário. Além disso, a Bula de Ouro estipula que os príncipes têm o poder de constituir exércitos, de cunhar moedas, de fazer a justiça e de criar impostos. Em consequência disso, o poder do Imperador se torna, cada vez mais, um poder nominal, mas nem por isso o título de Imperador deixa de oferecer prestígio e *status*. No início da época moderna, o título de Imperador será disputado, em eleição, por Francisco I da França e Carlos I da

Espanha. Esse último se tornará Carlos V, o último grande imperador do Sacro-Império. Em razão das alianças entre a dinastia dos Habsburgo, à qual pertencia Carlos V, e os reinos de Castela e Aragão – que, a partir de 1479, formam a Espanha – o Imperador do Sacro-Império se tornará, ao mesmo tempo, Imperador da Espanha, dos territórios ao Sul da Itália (Sicília, Sardenha) pertencentes a Aragão, da América, dos Países Baixos e da região da Alemanha. Nesse sentido, o Império é uma peça importante para a compreensão do mundo moderno.

As cidades do norte da Itália, periferia da civilização medieval, tornam-se, a partir do século XIII, lugar de riqueza e de inovações devido à importância crescente do comércio. Os mercadores dessas cidades, através de redes de comércio que se espalham por toda a Europa, tornam-se muito importantes do ponto de vista da riqueza que são capazes de acumular. A partir dessa nova riqueza, eles se tornam capazes de “competir” com a nobreza no que diz respeito ao poder de edificar, de manter serviços, de encomendar “obras de arte”, de embelezar as cidades. A visão medieval de uma sociedade estruturada em três ordens, certamente, não era atraente para muitos dos moradores das cidades italianas. Mas, se a riqueza do comércio gerava fascínio e prestígio, ela provocava, ao mesmo tempo, desconfiança e conflitos. Se o comércio é capaz de trazer o luxo, a riqueza e o poder, ele pode também gerar mudanças sociais e instabilidade numa sociedade que, em alguns de seus setores, se quer estruturada segundo uma hierarquia imutável.

As cidades do Norte da Itália constituem-se, no período que vai do século XIV ao século XVI, não só como centro irradiador de transformações econômicas, mas também de mudanças políticas, sociais e culturais. É o período que se convencionou chamar, segundo uma terminologia criada no próprio século XVI, Renascença ou Renascimento. Essas cidades renascentistas recolocam na ordem do dia a discussão política sobre o governo da cidade e sobre as qualidades do bom governante. Voltando-se para a Antiguidade Clássica e considerando-se, por isso, como responsáveis pelo

“renascimento” da verdadeira civilização, as cidades reafirmam a dimensão política como elemento essencial do homem, assim como os antigos que definiam o homem como “animal político”. Nesse sentido, a vida da cidade e o destino do homem não são mais entendidos como simples resultados da Divina Providência, mas como produtos da relação conflituosa entre a liberdade humana (espaço da virtude) e a fatalidade do destino.

Dentre os diferentes temas do debate político travado na cidade, as transformações sociais ocupam um lugar central. A possibilidade de mobilidade social cria, nas cidades italianas, um embate crucial no período renascentista entre os partidários de uma nova organização social e os adversários de toda modificação da sociedade de ordens.

Se a riqueza do comércio transforma a sociedade de ordens, ela não provoca sua imediata ruína, já que os valores atribuídos ao comércio e ao comerciante não se modificam com a mesma rapidez que as estruturas econômicas. Mesmo para os comerciantes, muitas vezes o comércio é considerado mais como um meio do que como um fim. Isso implica em considerar que as habilidades necessárias à atividade comercial – cálculo, previdência, capacidade de acumular etc. – não são vistas enquanto qualidades em si mesmas, mas apenas como meios para a obtenção de riquezas que, por sua vez, são vistas como um meio para a ascensão social. Por esse motivo, muitos comerciantes, em diferentes partes da Europa, vão trilhar um caminho que, do ponto de vista exclusivamente econômico, tem muito pouco sentido: após a acumulação de fortunas em atividades comerciais ou financeiras, o comerciante vai buscar o *status* e o prestígio, através da compra de terras, de cargos e de títulos de nobreza.

Certamente, a história social da época moderna pode ser compreendida a partir dessa tensão, entre uma concepção de sociedade hierarquizada segundo uma ordem imutável e uma realidade social cada vez mais modificada, pela ascensão de novos grupos e pela elaboração de novos valores. Essa história social terá ritmos e conotações diferentes, conforme a região da Europa e dependendo do período.

Ao mesmo tempo em que a riqueza gerada pelo comércio produz novas formas de cultura e novas estruturas de poder, as sociedades se mantêm atreladas a certos mecanismos de hierarquização social e a certo conjunto de concepções e valores. Se certo número de comerciantes poderá rivalizar em riqueza com os maiores da nobreza, financiando reinos e impérios, nem por isso o valor atribuído ao comércio se modificará de imediato. A chamada *sociedade do Antigo Regime* exprime uma nova ordenação social, assim como novas relações de poder. Em certas regiões da Europa, como no caso da França e da Espanha, ela pressupõe um novo tipo de nobreza gravitando em torno de um rei, que ocupa um lugar cada vez mais central e centralizador. Esse poder centralizador, por sua vez, só é possível a partir dessas novas formas de riqueza surgidas a partir das cidades e do comerciante que, no entanto, na maioria dos casos, só pode ascender socialmente dentro de uma sociedade de ordens. Isto é, para que o comerciante se torne um nobre, é necessário que, antes de tudo, ele passe a viver como um membro da nobreza, o que significa a posse de terras e a possibilidade de viver de rendas geradas pelo trabalho camponês. Na França e na Espanha, exige-se desse novo rico o abandono da profissão de comerciante para a aquisição do título de nobreza. Aliás, o fato de que os títulos de nobreza sejam vendidos pelos reis como forma de aumentarem suas receitas é mais um signo da transformação social em curso.

A sociedade do Antigo Regime, expressão construída para designar essas sociedades do mundo moderno, é inteiramente diferente da sociedade medieval, mas, nem por isso, representa o fim da sociedade de ordens. Num certo sentido, as sociedades do Antigo Regime exprimem a reação à emergência de uma sociedade de classes. Diferentes mecanismos são criados para impedir que a riqueza seja o único critério de distinção social. Na França, essa reação, sobretudo dos nobres, cria uma distinção entre a velha nobreza – a nobreza de espada – e a nova nobreza – “a nobreza de toga”.

Nessas sociedades do Antigo Regime, qual é a posição do indivíduo? Elas representam o fim de uma sociedade de corpos? Uma das maneiras de contar a história do Renascimento, do ponto de vista cultural, artístico e filosófico, é justamente afirmando o papel desempenhado pela valorização do indivíduo nesse movimento. As cidades italianas, mais uma vez, estariam à frente de um movimento de renovação, dessa vez, em relação à posição do indivíduo na sociedade. Diferentes historiadores, aliás, compreendem que esse movimento de valorização do indivíduo é mesmo anterior ao período renascentista e pode ser detectado em diferentes processos, aparentemente, sem conexão uns com os outros, mas todos eles apontando para uma ênfase maior na existência individual. Em primeiro lugar, é preciso fazer referência ao fato de que a salvação prometida pela religião católica é uma salvação individual. Essa dimensão individual da salvação terá cada vez mais destaque na teologia cristã, assim como nas práticas religiosas, sobretudo a partir do século XIII. Em segundo lugar, nota-se a retomada do direito romano, também no quadro das cidades italianas a partir do século XII e XIII, que desconhece a realidade jurídica das corporações e postula o indivíduo como único ente do direito. Para alguns historiadores, a retomada e difusão do direito romano seriam um dos elementos mais importantes na dissolução da ordem feudal.

Esses processos que conduzem a uma valorização maior do indivíduo na sociedade significa o fim da sociedade corporativa? Aqui, mais uma vez, é preciso fazer referência à ideia de que todos esses processos de transformação implicam rupturas, mas também continuidades. Do ponto de vista das estruturas sociais, a História Moderna pode ser lida como a história dos antagonismos e dilemas entre uma sociedade de indivíduos e uma sociedade de corpos. A emergência do indivíduo como objeto filosófico e jurídico, assim como o estabelecimento de práticas religiosas e políticas voltadas para a existência individual não implicam na desarticulação da sociedade corporativa. Se a história desse período pode ser lida através da noção de valorização do indivíduo, ela também deve ser

compreendida como resistência da sociedade corporativa contra a dissolução dos vínculos corporativos.



Atende ao Objetivo 3

2. Identifique e comente os principais aspectos do processo de transformação das sociedades medievais a partir do movimento de expansão das cidades e do comércio.

Comentário

Nessa questão, é importante que você demonstre a sua compreensão em relação a dois aspectos principais. Por um lado, é preciso fazer referência à sociedade medieval como uma sociedade de ordens e uma sociedade de corpos e, por outro lado, é preciso indicar os problemas trazidos a essa sociedade pela ascensão de grupos urbanos ligados à atividade comercial. Nesse sentido, é importante que você demonstre o entendimento de que a sociedade do mundo moderno – dita Sociedade do Antigo Regime – é o resultado de certas mudanças na sociedade de ordens, não significando, no entanto, a sua transformação numa sociedade de classes.

CONCLUSÃO

O estudo da época moderna deve, necessariamente, orientar-se pela ideia de transformação, já que as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do mundo medieval são afetadas, no seu conjunto, por movimentos que levam a alterações significativas dessas estruturas. Nessa aula, procuramos indicar as principais mudanças que atingem a economia medieval a partir da expansão de uma economia urbana e comercial. Essas mudanças estão na origem de novas estruturas econômicas que se caracterizam pela importância crescente do comércio, do uso da moeda e das operações de crédito. No entanto, essas novas estruturas não significam o fim das estruturas agrárias da economia medieval.

Na segunda parte da aula, procuramos mostrar de que forma essas novas estruturas econômicas geram impasse e conflitos na sociedade medieval, definida como uma sociedade de ordens e de corpos. Esses conflitos e impasses modificam a sociedade de ordens sem, no entanto, transformá-la numa sociedade de classes. Nesse sentido, procuramos assinalar a complexidade característica desse período da história que, talvez mais do que qualquer outro, deve ser entendido a partir da dupla referência à ideia de ruptura e de permanência.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Em 1516, o inglês Thomas Morus publica o seu livro *A utopia*. Na primeira parte desse livro, Thomas Morus apresenta alguns aspectos que acredita que sejam característicos da sociedade inglesa. Suas descrições e argumentações nos indicam uma sociedade em franco processo de transformação. Leia a passagem que se segue e comente a posição do autor

em relação à nobreza inglesa. Compare este discurso com aquele que legitimava a divisão social em três ordens, característica da sociedade medieval:

A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres ociosos, que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorchando os reideiros até a carne viva. Não conhecem outro gênero de economia. Mas tratando-se, ao contrário, de comprar um prazer, são pródigos (...) E não menos funesto é o fato de arrastarem consigo uma turba de lacaios sem estado e incapazes de ganhar a vida (MORE, 1984).

Resposta Comentada

Na sua resposta, você deve indicar as diferenças entre o discurso de Thomas Morus e o discurso que legitimava a sociedade de ordens. Thomas Morus define a nobreza não pela função da guerra, mas principalmente pela ociosidade e, nesse sentido, ele associa a 2º ordem ao desperdício e à miséria pública.

RESUMO

Essa aula tratou da definição e delimitação da História Moderna em relação a outros períodos da História e discutiu os benefícios e os inconvenientes da ideia de transição. Em seguida, foram indicadas as linhas gerais do processo de transformação das estruturas econômicas e sociais do mundo medieval.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, acompanharemos os processos de transformação das estruturas culturais, políticas e religiosas.

Até lá!

Aula 2

História Moderna
como história
da transição: as
transformações
culturais, políticas
e religiosas

Meta da aula

Caracterizar os processos de transformações culturais, religiosas e políticas na Idade Moderna.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar a noção de laicização nos processos de transformação do período moderno;
2. comparar as estruturas políticas e culturais do mundo medieval com as do mundo moderno.

Pré-requisito

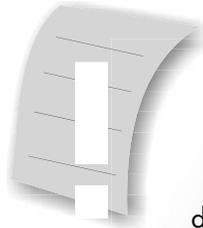
Recomendamos que você tenha sempre em mãos um bom dicionário de língua portuguesa, como o *Dicionário Houaiss* ou o *Dicionário Aurélio*.

INTRODUÇÃO

Você deve perceber que, no mundo atual, as mudanças são muito rápidas. Novas tecnologias tornam os computadores, os telefones e meios de comunicação obsoletos muito rapidamente. Também as palavras, através das gírias, e as roupas, através da moda, tornam visíveis as mudanças na nossa sociedade. Na verdade, tudo muda: nossas crenças, nosso entendimento do mundo, nossas maneiras de fazer as coisas. Isso é uma característica das sociedades e da nossa humanidade. Nessa aula, vamos destacar os principais movimentos de transformação ocorridos no período moderno nos aspectos cultural, religioso e político.

Antes de tudo, é preciso fazer referência ao fato de que o mundo medieval tinha, como uma de suas principais características, a centralidade da vivência religiosa. Para o homem medieval, nenhuma das esferas da vida humana – econômica, social, política – que estamos habituados a distinguir nitidamente, inclusive com um saber específico para cada uma delas (a economia, a sociologia, a ciência política) possuía verdadeira independência em relação à experiência religiosa. A percepção religiosa do mundo define o mundo medieval, ainda que seja necessário fazermos referências aos diferentes significados atribuídos aos termos centrais do cristianismo, como salvação, pecado, Igreja etc. Por um lado, a Igreja se estrutura para salvaguardar a unidade da experiência religiosa em toda a cristandade, instituindo os dogmas, oficializando certas interpretações do cristianismo e recusando outras como heréticas. Por outro lado, isso não impede a existência de diferentes representações da vida religiosa, segundo os estratos sociais e profissionais (o camponês ou o intelectual das universidades medievais, por exemplo) e segundo as diferentes regiões da Europa. Essa multiplicidade de experiências religiosas – amálgamas diferentes de processos de cristianização e de permanências de estratos pagãos – não deve, no entanto, nos levar a minimizar o significado da unidade católica. Apesar dos movimentos heréticos, essa unidade se mantém durante toda

a Idade Média. Como nos mostra John Bossy, a unidade católica pode ser melhor apreciada através da referência ao cotidiano, à marcação do tempo no calendário, nas festas religiosas, nos jejuns, nas peregrinações etc.



John Bossy, no seu livro *A cristandade no Ocidente (1400-1700)* nos dá o exemplo da importância da Quaresma para toda a cristandade, apesar das diferenças locais no que concerne às práticas alimentares e profissionais. “Para qualquer adulto saudável e normalmente ocupado, a Quaresma eram realmente quarenta dias de desolação (...) O próprio jejum parece ter sido, durante bastante tempo, o uso mais profundamente enraizado deste período. Consistia na proibição absoluta, desde Quarta-feira de Cinzas até ao Sábado de Aleluia, incluindo aos domingos, do consumo de carne, e não foi alvo de qualquer restrição antes da Reforma.”

Um dos aspectos centrais do Mundo Moderno é justamente a emergência de fissuras definitivas nessa unidade religiosa. Além disso, alguns campos de saber vão pouco a pouco ganhando autonomia em relação aos significados religiosos. Mas isso não significa o fim da percepção religiosa do homem e do mundo. Mais uma vez, é preciso fazer referência à ideia de transição, implicando tanto rupturas quanto permanências.

A noção de laicização

Com muita frequência, a época moderna é caracterizada através da noção de laicização. O que isso significa? Segundo os dicionários contemporâneos, laicizar significa “tornar laico ou leigo; excluir o elemento religioso ou eclesiástico de organização estatal, do ensino etc.”

Como já foi dito, o mundo medieval pode ser definido pela centralidade da experiência religiosa e pela ausência de separação entre os diferentes aspectos da existência humana. Definindo a época moderna pela noção de laicização, concluiremos que esse período implicou uma ruptura com essa concepção religiosa do mundo.

Aqui, devemos retomar a nossa discussão sobre as vantagens e desvantagens do uso da ideia de transição para o entendimento da História Moderna. Se fizermos uso da ideia de transição e da noção de laicização, sem maiores ressalvas, poderemos ser levados a compreender o mundo moderno apenas como um estágio para o advento do mundo contemporâneo, em que a separação entre o laico e o religioso e entre a ciência e a fé, está inteiramente realizada. Por um lado, a referência à laicização e à transição serve para o entendimento da época moderna como processo de transformação que implica rupturas com as estruturas medievais no que diz respeito à centralidade da experiência religiosa. Sem dúvida, o período em questão pode ser identificado pela diminuição do poder da Igreja Católica e pela emergência de múltiplos saberes e concepções em confronto com essa mesma Igreja. Por outro lado, esse processo não significa o afastamento ou a exclusão de interpretações religiosas do mundo e da natureza humana; pelo contrário, as ciências do mundo moderno estão amparadas na existência de Deus e nos valores cristãos, ainda que em confronto direto com os métodos e referências dos teólogos medievais. As preocupações religiosas não estão, de forma alguma, ausentes da visão de mundo do homem moderno. Tzvetan Todorov, no seu livro *A conquista da América*, ao analisar os relatos de Colombo sobre as suas primeiras viagens

ao novo continente, refere-se a essa lógica moderna inerente à personalidade de Colombo. Ao mesmo tempo em que o navegador se ampara em dados “científicos” extraídos da observação e da experiência, acreditava, com a mesma firmeza, nos dados da fé e nas afirmações da Bíblia. A partir da noção de laicização, não devemos concluir que a lógica do Mundo Moderno consiste em preparar o advento do Mundo Contemporâneo. O Mundo Moderno possui a sua própria lógica, que não é a do homem medieval, assim como não é, de forma alguma, a do homem contemporâneo.

As transformações culturais e religiosas

Vamos agora identificar as transformações havidas no campo do saber e da cultura, levando em consideração o fato mencionado anteriormente: no mundo medieval, a cultura, o saber e a religião encontram-se indissociavelmente ligados.

Para analisar as transformações ocorridas no Mundo Moderno, nós estaremos examinando o campo do saber a partir de três eixos: o da produção, o da sua difusão e o dos seus principais conteúdos.

Antes de tudo, é preciso fazer distinção entre o saber produzido no âmbito de uma cultura letrada e os saberes produzidos na esfera de uma cultura oral. A maior parte da população medieval está integrada numa cultura que não faz uso da escrita e da leitura, mas produz e difunde os seus saberes através da linguagem oral. A escrita e a leitura são atividades de poucos, cuja maioria é ligada à Igreja. Os medievalistas assinalam o afastamento da nobreza em relação a essas atividades “das letras” porque são consideradas como práticas que efeminam. Essa nobreza que valoriza a força física, o manuseio das armas, o domínio da montaria e a coragem nos combates, vê com muito mau olhos o conjunto de gestos e hábitos necessários à prática da escrita e da leitura. O mundo dos camponeses, com suas práticas agrícolas e seus conhecimentos sobre o clima, as doenças, as técnicas etc., faz uso da linguagem oral para

a transmissão desses saberes ao longo das gerações. Portanto, para considerar as transformações no campo da cultura, é preciso fazer referência a este duplo registro: o da oralidade e o da escrita.

No entanto, na maioria das vezes, quando indicamos as transformações culturais do Mundo Moderno, assinalamos principalmente aquelas que dizem respeito à cultura letrada. Para isso, fazemos referência ao Renascimento como um movimento de ideias que se estrutura em torno de certos eixos centrais: a valorização do homem e do indivíduo, o antropocentrismo etc. Durante muito tempo, o Renascimento foi pensado exclusivamente a partir da cultura letrada. Mais recentemente, os historiadores têm procurado discutir esse contexto a partir da referência tanto à cultura letrada quanto à cultura oral. Essa abordagem tem propiciado interpretações bastante interessantes e menos restritivas, principalmente pelo fato de que levam em conta os saberes da grande maioria da população. Ainda que um dos fatos da época moderna seja a difusão mais ampla da palavra escrita, não se pode ignorar o fato de que a imensa maioria da população permanece atrelada à cultura oral. Portanto, é bastante instigante essa perspectiva, que procura trabalhar as transformações do Mundo Moderno nessa intercessão entre a cultura letrada e a cultura oral.



Sobre as relações entre cultura oral e cultura letrada, podemos citar dois livros importantes: *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, e *Cultura popular na Idade Moderna*, de Peter Burke.

Depois de termos indicado a distinção entre tipos de cultura e assinalado a necessidade de se entender esse contexto a partir dessa dupla referência, é preciso, agora, indicar as principais transformações culturais ocorridas no período moderno.

Como indicamos anteriormente, a produção do saber, na sua forma escrita, durante boa parte do Mundo Medieval, é realizada no âmbito da Igreja: nos conventos, nos mosteiros e, partir do século XII, nas universidades. A difusão desse saber depende inteiramente dos copistas – homens da Igreja, empenhados na tarefa de reprodução dos textos escritos. Os mosteiros foram, durante um longo período, o lugar privilegiado da produção e da difusão da escrita. Inclusive, foram os copistas medievais os responsáveis pela conservação e difusão dos textos da Antiguidade.

E qual é o conteúdo dessa escrita produzida e difundida pelos homens da Igreja? Certamente, é preciso falar de vários campos de conhecimento: a Física (estudos sobre a Natureza), a Medicina, o Direito, a Filosofia, a Retórica etc. No entanto, existe uma hierarquia rígida entre esses diversos campos de conhecimento. Todas essas ciências devem estar a serviço do mais importante conhecimento produzido pelo homem, a Teologia. Todos os saberes – a Física, a Moral, o Direito, a Medicina – tratam do mundo das criaturas, enquanto a Teologia procura dar conta do plano da criação. A Teologia tem Deus como objeto. Se Deus é o objeto da Teologia, poderíamos pensar que só existe uma verdade teológica possível. Entretanto, a noção de discussão (*disputatio*, em latim) é fundamental na construção desse saber medieval, sobretudo a partir da retomada dos textos de Aristóteles a partir do século XII e da escrita de Abelardo. Isso significa aceitar a contradição e a dialética como essenciais à construção do saber. Portanto, a Teologia e a **Escolástica** – apesar de considerarem que a verdade é absoluta e única – admitem a multiplicidade de caminhos para alcançá-la, já que o conhecimento possível ao homem é sempre limitado e imperfeito.

Escolástica

Vem do latim *schola*, escola. Trata-se de uma filosofia desenvolvida e ensinada nas Universidades da Idade Média visando a reconciliar a filosofia antiga, principalmente aquela de Aristóteles, com a teologia cristã. A Escolástica é também um método, baseado no estudo e no comentário dos textos religiosos e profanos considerados fundamentais e autorizados pela Igreja católica. Alguns dos principais filósofos da Escolástica são: Abelardo, Hugo de São Victor, Tomás de Aquino, Duns Scot e Francisco Suarez.



Quando uma série de assassinatos começa a ocorrer num mosteiro italiano no século XIV, muitos acreditam ser obra do diabo. Outros encontram relações entre os crimes e o livro do Apocalipse, numa clara indicação de que o fim do mundo estava próximo. William de Baskerville, um frade franciscano, chega ao mosteiro com seu ajudante, e, juntos, procuram os responsáveis pelas mortes, usando instrumentos heréticos: o fato e a razão. Baseado na obra-prima homônima de Umberto Eco, o filme *O nome da Rosa* é uma viagem pelo cotidiano de um mosteiro medieval e retrata também o universo dos copistas e intelectuais daquela época, com suas tensões, suas paixões e sua curiosa religiosidade.

Multiplicidade de interpretações não quer dizer, no entanto, que cada homem seja livre para procurar e alcançar a *sua* verdade sobre Deus. Para o homem medieval, a procura da verdade e o caminho para a salvação só existem no seio da Igreja: não existe nem salvação nem verdade fora da Igreja. Embora não exista uma única Teologia, existe, entretanto, uma estrutura única de produção de todo o conhecimento. De fato, a verdade não é produzida pelo homem; ela se encontra nas Sagradas Escrituras, o lugar da verdade revelada aos homens. Cabe aos teólogos interpretá-las. Conhecer é interpretar, mas nem todas as interpretações são admitidas. À Igreja, como instituição, caberia referendar as interpretações legítimas e proibir, pela condenação, as “falsas” interpretações. Além disso, a interpretação dos textos sagrados deve ser conduzida pelos homens da Igreja e embasada nos textos já referendados pela própria Igreja, instituídos como “autoridades”. É o caso dos textos de Santo Agostinho e dos Santos Padres. Os teólogos medievais produzem, portanto, interpretações diferentes sobre a Bíblia e os textos das

autoridades, mas segundo certas regras comuns e sob o controle da Igreja, que exerce o poder de condenar certas interpretações.

Para falar das transformações dessas estruturas medievais do ponto de vista da produção, da difusão e do conteúdo do saber, é necessário, mais uma vez, nos voltarmos para as cidades italianas do século XIII.

A atividade mercantil das cidades italianas engendrou, além de riqueza econômica, novas técnicas, novos conhecimentos e, principalmente, a expansão da escrita fora dos círculos da Igreja.

O comércio das cidades italianas traz várias inovações em relação ao típico comércio medieval; entre elas, a necessidade da escrita. Esse novo comércio é inseparável da prática da leitura e da escrita, já que pressupõem os livros-caixa, as letras de câmbio e os contratos entre mercadores referendados no direito escrito. Além disso, por se tratar de comércio a longa distância, impulsiona os estudos de Cartografia e o de novos idiomas. Em torno dessa nova experiência mercantil, surge também um conjunto de novos saberes apoiados na experiência da escrita: Cartografia, Direito, produção de Dicionários, Contabilidade, Aritmética etc. Ao contrário da produção do saber nas Universidades medievais, apoiada no uso do latim, esses novos saberes difundidos nas cidades italianas são produzidos em língua vulgar, a língua falada. Os mercadores, interessados em produzir e transmitir esses novos saberes, vão apoiar o surgimento de escolas voltadas para o ensino desses novos conhecimentos na língua vulgar e não mais no latim.

Esse novo campo de produção de conhecimento através da escrita surge atrelado à cidade e às suas necessidades mercantis. Além disso, alguns desses saberes alimentam a luta política das cidades italianas pela autonomia em relação ao Império e ao Papado, como é o caso do estudo do direito romano, que encontra na Universidade de Bolonha o seu principal *lòcus*. Ainda que esses novos espaços de conhecimento não estejam se estruturando com o objetivo de romper com o monopólio da Igreja sobre a produção do saber é essa uma

das suas principais consequências. Um maior número de pessoas, sem vínculos com a Igreja, tem acesso à escrita. Essa escrita, por sua vez, tem maior possibilidade de se expandir, mesmo entre aqueles que não leem, pois não se trata mais do latim, entendido apenas pelos homens da Igreja, mas da língua que todos falam.

Além disso, muitos desses novos conhecimentos, atrelados inicialmente ao mundo mercantil, ganham, pouco a pouco, autonomia em relação a esse campo econômico e passam a ter direito à sua própria história, como é o caso da Matemática que, a partir da Aritmética voltada para a contabilidade, desenvolve-se com o surgimento de novos problemas trazidos pela própria disciplina.

Outro ponto importante é que as cidades italianas encontram-se distantes das grandes Universidades medievais, de Paris e de Oxford, que desde o século XII, são responsáveis pela formação dos teólogos. É para lá que se dirigem todos aqueles que, na Cristandade, procuram se tornar mestres e doutores em Teologia. Essas universidades tornam-se centros da Escolástica. No século XIII, os escolásticos, entre eles, São Boaventura e São Tomás de Aquino, ambos italianos, procuram gerar uma síntese entre a teologia construída a partir das autoridades dos Santos Padres da Igreja e os textos da Antiguidade Clássica recém-chegados na Cristandade, principalmente os de Aristóteles.

Longe dos centros da Escolástica, as cidades italianas vão gerar as suas próprias leituras e sínteses dos textos da Antiguidade Clássica.

As cidades italianas apresentam, portanto, a partir do século XIII, alguns elementos potencialmente transformadores das estruturas medievais no que diz respeito tanto à produção e à difusão do conhecimento quanto aos conteúdos do saber. O *Renascimento* italiano, situado pelos historiadores entre os séculos XIV e XVI, já encontra no século XIII, algumas de suas condições: a difusão da escrita fora dos círculos estreitos da Igreja; a transposição da língua vulgar para a escrita; o financiamento de espaços de produção do saber independentes da Igreja; a produção e a

difusão de conhecimentos laicos, na linguagem escrita, voltadas para as necessidades do comércio e da cidade; a retomada dos textos da Antiguidade Clássica com objetivos diferentes daqueles da Escolástica. Todos esses processos oferecem um terreno propício à elaboração de novas interpretações e de novos significados em relação ao mundo, ao homem, à cidade e a Deus. Esses novos significados implicam rupturas com certas concepções medievais, mas também em permanências.

Um dos elementos fundadores do Mundo Moderno, do ponto de vista da cultura e da religião, é a reivindicação humanista da Livre Interpretação das Escrituras. Nesse caso, não se trata de negar o valor e a verdade contida na Bíblia, que continua sendo vista como o lugar da verdade revelada aos homens. Além disso, o conhecimento continuou sendo o resultado de um processo de interpretação. Os textos sagrados, tanto quanto a Natureza, são livros ditados por Deus, que dotou o homem do poder de decifrar os signos para alcançar a verdade. Mas a capacidade de interpretar não é um privilégio dos homens da Igreja e não deve se submeter à rede de comentários legitimada e autorizada pela Igreja. Os humanistas e reformadores dos séculos XV e XVI acreditam numa proximidade maior entre o homem e Deus. Para eles, tanto a salvação quanto o conhecimento podem ser constituídos sem a mediação da Igreja e sem referência à noção de autoridade. A *Tese da livre interpretação das Escrituras* implica uma nítida ruptura com o poder da Igreja e estará no centro do humanismo cristão de Erasmo de Roterdã e dos reformadores, como Lutero.

A *Tese da Livre Interpretação das Escrituras* é inseparável da difusão da escrita fora dos círculos da Igreja e da difusão da escrita em língua vulgar. A emergência de novas técnicas de impressão em meados do século XV – revolucionando os métodos de difusão dos textos escritos – funciona como elemento catalisador dessas mudanças, gerando ainda novas transformações. A Bíblia será o primeiro livro impresso. O que isso significa? Que a palavra de Deus poderá circular entre um maior número de pessoas sem a

mediação dos homens da Igreja: *primeira revolução*. A Bíblia será traduzida em língua vulgar, alcançando aqueles que leem, mas não o latim, e também aqueles que não leem, mas que podem compreendê-la em sua própria língua. *Dupla revolução* com amplas consequências para o Mundo Moderno: enfraquecimento do poder da Igreja, emergência de novas Igrejas, ruptura definitiva dentro da cristandade, elaboração de novos saberes e de novas interpretações. No entanto, seria ilusão compreender todas essas transformações como signos do enfraquecimento da concepção religiosa do mundo. Deus continua no centro das preocupações humanas, enquanto criador do universo, mesmo como objeto de novos significados elaborados fora do âmbito da Igreja.

Nessa primeira parte da aula, nós identificamos, na origem do Mundo Moderno, os principais processos de transformação no âmbito da cultura e da religião. Nas Aulas 14 a 18, estaremos desenvolvendo os temas Renascimento, Humanismo e Reforma. Para isso, será fundamental a compreensão desses processos que implicam, ao mesmo tempo, rupturas e permanências.



Atende ao Objetivo 1

1. Caracterize as transformações da cultura letrada no Renascimento, destacando as rupturas desenvolvidas pelo processo de laicização, mas também apontando as permanências culturais no período.

Idade Moderna e transformações políticas

No sentido de melhor avaliar os movimentos de ruptura e as linhas de permanência entre o Mundo Medieval e a época moderna, nós estaremos, neste momento, procurando caracterizar, em linhas gerais, a Idade Média do ponto de vista político.

Um dos aspectos centrais do processo de feudalização característico da Alta Idade Média, é a descentralização do poder. O que isso significa? A inexistência de um único centro de poder a partir do qual são exercidas as principais funções da soberania. O poder de fazer a justiça, de declarar a guerra ou de tributar não está mais centralizado em torno do rei, do Imperador ou de outro governante, mas é efetivado a partir de múltiplos centros. A nobreza territorial e guerreira compartilha com os reis, nas diversas partes da Europa, desse triplo poder (justiça, guerra e tributação). A relação entre o rei e a nobreza territorial não é aquela entre o soberano e os seus súditos, mas a de um “senhor entre senhores”, já que o rei reconhece aos nobres o direito de exercerem o poder nos seus respectivos territórios. Por um lado, o mundo feudal guarda referências ao mundo romano, por exemplo, na sobrevivência da ideia de Império e das suas formas de soberania. Por outro lado, ele se organiza em torno de concepções, valores e instituições “bárbaras”, nas quais o rei apenas se destaca como chefe militar. Além disso, esse aspecto político é inseparável de uma configuração jurídica. O processo de feudalização implica o enfraquecimento e, mesmo, o desaparecimento do direito romano e de qualquer outro direito escrito. O direito romano não reconhecia poderes intermediários entre o Imperador e os seus súditos, a não ser aqueles concedidos diretamente pelo Imperador. O direito que regula a maioria das relações no mundo feudal não é um direito escrito, mas é construído a partir de outras noções e valores, por exemplo, o de vassalagem. O direito feudal reconhece hierarquias e obrigações, mas não aquelas entre o soberano e os seus súditos. As hierarquias

do mundo feudal não podem ser visualizadas a partir de uma forma piramidal, já que um nobre pode ser ao mesmo tempo senhor e vassalo, e até mesmo o rei pode ser vassalo de outros senhores. As relações de vassalagem estabelecem obrigações e laços de fidelidade entre senhores e vassalos, entre eles, a disponibilidade de um tempo de guerra do vassalo a serviço do senhor. Portanto, quanto mais vassalos, mais poder, já que a conquista de territórios depende da guerra, e a guerra, dos laços vassálicos.

O processo de feudalização no Ocidente medieval se acelera drasticamente com a queda dos carolíngios. Na região da França, quando a coroa passou à dinastia dos Capetos, em 987, alguns ducados como é o caso da Borgonha, eram maiores e mais importantes do que o território familiar da nova casa Real de França. E como nos lembra Norbert Elias (1993, v. 2, p. 31):

Nessa época, o que contava era o poder familiar e o território. O poder disponível ao rei, através das propriedades de sua família, constituía a base concreta do poder régio. Se as posses da família não eram maiores que as de outros nobres territoriais, então tampouco o seu poder era maior.

Agora vamos fazer uma pequena pausa e soltar a nossa imaginação. Vamos imaginar um viajante intergaláctico de um planeta muito distante, onde as pessoas vivem em média 600 anos (ano-terra). Esse viajante visita a Europa em duas ocasiões distintas: Fez uma primeira viagem em meados do século XI, e outra cinco séculos depois, em meados do século XVI. Nas duas ocasiões, ele foi enviado à Terra com a missão de registrar informações sobre os reis do continente europeu. Quais teriam sido as suas impressões?

No primeiro momento, ele descreveria reis completamente dependentes de seus vassalos para realizar a guerra e conquistar novos territórios. Além disso, ele observaria que os reis não eram os únicos a exercer a justiça, mas dividiam esse poder com membros da

nobreza territorial. Esse viajante encontraria poucos funcionários a serviço do rei e perceberia que estes não faziam nenhuma diferença entre territórios familiares do rei e os territórios do reino. Observaria, ainda, que a maior parte da administração dispensava o uso da escrita e que as relações sociais e políticas não eram reguladas por nenhum direito escrito.

Ao retornar à Europa, em meados do século XVI, o viajante intergaláctico registrou suas informações, enfatizando a sua surpresa em relação a certas mudanças. Recebido pelos reis, ele descreve o seu espanto diante das novas estruturas de poder. Centenas de pessoas viviam permanentemente em torno do rei e disputavam o direito de estar mais próximo dele. O viajante assiste impressionado aos gestos dos nobres cortesãos, tão diferentes dos nobres guerreiros do século XI. Aqueles nobres que se recusavam até mesmo a ler e escrever, para não desviarem a sua energia do manuseio das armas, agora estavam adaptados a essa *vida de corte*, na qual os menores gestos pareciam indicar controle e determinação na luta por maior proximidade em relação ao rei. Nesses cinco séculos, os reis haviam-se distanciado muito dos outros membros da nobreza. Ele fica impressionado com a capacidade do rei de formar exércitos mediante o uso da moeda. Alguns desses reis mantinham, permanentemente, grandes exércitos de mercenários. Tais reis haviam-se tornado menos dependentes em relação à nobreza territorial para declarar e fazer a guerra. Mais do que isso, o poder de declarar guerra havia sido retirado da nobreza. O visitante observou também o aumento impressionante do número de funcionários: coletores de impostos, executores da justiça agora circulavam em amplos territórios a serviço do rei. Outra novidade: esses funcionários faziam o uso da escrita em língua vulgar, na administração. Apesar de a nobreza continuar exercendo a justiça nos seus territórios, esse poder não era mais reconhecido como um direito. Aliás, essa era talvez a modificação mais notável aos olhos do viajante: o rei passou a se servir do antigo direito romano para monopolizar, em prejuízo da nobreza, o poder de fazer a justiça e de declarar guerra.

Através desse jogo imaginativo, procuramos identificar algumas das principais modificações ocorridas nas estruturas políticas do mundo medieval. A formação dos Estados é um dos temas de destaque na historiografia moderna. Como explicar esse processo, que transforma as estruturas medievais e culmina com o aparecimento de um novo tipo de organização política? Existem diferentes respostas e entendimentos sobre esse processo, que é objeto de ampla discussão historiográfica. Na nossa disciplina, nós vamos procurar, principalmente nas Aulas 10 a 13, analisar as transformações políticas características da época moderna e discutir as diferentes interpretações historiográficas sobre esse processo.

Para compreender a época moderna no seu aspecto político, nós vamos procurar distinguir três processos: centralização de poder, **absolutismo** e formação dos Estados-nação. Em muitos casos, o ensino sobre esse período não trabalha com essa distinção, o que dificulta a nossa compreensão sobre esses temas. Muitas vezes, o aspecto político da época moderna é tratado sob o título “A formação dos Estados nacionais”. É como se nós estivéssemos diante de um único e mesmo processo histórico que teria, desde o seu início, um resultado previsível e inevitável: a formação dos Estados-nação.

Em primeiro lugar, será necessário distinguir esses processos – centralização de poder, absolutismo e Estados-nação – do ponto de vista cronológico. Enquanto o processo de centralização de poder em torno do rei inicia-se em plena Idade Média, por volta do século XII, a ideia de nação não existe, no seu sentido moderno, antes do século XVI; a de Estado-nação não antes do século XVII. Entretanto, se a ideia de Estado-nação pode ser pensada a partir do século XVII, isso não significa que possamos falar desse tipo de organização política na Europa do século XVII. Para muitos historiadores, o Estado-nação apenas se impõe, como organização política, a partir do século XIX. Quanto ao absolutismo, ele emerge e se consolida como sistema de governo, principalmente entre os séculos XVI e XVII, sobrevivendo até o século XVIII.

Absolutismo

Quando falamos de absolutismo estamos nos referindo a um sistema de governo bastante específico no qual o rei governa sem a intermediação de instituições políticas formais.

Em segundo lugar, quando procuramos definir cada um desses processos, algumas diferenças se impõem nitidamente. Quando falamos de centralização de poder, fazemos referência ao fato de que os reis, a partir de certo período histórico, e num processo de longa duração, adquirem condições de se impor frente aos outros membros da nobreza territorial no tocante ao exercício de certas funções: a guerra, a justiça e a tributação. O processo de centralização de poder implica o enfraquecimento da nobreza, no que diz respeito a essas funções, e o aumento do poder do rei, que se exprime no aumento de funcionários atuando em amplo território e na presença de exércitos de mercenários permanentemente a serviço do rei.

Por um lado, o absolutismo pressupõe esse processo de centralização de poder. Seria impossível falar de absolutismo sem falar, ao mesmo tempo, de um centro de poder a partir do qual se exerce as funções de soberania. Por outro lado, é preciso distinguir esses dois processos.

É comum pensarmos que o absolutismo se impõe, nesse contexto, como único sistema de governo possível e que não conhece resistências. Mas a centralização de poder não leva necessariamente ao absolutismo. De fato, antes do século XV, é possível identificar processos de centralização de poder em boa parte da Europa, mas não é possível falar, com a mesma segurança, de sistema de governo absolutista. Porque, se a partir do século XII, existe um processo nítido de acumulação de poder por parte dos reis, é também identificável, a partir do século XIII, a criação, em praticamente todos os reinos da Europa, de um sistema de assembleias com representantes das três ordens, que funciona como limite ao poder do rei. As Cortes em Aragão e em Castela, os Estados Gerais na França e os Parlamentos na Inglaterra são exemplos desse sistema de assembleias que se, por um lado, reconhecem um poder maior ao rei, por outro lado, criam mecanismos que impedem que o seu governo seja absolutista.



Assembleias de ordens

1- Cortes: nome dado, na Espanha e em Portugal, às assembleias representativas. Cortes locais se reuniram no reino de Leão desde o fim do século XII (foi o primeiro reino medieval a desenvolver *sistema de Estados*); as primeiras teriam sido convocadas por Alfonso IX em 1188. Elas eram compostas por membros da nobreza, do clero e de representantes das comunas (procuradores). As Cortes do reino de Castela-Leão eram bastante diferentes das Cortes do reino de Aragão. Em Castela, as Cortes permanecem como assembleias ocasionais sem institucionalização sólida. A convocação e a composição das Cortes permanecem sujeitas à decisão do monarca. As Cortes de Castela não têm nenhum poder legislativo. Como as Cortes castelhanas só decidiam sobre fiscalidade, e tanto a nobreza quanto o clero estavam isentos de impostos, a nobreza não se sente empenhada nas Cortes. Já em Aragão, cada província (Aragão, Catalunha e Valência) possui o seu próprio sistema de Cortes. Elas se organizam segundo um sistema quadricurial (magnatas + pequena nobreza + clero + burguesia), mantêm funções de controle judicial e de administração permanente. Além disso, as Cortes aragonesas têm reuniões regulares previstas em estatuto com norma de unanimidade para aprovação de medidas. Essa diferença entre as Cortes castelhanas e aragonesas e, sobretudo, a organização política dos aragoneses, foi um empecilho à centralização absolutista.

2- Estados Gerais: na monarquia francesa, nome dado às assembleias gerais da nação, organizadas em ordens e por região. Os primeiros Estados Gerais foram convocados em 1302. Eles tiveram sua origem não nas grandes assembleias carolíngias, mas no costume dos primeiros capetíngios de pedir, de vez em quando, conselho e ajuda a seus vassalos e súditos. Às vezes, o rei consultava apenas os eclesiásticos e os nobres; às vezes, consultava também, como fez São Luiz, em 1263, a propósito da moeda, os burgueses das cidades. Diferentemente do regime parlamentar inglês, os Estados Gerais franceses dependiam unicamente da iniciativa real. É por isso que eles nunca tiveram uma regularidade: o rei só pensava em convocá-los nos momentos críticos, para obter subsídios excepcionais ou para tentar unificar a nação em tempos de guerra. A falta de regularidade e o voto por ordem, e não por cabeça, o que permitia ao soberano jogar as ordens umas contra as outras, foram as duas principais causas da fraqueza institucional dessas assembleias.

3- Parlamento: nome dado ao conjunto formado pela Câmara dos lordes e pela Câmara dos comuns e que constitui o Conselho de representantes da monarquia inglesa.

4- A Câmara dos lordes: Teve sua origem no alto conselho feudal, a *curia regis*, que foi chamado, desde a Alta Idade Média, a discutir com o soberano as grandes questões políticas e militares e para deliberar sobre as ajudas extraordinárias. Desde a promulgação da *Magna Carta* (1215), os barões tentaram obter, no decorrer do século XIII, um lugar predominante na monarquia inglesa. Em 1258, o Parlamento de Oxford instituiu uma comissão permanente de doze barões, que deveria decidir com o Conselho do rei sobre todos os negócios do país. No final do século XIII, os representantes da pequena nobreza e dos burgos começaram a discutir e a deliberar em conjunto. Os “comuns” e os lordes começaram a se reunir separadamente no século XIV. Os lordes conservaram sua proeminência honorífica, mas seus poderes diminuíram progressivamente em detrimento dos “comuns”.

5- A Câmara dos comuns: A partir do “Parlamento-Modelo”, convocado por Eduardo I em 1295, ficou estabelecido que dois representantes da pequena nobreza de cada condado e dois representantes dos burgos participariam, daí em diante, dos Parlametos. No decorrer do século XIV, o Parlamento se separa do Conselho do rei e, por outro lado, os comuns passam a se reunir separadamente dos lordes. Eles se reuniam na presença de um orador. Quando eles se reuniam com os lordes na presença do rei, só podiam se exprimir através do orador. Desde o final do século XIV, os “comuns” ganharam uma certa preponderância sobre os lordes em matéria de economia.

Enquanto os reis são obrigados, mesmo que sem regularidade, a convocar as assembleias do reino em situações específicas, não se pode falar de sistema de governo absolutista. Portanto, é possível entender a centralização de poder sem colocá-lo como sinônimo de absolutismo e é preciso reconhecer também que a imposição do absolutismo como, “melhor sistema de governo” a partir do

século XVI não é um processo pacífico, necessário e irreversível. Ele pressupõe nítidas e acirradas disputas políticas e ideológicas. Essa história será o objeto das nossas Aulas 10 e 11.

Da mesma forma, será preciso distinguir centralização de poder e absolutismo, por um lado, e a formação dos Estados-nação, por outro. Um processo não leva necessariamente ao outro. Como já dissemos, não é possível falar de Estado-nação antes do século XVII, e a história da formação dos Estados será uma história muito mais contemporânea do que moderna.

Finalmente, para falarmos de centralização de poder, absolutismo e Estados-nação, será preciso distinguir e analisar os fatores propiciadores e os obstáculos relacionados a cada um desses processos. Quais os principais problemas enfrentados pelos reis no processo de centralização de poder? Quais os principais instrumentos utilizados? Quais os principais obstáculos à afirmação das monarquias absolutistas? Quais os principais mecanismos disponíveis para garantir o governo absolutista? Nesse caso, será preciso relacionar esses temas gerais aos contextos específicos relacionados às diferentes partes da Europa. As histórias políticas da Inglaterra, da França e da Espanha, para falar apenas de alguns casos, estão intimamente interligadas, mas possuem características distintas. Além disso, é preciso lembrar que esse aspecto político é inseparável dos demais processos de transição, nos aspectos econômico, social e cultural. Essas questões serão detalhadas nas Aulas 10, 11 e 12.



Atende ao Objetivo 2

2. Vamos usar a imaginação! Você é o responsável pelo diário de bordo da nave que visitou a Europa duas vezes: a primeira viagem, no século XI, em plena Idade Média. Você deve anotar no diário de bordo como eram os nobres guerreiros da época, os seus poderes, os seus domínios e a sua força. Já na segunda viagem, no século XVI, você percebeu grandes mudanças no exercício do poder. Explique-as.

Comentário

Nessa questão, você deve ser capaz de caracterizar, em linhas gerais, as estruturas políticas medievais, principalmente no que diz respeito à dispersão do poder de declarar a guerra, de fazer a justiça e de criar e coletar impostos. Em seguida, você deve ser capaz de caracterizar o processo de centralização de poder enquanto acúmulo, nas mãos do rei, dessas principais funções.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista da cultura e do saber, o Mundo Moderno abarca diversos elementos de ruptura em relação ao Mundo Medieval: difusão maior da cultura escrita, articulada, inicialmente, ao desenvolvimento das cidades e do comércio e em rompimento com os círculos estreitos da Igreja; produção e difusão de novos campos de saber; crítica ao monopólio da Igreja sobre a interpretação das Escrituras; proposta de novas relações entre o homem, a Igreja e Deus. Essas modificações levam a outras, por sua vez, bastante relevantes, como é o caso da impressão da Bíblia e da sua tradução em língua vulgar, que vem reforçar a tese da livre interpretação das escrituras, central no âmbito do Renascimento e das Reformas.

No entanto, apesar de todas essas modificações, é preciso fazer referência a elementos de continuidade entre o Mundo Medieval e o Mundo Moderno. Apesar da crítica ao poder da Igreja e ao seu monopólio em matéria de religião e de saber, conserva-se a referência tanto à ideia de Deus quanto à ideia de criação.

No que diz respeito ao aspecto político, é preciso destacar os processos de centralização de poder nas mãos do rei e a organização das monarquias absolutistas como características importantes do período moderno. O acúmulo de poder por parte do rei, em detrimento do restante da nobreza territorial, se exprime a partir de alguns elementos centrais: presença de um maior número de funcionários responsáveis pela justiça e coleta de impostos em amplos territórios e sempre a serviço do rei; capacidade de manutenção de exército permanente de mercenários indicando independência do rei em relação à função militar; uso do direito escrito como forma de legitimar o monopólio do rei sobre a guerra, a justiça e a tributação. Para o entendimento desse período, é fundamental a distinção entre centralização de poder e sistema de governo absolutista.

Atividade Final

Comente a citação seguinte, procurando relacioná-la à primeira parte da aula:

Nosso Sol não é mais comum nem mais oferecido a todos do que a doutrina de Cristo (...). Desejaria, portanto, que as mulheres mais humildes lessem o Evangelho e que lessem as Epístolas de São Paulo. E aprouve ao Céu que nossos Livros Santos sejam traduzidos em todas as línguas (...) Deus deseja, portanto, que o lavrador cante alguns versículos no cabo de sua charrua, que o tecelão recite alguns trechos (...) que o viajante aí encontre um remédio contra a monotonia do caminho (ROTTERDAM apud MOUSNIER, 1960, p. 105).

Comentário

Nessa questão, você deverá ser capaz de fazer referência à *tese da livre interpretação das Escrituras*, indicando as rupturas que ela implica em relação ao mundo medieval. Na base de uma cultura renascentista, encontra-se o rompimento com o monopólio da Igreja sobre a produção e a difusão da cultura letrada e o questionamento da ideia de que a Igreja deve ter controle sobre a rede de comentários das Sagradas Escrituras. As inovações técnicas ligadas à impressão dos textos escritos reforçarão esse movimento de ruptura, que desemboca na impressão e na tradução da Bíblia. Essas duas novas práticas significam uma verdadeira revolução, já que ocasionam uma diminuição irreversível do poder da Igreja. Por outro lado, você deve identificar as linhas de continuidade presentes nesse texto de Erasmo, já que o humanista continua a afirmar a centralidade da vida religiosa e da Bíblia.

RESUMO

Esta aula tratou das características principais da época moderna no campo cultural e no campo político. No aspecto cultural, destacamos a difusão da cultura letrada fora dos círculos da Igreja e a elaboração da tese, central no Renascimento, da livre interpretação das Escrituras. No aspecto político, chamamos a atenção para o processo de centralização de poder, que tem início ainda no período medieval e que leva ao monopólio das funções da guerra e da justiça pelo rei, em detrimento da nobreza territorial. Destacamos ainda a necessidade de se diferenciar o processo de centralização de poder da organização do absolutismo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos das diferentes interpretações historiográficas sobre o período moderno, principalmente no seu aspecto econômico, com destaque para a noção de capitalismo comercial.

Aula 3

Cidade e
Renascimento
(séculos XIII-XIV)

Meta da aula

Analisar o desenvolvimento das cidades e do comércio e as transformações provocadas por esse desenvolvimento na Europa ocidental dos séculos XIII e XIV.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. entender o Humanismo e o Renascimento como processos históricos ligados ao desenvolvimento das cidades;
2. identificar os modelos de análise para as cidades dos séculos XIII e XIV;
3. caracterizar a sociedade na Europa ocidental nos séculos XIII e XIV.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar esta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico. Sugerimos o do MEC.

INTRODUÇÃO

O historiador Quentin Skinner, ao apontar a importância das cidades e a novidade histórica que elas representam, cita Oto de Freising, cronista que ainda no século XII, ao observar o norte da Itália, dizia o seguinte:

praticamente todo o país está dividido entre as cidades (...)
mal se pode encontrar um nobre ou rico homem em todo
o território adjacente a uma cidade que não reconheça a
autoridade dela.

O longo processo de consolidação e desenvolvimento das cidades europeias apresenta uma dinâmica que possui características gerais e específicas. Por isso, a história das cidades abarca tanto trabalhos sobre casos particulares quanto pesquisas sobre o papel das cidades, em geral. Cabe ao historiador, então, articular as condições históricas concretas das cidades à dinâmica geral de determinados períodos da História.

Em linhas gerais, os estudos sobre as cidades dos séculos XIII e XIV partem de dois modelos bem definidos, mas que podem ser considerados complementares. Esses dois modelos, de vida longa, apresentam a cidade ou como mercado por excelência ou como unidade política. As relações sociais, os estratos dessa sociedade cidadina e suas sociabilidades, assim como o que é definido como Renascimento, tornam-se frutos das premissas econômicas ou políticas, dependendo da inserção dos historiadores em cada um desses modelos.

Para tornar isso claro, desenvolveremos a aula em dois momentos. Cada um dos modelos apontados, assim como a questão do Renascimento, será explicado a partir de cada uma dessas abordagens.



Renascimento/Renascimentos

Durante longo tempo, a História conceituou a Renascença (ou Renascimento) como um movimento somente artístico, que teria sua grande expressão nos séculos XV e XVI. Atualmente, consideramos que a Renascença é um grande movimento que engloba tanto as artes em geral, como novas formas de vida, de técnicas, de linguagem, de relações políticas e econômicas. É um processo que levou vários séculos e atinge todos os setores da vida social. As etapas desse processo são chamadas de “Renascimentos”, daí o título de nossa aula ser “Cidade e Renascimento”. Os nomes “Renascença/Renascimentos” ainda são usados porque são conceitos dados pelos homens daquela época e, como tais, são testemunhos históricos da consciência de seu tempo e de como eles consideravam o período anterior a eles, a Idade Média, como uma idade de trevas e ignorância, ainda que essa seja uma visão estereotipada, conforme hoje demonstram várias pesquisas, como você viu na disciplina História Medieval.

A cidade-mercado

Historiadores como Fernand Braudel, Jean Delumeau, Harry A. Miskimin, Peter Kriedte, entre outros, apresentam a cidade-mercado como núcleos originados pelo desenvolvimento da troca. São analisadas como centros que cresceram em pontos estratégicos, ou que se tornaram pontos estratégicos em antigas ou novas rotas de comércio. De mercado ou fórum de permuta entre outros núcleos próximos e seus próprios arredores rurais até o comércio de longuíssimas distâncias, as cidades vão unindo a Europa em grandes redes de contato. Torna-se necessário, entretanto, pensarmos quais as condições necessárias para que o comércio perdure e cresça. Para que exista mercado, são necessários produtos, logo, também pressupõe-se uma rede complexa de pessoas, que inclui produtores,

transporte, os meios de troca, isto é, moeda ou produto que sirva como moeda. São essas as necessidades básicas que os historiadores econômicos estudam, ou mesmo aqueles que dão uma ênfase maior ao mercado no desenvolvimento das cidades.

Nos séculos XIII e XIV, muitas das cidades ainda são muradas. O seu crescimento extramuros cria territórios a elas ligados, ou mesmo subordinados. Esses acréscimos muito próximos criam “bairros novos” de artesãos, empregados nas manufaturas de lã e de vidro, assim como bairros habitados pelos pequenos comerciantes e operários das diversas atividades que agitam a cidade. Nas áreas mais distantes, rurais, prevalecem os vinhedos, os cereais, os moinhos, a pecuária. É o espaço dos moleiros, dos pastores, dos vinhateiros. Dentro das antigas muralhas misturam-se os mais antigos pobres e os mais novos ricos. Casas sobem em três, quatro e mesmo cinco andares, parede com parede, por falta de espaço, e começam a aparecer por sobre as muralhas. Todas essas áreas são pontuadas por mercados “de bairros”, além de um mercado central onde as carnes, as farinhas e o sal são comprados e transportados para que os comerciantes os armazenem.

Muitos desses mercados centrais tornam-se grandes feiras. Sazonais ou permanentes, as feiras são de grande importância para as cidades. Nelas, as mercadorias são vendidas a granel, vindas de grandes distâncias, do básico cereal às exóticas especiarias, dos barris de vinho aos finos trabalhos em couro ou em ourivesaria. Elas também são atrativas para estrangeiros, comerciantes, bufões, mendigos, ladrões, mercenários. Nesse período, as feiras tendem a virar centros permanentes das operações de mercado e finanças das cidades. As bancas de troca de moedas tornam-se casas bancárias que garantem o crédito, chamados ainda de empréstimos; as letras de câmbio que dão segurança à troca em longas distâncias; as escoltas de comboios de mercadorias e as reservas de moedas. O rico mercador fazia negócios com os ricos produtores rurais e muitas vezes tornaram-se a “nobreza da cidade”. Cidades burguesas tornaram-se ciosas dos novos valores **burgueses** e da importância

Burgueses

Nome dado aos moradores de burgos, ou cidades, que se dedicavam ao comércio. São os mercadores. Com o desenvolvimento das cidades e do processo de enriquecimento, tornaram-se muito numerosos, tendo sua própria hierarquia: pequena burguesia (estalajadeiros e pequenos vendedores); média burguesia (donos de pequenas manufaturas e comerciantes de feiras entre as cidades próximas) e alta burguesia (comerciantes de atacado e de longas distâncias e banqueiros). Atenção: no século XIX, o nome burguesia passa a denominar uma classe média, o que é completamente diferente dos burgueses da Idade Moderna.

desse grupo de mercadores, embora eles não possuíssem prestígio social frente à nobreza. Em algumas regiões, como a Itália, a nobreza cidadina é de origem relativamente nova, formada pelos descendentes dos *condottieri*, ou mesmo dos bastardos papais, sempre muito envolvidos com o comércio e formadores da *signoria*, ou conselho governativo da cidade.

O crescimento do mercado transforma numerosas cidades dos séculos XIII e XIV em centros especializados, com novas formas de administração do trabalho. Os mais importantes centros manufatureiros são aqueles que trabalham a lã, o vidro, a pólvora e as tapeçarias. Os artesãos têm a sua importância atribuída ao tipo de trabalho desenvolvido na manufatura. Pensemos, por exemplo, em toda a linha de trabalho envolvida na produção de tecidos de lã, pesada ou fina, base do vestuário dos homens e de suas casas, à época: dos criadores e tosquiadores chegam grandes mantas de pele, para o primeiro comerciante. Esse comerciante ou é um especialista na qualidade dos fios que formam a pele do carneiro, ou contrata um especialista. Aqui, a lã é separada e vendida, de acordo com a qualidade: para as manufaturas de capas e gorros para viajantes; para a manufatura doméstica de roupa grossa e de pouca qualidade, para pobres e artesãos; para centros manufatureiros que vão **cardar, pisoar**, tecer, tingir e bordar a lã, atendendo desde a pequena burguesia à nobreza real. O transporte terrestre ou marítimo, a armazenagem e a venda também requerem um número expressivo de mão de obra. À exceção de criadores, pastores e tosquiadores, todos são trabalhadores das e nas cidades. Dentre eles, os mais valorizados eram os tecelões, os tintureiros e os bordadeiros.

As cidades não transformavam somente o trabalho, mas também, por meio dele e cada vez mais, dava-se o afrouxamento dos laços de dependência típicos da feudalidade. O homem que pertencia “a muitos senhores”, no dizer de Marc Bloch, passa a ser dependente das correlações de força que organizam sua inserção ao mercado de trabalho das cidades. As guildas, corporações de ofício que asseguravam a formação e os contratos para artesãos,

Cardar e pisoar

Nas manufaturas dos séculos XIII e XIV desenvolveu-se uma divisão de tarefas, com trabalhadores especializados e possuindo suas próprias corporações. Nas manufaturas de lã os cardadores “penteavam” a lã, separando-a das mantas de pele dos carneiros. Essa lã era pisoada, isto é, “pisada com os pés”, em grandes tinas de água, para ser lavada, amaciada e transformada em diferentes tipos de fios, a serem tecidos pelos tecelões, após a secagem. O uso da lavagem com moinhos hidráulicos provocou grande desemprego, fome e revoltas por toda a Europa.

perdem força. São as cidades, ao longo dos séculos XIII e XIV, dominadas pelos ricos mercadores, que passam a ter uma função extraeconômica de prestígio e poder. Em várias cidades, são as corporações dominadas pela alta burguesia que as administram, o que será posteriormente o caso de Florença e a guilda da lã.

As consequências da riqueza oriunda direta ou indiretamente das atividades do comércio geram um profundo desequilíbrio social expresso nas mais variadas formas. As sociedades citadinas, ainda imbuídas dos valores de linhagem, criam uma nova nobreza mercantil formada pelos nobres titulados, pela alta e média burguesia e por uma diminuta elite de artesãos. As condições de trabalho deterioram-se ainda mais com o afrouxamento do papel das corporações. Condições insalubres e pagamentos insuficientes fazem com que a maioria da população, mesmo trabalhando e recebendo sua **jornada**, dependa da assistência da Igreja, da mendicância, da prostituição, da proteção de algum senhor rico. Tornam-se reféns das crises de abastecimento, das guerras, das doenças. Essas condições foram agravadas pelo grande desenvolvimento técnico dos séculos, que dispensou trabalhadores e diminuiu o pagamento da jornada de trabalho. Tudo isso gerou as grandes crises nas cidades: artesãos armados mobilizam-se em Ypres, Gand, Flandres, Florença, Londres e até mesmo Paris, em uma série de revoltas que pontuam os séculos XIII e XIV. Fazem frente à inovação dos teares hidráulicos, às novas e rígidas normas das corporações (que agora só favorecem os grandes), aos reis e aos conselhos burgueses que os excluem do trabalho. Levantam-se contra a carestia e contra as crises de abastecimento que os levam à fome e à morte. Levantam-se contra uma nova organização do espaço citadino, que toma as suas casas; contra uma nova disposição e regulamentação dos mercados que lhes retira as barracas de comércio e contra as perdas terríveis da grande peste da segunda metade do século XIV.

Nesse mesmo período, há uma enorme escassez de moedas e metais. O cobre, a prata e o ouro, metais para as moedas, também serviam para objetos de luxo e objetos domésticos. A ampliação

Jornada

Dia de trabalho, que ia do nascer ao por do sol, por toda a vida do trabalhador. Em casos de doença, se o trabalhador pertencesse a uma corporação forte e bem organizada, ele poderia ter um auxílio contra a fome, já que nada receberia do patrão. O jornal seria o pagamento da diária do trabalhador. Até hoje, chamamos de jornal os noticiários diários, e jornada, a duração de uma viagem, ou de um dia de trabalho.

do comércio monetário e de objetos que davam prestígio às casas burguesas afeta as trocas e os créditos, provocando crises agudas nas atividades mercantis.

A grande peste foi um divisor de águas, embora os surtos de peste no mundo mantenham-se intermitentes até o século XIX. Estima-se que um terço da população europeia tenha morrido. Espaços inteiros ficam despovoados, cidades moribundas, rotas de comércio desertas, e há o desaparecimento da mão de obra, em especial a do artesão qualificado, em várias cidades. Aos burgueses e nobres, restava a fuga para suas propriedades rurais; aos pobres, restava uma armadilha mortal: vedarem suas casas, infectadas, de estrutura precária, habitadas por famílias estendidas e numerosas, sem água, sem alimentos, com os corpos debilitados pela desnutrição. Os pobres foram presas fáceis da peste, mostrando-nos a espantosa miséria e desigualdade social da época. A recuperação das cidades será muito lenta pela desorganização social, agravada pelas guerras, pela fome geral e pela insegurança. A procura geral de bens, dentro da Europa, e a falta de mão de obra criam poucas oportunidades, que não chegam a compensar as perdas sofridas pelas manufaturas antigas e poderosas nem a compensar os artesãos sobreviventes com o aumento da jornada. O ciclo de miséria é mantido com a carestia geral. A concentração de riqueza, nas cidades, entraria em uma nova etapa.



Se você quiser viajar pelo século XIV, assista ao filme *O sétimo selo*, do renomado cineasta sueco Ingmar Bergman. Um cavaleiro e seu escudeiro voltam das Cruzadas e encontram uma Suécia assolada pela peste negra. À medida que se aproximam de casa, a Morte aparece ao cavaleiro, dizendo que era chegada a sua hora. Na tentativa de ganhar tempo para poder encontrar respostas para seu desconforto existencial e espiritual, ele propõe à Morte uma partida de xadrez. É uma obra-prima do cinema, tendo como pano de fundo a peste bubônica, as guerras de religião e a fome que afligia praticamente toda a Europa.





Figura 3.1: Difusão da peste. Difusão da peste negra de 1347 a 1350.

Fonte: Delumeau (1983, p. 76).

Na análise geral da historiografia que estuda a cidade priorizando sua função de mercado, a questão do Renascimento é abordada prioritariamente, mas não exclusivamente, pelo veio das técnicas que seriam originadas e voltadas para as necessidades mercantis: produção e comércio. O Renascimento técnico aparece como promotor do enriquecimento e das alterações das relações sociais e do luxo como fator extraeconômico, que visibilizava a riqueza e o poder de novos grupos sociais das cidades.

O Renascimento, nessa vertente, seria constituído pelos estudos sobre a riqueza, apontando a consciência dos contemporâneos sobre tal fenômeno, historicamente novo, assentado nas cidades. Da dinâmica do comércio no seu berço e local privilegiado – as cidades – às profundas alterações da cultura material, esse Renascimento é marcado pelas modificações no espaço: há a criação do conceito de

espaço público, definido como lugar do mercado e do cidadão. Há, também, modificações nas leis: regras que definem novos privilégios para a nobreza e para a burguesia. Surge o saber legitimado pela escrita, tanto na organização dos contratos, das letras bancárias e dos registros gerais de comércio como também nas escritas dos poderes, como as Crônicas Reais.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Observe com atenção a gravura a seguir. Você consegue perceber características de uma cidade portuária, assim como alguns dos tipos de trabalho necessário às atividades mercantis? Procure também identificar os padrões de riqueza pela observação do vestuário e das atividades dos trabalhadores. Agora responda às questões:



Figura 3.2: A grua (guindaste) da cidade de Bruges (atual Bélgica).

Fonte: Fernand Braudel. *As estruturas do cotidiano*, Martins Fontes, 1997, página 395.

a. Quais os tipos de trabalho que são aqui representados? Quais as características dessa cidade mercantil portuária? As diferenças de padrões de riqueza aparecem tanto no tipo de trabalho quanto no tipo de vestuário. Aponte algumas dessas diferenças.

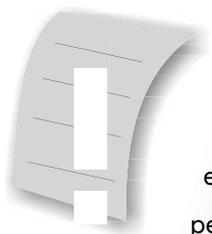
b. Releia o texto sobre a cidade-mercado e responda:

Que outras técnicas, além da grua (guindaste), desenvolveram a produção e deram ao comércio agilidade e segurança? Quais os impactos dessas técnicas na vida dos trabalhadores e para as cidades?

Comentários

a. Para responder, é necessário unir o texto à gravura, identificando a relação entre o comércio propriamente dito e o desenvolvimento do que chamamos de infraestrutura. Para serem vendidos, os produtos precisavam de transporte, embalagens apropriadas, fiscalização pelo dono do negócio, acordos comerciais entre quem vende, quem transporta e quem compra a mercadoria. As cidades e os portos precisavam de torres de defesa, de vigilantes ou soldados. A posição social e o rendimento de cada grupo envolvido nas atividades mercantis eram visíveis pelo vestuário que usavam.

b. Para responder, você deve refletir que todo tipo de desenvolvimento técnico altera a organização de trabalho, diminuindo o número de trabalhadores ou extinguindo formas de trabalho. Por exemplo: o uso da força hidráulica (força das águas) e da força eólica (força dos ventos) pelos moinhos diminuiu muito a necessidade do uso de trabalhadores. Considere ainda que o transporte da moeda necessária em grandes quantidades no comércio atacadista, em longas distâncias, precisava de muitos homens armados e de carroças de alimentos para a jornada. Com as letras de câmbio, ou ordens de pagamento, não se precisa de tantos homens armados. Ao mesmo tempo, a segurança das cidades e das suas mercadorias, contando com novas invenções como canhões e pólvora, emprega vigias, sentinelas, soldados e armeiros.



A História também trabalha com a literatura. Tanto nos livros de época, isto é, escritos nos períodos históricos estudados, quanto em romances da atualidade, podemos perceber a atmosfera de uma época, os valores de sua cultura e como o escritor os entende. Como material didático, a literatura sensibiliza o aluno, ajudando-o a entender os contextos históricos e a melhorar sua leitura, sua escrita e seu vocabulário.



Sebos são lojas onde podemos encontrar livros usados muito mais baratos. Nesta seção, indicaremos livros de literatura que abordam histórias de cidades, nos séculos XIII e XIV.

Giovanni Boccaccio: *O Decamerão*. SP. Editora Abril, 1971. O livro é uma coleção de histórias contadas por um grupo de sete mulheres e três homens, todos nobres que fogem da peste negra, que assolava a cidade de Florença. São histórias variadas: cômicas, trágicas, eróticas e românticas, que mostram a visão crítica do autor sobre a sociedade da época.

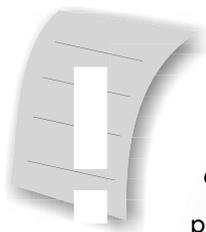
Edward Rutherfurd. *Londres*. RJ. Editora Record, 2000. Livro que apresenta, como romance, o desenvolvimento da cidade de Londres, desde os primeiros povoadores. Em destaque, as lutas pelas liberdades comunais londrinas, seu comércio e sua burguesia.

A cidade política: “Os ares da cidade liberta”

O nosso segundo modelo que articula cidade/Renascimento pode ser representado, dentre outros, pelos historiadores Quentin Skinner e Giulio Carlo Argan. Quando abordam a questão das cidades, desde a baixa Idade Média, partem da análise política e mais: conectam a política à cultura. “A cidade dos séculos XIII e XIV é, na Europa inteira, sede de uma ativa comunidade burguesa, de artesãos e mercadores. O destino político da cidade é decidido alhures, longe dali; a política urbana limita-se, na prática, à administração municipal.” “A passagem da cidade como um organismo socioeconômico em organismo político depende de muitos fatores”, diz-nos Argan (1999, p. 56). O marco será, sem dúvida, a crise do final do século XIV. Isso não significa, entretanto, que uma das características mais fortes na constituição, na consolidação e no desenvolvimento das cidades não seja a luta pela conquista e manutenção dessa liberdade municipal.

Nesses dois séculos, surgem numerosas cidades. É necessário, porém, pensarmos em seus tamanhos diminutos para os dias atuais. Sua espantosa proximidade é devida à morosidade dos transportes, à necessidade de cobrir, com rapidez e segurança, as rotas de comércio. Muitas cidades históricas da Europa contemporânea são o resultado de séculos de fusão dessas pequeninas mas vigorosas cidades.

A cidade é o refúgio e a garantia de liberdade, tanto individual, como da comunidade. O servo ou mesmo o escravo que conseguisse refúgio na cidade e se mantivesse por um ano e um dia passaria a ser livre e ter foro de cidadão. Já enquanto comunidade, as cidades dos séculos XIII e XIV lutam para dominar “seu destino político (...) ainda decidido longe dali”.



Política. A própria palavra *política* é uma herança das cidades e da cultura grega clássica. Vem de *polis*, que, em grego, significa “cidade”. Seu significado é formado pelo conjunto de estudos sobre as formas de relacionamento de poderes: como deveriam ser organizados; os direitos, privilégios e deveres de cada grupo de cidadãos e os valores de liberdade, ou não, fundadores da comunidade e de seus habitantes. Nos séculos XII, XIV e adiante, a política estará relacionada às formas de governo das cidades e dos reinos, assim como às possibilidades de liberdade de seus habitantes e à administração desses espaços.

Observe novamente o mapa que utilizamos para mostrar a difusão da peste. Todo o grande centro ocidental, em linhas gerais, que se estende para o sul, atingindo o Mediterrâneo, seria formalmente o chamado Sacro Império Germânico. O poder do imperador, entretanto, dependia da proximidade espacial de suas cortes. O exercício do poder em tão vasta região possuía outros centros que mantinham, de fato, uma soberania: na Península

Itália, o papado; na França, na Península Ibérica e na Inglaterra, os reis. A manutenção das liberdades cívicas era constituída, então, de três grandes frentes, durante os séculos XIII e XIV. A primeira, dentro das grandes linhas de força que dinamizavam as relações entre o imperador, os reis e o papado, em que as cidades eram estrategicamente importantes na disputa do poder; a segunda, dentro da própria comunidade, com a continuada divisão do corpo social: as linhas de separação entre a riqueza e a linhagem, as disputas políticas entre famílias pelo poder, a cisão entre o artesão qualificado que dominará futuramente as chamadas artes liberais e aqueles não qualificados, os “mecânicos de ofício”; e a terceira, que perpassará todas as outras frentes: a instrumentalização das comunas, dos reinos e do império para essas lutas seculares. Foi nesta frente que emergiram os primeiros humanistas.



Humanismo

As cidades, seus problemas e suas novas formas de vida e trabalho impulsionaram um novo tipo de saber: os *studia humanitatis*, isto é, estudos sobre as realizações, os valores e os pensamentos dos homens. Não mais totalmente ligados e guiados pela religião, mas pelas situações concretas em que vivem e, principalmente, nos novos lugares que ocupam: as cidades. São as universidades, como corporação de estudiosos leigos (não são padres), os novos centros de produção desse tipo de saber. Ao longo dos séculos, provocam uma revolução intelectual, com a renovação da cultura clássica, mas também por uma nova atitude, investigativa, sobre a natureza e a História. Da natureza criada pela divindade e da História revelada, também pela divindade, passa-se a atuar para o entendimento do mundo e pela ação do homem no desenvolvimento da História e do seu lugar privilegiado; a cidade.

Vamos agora desenvolver as três frentes de luta das cidades:

A primeira: teoricamente, toda a Europa ocidental pertencia ao Sacro Império Germânico; então, toda essa grande região e os seus governantes deviam obediência ao imperador. Na realidade, porém, era o papa que exercia o poder na Península Itálica, assim como os reis tinham o poder de fato, em seus reinos. Essa questão, entretanto, provocou um grande número de disputas políticas, e mesmo de guerras. Ao longo dos séculos XIII e XIV, os reis, os papas e os imperadores utilizaram-se dos humanistas para legitimar os seus direitos sobre vastas áreas da Europa. As cidades eram peças importantes nessas disputas e guerras porque quem as dominasse conseguiria riquezas, produtos e rotas de comércio. Nesse contexto, o perigo para as cidades era muito grande: ao serem conquistadas poderiam perder suas liberdades municipais, assim como alianças comerciais, se passassem a pertencer a uma região dominada por um rival do papa ou do imperador. As cidades entraram nessas disputas, fazendo alianças com uns, tratados com outros, enfrentando guerras na defesa de suas liberdades.

A segunda: as transformações sociais acontecidas nesses séculos foram muito visíveis nas cidades. O crescimento do número de homens livres era paralelo ao crescimento e à concentração das riquezas. As rivalidades entre os grupos de comerciantes, ou dos grupos de famílias nobres, criaram uma perpétua tensão nas cidades. Nem todos os homens livres das cidades podiam exercer cargos públicos ou participar do comércio de longa distância. A maioria da população, mesmo livre, era de empregados, com longas jornadas de trabalho e com pagamentos insuficientes para a sua sobrevivência. Em vários momentos, a luta entre os grupos ricos e dominantes da cidade arrastava toda a população, que se dividia entre esse ou aquele grupo. Em outros momentos, a população pobre atacava o governante e a nobreza local, em grandes revoltas motivadas pela situação de miséria, frente aos esplendores dos ricos e poderosos. Essas rivalidades e revoltas colocavam as cidades em

Foro de cidade

Regras dos direitos tradicionais e dos novos direitos adquiridos pelas cidades, que passam a ser escritos. Têm uma grande variedade, dependendo das condições das cidades. Por exemplo: a algumas cidades é dado pelo rei ou imperador o direito de cunhar moedas. Outras conquistaram esse direito, assim como sua forma de governo e justiça.

República

Na época, era uma forma tanto de governo quanto do status de uma cidade, em relação à região que a circundava. A *res publica* (a coisa pública, o que é de bem comum a todos) significa que a cidade é totalmente independente. De fato, no século XV, as repúblicas serão cidades-Estados. Seu governo, ou administração, entretanto, possuirá diferentes formas: conselhos burgueses, conselhos de nobres ou governos de príncipes.

perigo, na medida em que desorganizavam a sua produção e o seu comércio e as tornavam presas fáceis dos reis, imperadores, papas e, mesmo, das outras cidades.

A terceira: podemos perceber que todas essas frentes de lutas têm, como base, questões de direitos, deveres e privilégios a serem mantidos ou distribuídos. Reis, imperadores, papas e os grupos cidadãos, em cada crise que acontecia entre eles, precisavam estabelecer o que, politicamente, lhes pertencia. Foram os estudiosos das universidades, os novos humanistas, que estabeleceram essas regras políticas, não sem grande controvérsia, até porque estavam a serviço de grupos rivais. Em linhas gerais, teremos os humanistas favoráveis ao papa, que defendiam a sua supremacia sobre todos, porque entendiam que a Igreja possuía os dois poderes, isto é, possuía o direito espiritual e o direito temporal; os humanistas que serviam ao imperador, que defendiam a separação dos poderes: ao papa, a supremacia religiosa, e ao imperador, o poder temporal; e os humanistas que serviam aos reis, que defendiam a soberania dos reis frente ao imperador e ao papa. Para as cidades, era muito importante que seus humanistas defendessem suas liberdades municipais frente a todos os outros poderes em disputa.

Para garantir o **foro de cidade**, essas comunidades ora faziam alianças, ora faziam guerras. Por isso, temos uma série de denominações para as cidades, dependendo da aliança feita para a sua proteção ou então da maneira pela qual eram governadas. Você pode ler nos livros de História sobre: cidades consulares, as **repúblicas**, cidades francas, cidades reais, cidades papais, cidades imperiais.

Essas denominações significavam que as cidades estavam sob a proteção do rei, do papa ou do imperador, mas todas possuíam liberdade municipal, organizando seu próprio governo. Já as cidades consulares e as repúblicas eram totalmente independentes, não possuindo nenhum senhor externo. Essas cidades, das quais Florença é a mais conhecida, tratavam de seu próprio governo, de sua própria defesa, estabeleciam suas próprias leis e precisavam de grande atuação diplomática. As relações com outras nações, com os reis e com o imperador eram um jogo delicado.

Nas cidades, não somente o dinheiro era concentrado nas mãos da alta burguesia e da nobreza da cidade, mas o governo também. Quem governava administrava os preços, os espaços, o comércio e o trabalho. Nos séculos XIII e XIV, mesmo nas cidades/repúblicas, rebeliões contra os governos eram tão numerosas quanto as rebeliões de fome. A citada Florença era um dos maiores exemplos de revoltas do “povo miúdo” (os cidadãos em geral) contra o “povo maior” (ricos governantes burgueses e nobres). As causas dessas revoltas estavam na contínua elevação dos privilégios da alta burguesia e da nobreza da cidade; as alianças que esses governantes faziam com papas e reis contra os próprios interesses da cidade, mas muito favoráveis a eles; a arregimentação contínua e obrigatória da população para obras e defesa da cidade, e o crescente luxo ostentado pelos governantes, em meio à miséria da maioria da população.

As lutas pelo poder também eram exercidas entre os poderosos. Famílias nobres lutavam entre si pelo governo das cidades e pelas alianças com outros poderosos. Facções familiares e de negócios lutavam pelas ruas da cidade e construíam armadilhas políticas para os grupos rivais com reis, papas e senhores de outras regiões. Muitas cidades tinham suas liberdades postas em risco mesmo por cidades aliadas que as cercavam, ou mesmo as invadiam, para dar apoio a esse ou àquele grupo.

Esse modelo político das cidades defende que **valores culturais** estão muito ligados a questões de poder. O luxo, as condições de moradia, o prestígio social e o valor dado ao trabalho que era exercido também faziam parte do aparato do poder e o tornavam visível. Lembremos que estamos falando de uma sociedade na qual a linhagem, o nascimento e a riqueza originada pelo grande comércio davam as condições da posição social de cada um. Nessa sociedade, cada ordem determinava um modo de vestir e o tipo de tecido que podia ser usado, o tipo de trabalho que podia ser exercido, quem podia usar o cavalo ou a mula, quem podia usar a espada e o punhal. Os direitos e deveres de cada ordem eram diferentes e dependiam da posição do indivíduo na sociedade.

Cultura

Conjunto de valores de uma sociedade.

Esses valores se expressam nas formas e materiais empregados nos objetos, desde o vestuário e mobiliário, os pequenos objetos de uso cotidiano, até as joias e a arquitetura das casas. Todo esse conjunto é denominado “a cultura material de uma sociedade”.

A cultura também se torna visível no valor dado às formas de trabalho, e aos trabalhadores, e também nas ideias, nos ideais, nas crenças e nos modelos que explicam o mundo, em cada época da História.

As penalidades eram severas: o exílio (expulsão da cidade); a exposição na praça central da cidade, amarrado a um poste ou roda, para que todos vissem e jogassem pedras e frutas podres; o enforcamento.

Essas análises políticas sobre as cidades percebem o renascimento como fruto da luta pelo estabelecimento, pela consolidação e pela manutenção das liberdades dessas comunidades, e pelo poder entre as ordens sociais que nelas existiam. Isso porque as cidades e seus grupos precisavam estabelecer, de maneira clara e lógica, formas de argumentação que tornassem legítimas suas pretensões de liberdade frente aos reis, ao imperador e aos papas. Precisavam, da mesma forma, garantir que as possíveis alianças com esses senhores não afetassem as suas liberdades locais. Necessitavam dar substância e legitimidade às suas formas de governo e à administração das liberdades dos indivíduos que nela habitavam, garantindo as rígidas divisões sociais. Nesse sentido, foram os humanistas que elaboraram, numa verdadeira arena de disputas, tratados de defesa e ataque das partes envolvidas. A busca de precedentes, a necessidade de fundamentar costumes ancestrais não escritos, de persuadir a parte oponente de sua razão (chama-se a isso *retórica*) vão construindo, ao longo dos séculos XIII e XIV, um novo tipo de conhecimento. Houve o uso dos antiquíssimos direitos romano e visigótico, também de antigos tratados teológicos sobre o poder e as funções reservadas à Igreja e suas ordens. Nunca se escreveu tanto sobre o governo dos homens e o governo de Deus. Assim como sobre a paz, as formas de governo e as liberdades.

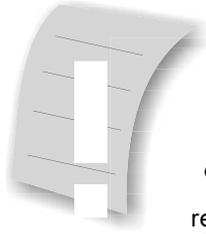
O humanismo foi um novo tipo de conhecimento porque, apoiado em referências mais antigas das civilizações ocidentais, não somente as usou, mas as transformou na busca de soluções para problemas da época. Mais ainda: começa a nascer, entre esses humanistas, a indagação e a defesa de uma razão, de um governo e de uma sociedade seculares, temporais, separados da esfera religiosa. O humanismo foi um dos movimentos mais importantes, originado pelo renascimento das cidades na formação do que chamamos de Idade Moderna ocidental.

Cidades e sociedade

Embora as cidades ajudassem a formar homens livres e as liberdades comunais, essas liberdades continuavam a seguir os rígidos códigos de linhagem, nascimento e trabalho, isto é, o que constituíam as *ordens sociais* no conjunto da sociedade local. Nos séculos XIII e XIV, o desenvolvimento das cidades e do comércio originou uma nova ordem social – a burguesia – e aumentou em muito a ordem dos homens livres, sem extinguir as antigas ordens de nobreza e mesmo as ordens de servidão.

Essas ordens sociais possuíam inúmeras divisões: alta nobreza, pequena nobreza; alta, média e pequena burguesia; camponeses ricos, apenas abastados, camponeses livres pobres e camponeses ligados aos grandes senhores; artesãos ricos, pequenos artífices independentes e artesãos muito pobres, operários das manufaturas; servos urbanos que trabalham nas casas de seus senhores nobres ou burgueses, ou ainda servos da gleba nas propriedades rurais da nobreza.

Nessa sociedade tão diversificada, o reconhecimento da posição social era feito pelo tipo de trabalho, de roupas, tecidos, armas, transporte e objetos que as pessoas podiam usar. Vários artigos eram proibidos para algumas ordens da sociedade, mesmo que possuíssem dinheiro para comprá-los. Cada ordem social tinha seus direitos e deveres, suas leis, que incluíam objetos permitidos e proibidos. Por exemplo: um homem livre, mesmo rico, pertencente à alta burguesia, não poderia usar espada e esporas, não poderia se apresentar usando sedas. Eram produtos restritos à nobreza. As mulheres nobres podiam se apresentar com os longos cabelos soltos, ou com altos adornos de cabeça, o que não era apropriado às mulheres do povo. Daí a prática do conforto e da riqueza no interior da casa, principalmente aquelas da burguesia, já que não poderia se apresentar à sociedade com a suntuosidade própria à posição dos nobres.



As imagens são fontes importantes para a História. É preciso atenção para perceber todos os elementos que fazem parte da imagem: objetos, vestuário, ações representadas... Cada um desses elementos informa ao historiador elementos sobre a cultura material e simbólica das sociedades.



Figura 3.3: *O banqueiro e sua mulher*, de Quentin Metsys, Museu do Louvre.

In Herry Miskimim, *A economia do renascimento europeu*, capa.

A posição social estava, também, ligada à maneira como o poder político era acessado pela população. Por exemplo: um artesão qualificado, ou mesmo um camponês rico, não poderia, sob hipótese alguma, pertencer aos conselhos que administravam a cidade. Não poderia ter nenhum cargo público.



Atende ao Objetivo 3

2. Observe com atenção as gravuras e responda:

Quais os elementos materiais que podem indicar o tipo de trabalho, ou de posição social dessas pessoas? Use sua imaginação e coloque essas imagens em uma ordem crescente de poder e riqueza, explicando o porquê da ordem em que você colocou.



1

Selo de mercador de lã inglês, século XIII.
Fernand Braudel, *As estruturas do cotidiano*.
Martins Fontes, 1997, p.100;



2

Traje masculino. Carl Kohler. *História do vestuário*. Martins Fontes, 1998, p.166.



3

Traje feminino dos séculos XIII e XIV.
Carl Kohler. *História do vestuário*.
Martins Fontes, 1996, p. 173.



4

As sementeiras. Século XIII. Fernand Braudel.
As estruturas do cotidiano.
Martins Fontes, 1997, p. 295.

Comentário

Para responder à questão, é necessário reler a parte do texto sobre cidade e sociedade e reconhecer como se apresentavam as ordens sociais. Lembre-se de que as ordens sociais possuíam inúmeras divisões: alta nobreza, pequena nobreza; alta, média e pequena burguesia; camponeses ricos, apenas abastados; camponeses livres pobres; camponeses ligados aos grandes senhores; artesãos ricos, pequenos artífices independentes e artesãos muito pobres, operários das manufaturas; servos urbanos que trabalhavam nas casas de seus senhores nobres ou burgueses ou ainda servos da gleba nas propriedades rurais da nobreza. Nessa sociedade tão diversificada, o reconhecimento da posição social era feito pelo tipo de trabalho, de roupas, tecidos, armas, transporte e objetos que as pessoas podiam usar.

CONCLUSÃO

As cidades dos séculos XIII e XIV tornam-se grandes comunidades socioeconômicas, mas também centros políticos na medida em que as decisões locais estão sempre ligadas às grandes regiões mercantis e de poder nas quais ela se localiza. Nelas nascem novas formas de riqueza, de poder e novas formas de governo. As liberdades comunitárias, entretanto, abrem cada vez mais um descompasso entre as liberdades de cada grupo social. Nas cidades, surge a burguesia como um conjunto social novo e poderoso localmente. Surge também uma elite artesanal e universitária,

os humanistas, que consolida o Renascimento das cidades. Saberes e fazeres que transformam a Europa ocidental, mas que subordinam a liberdade e a riqueza a grupos sociais específicos, numa aliança entre o novo e o antigo: ricos burgueses, humanistas, nobreza e alto clero. As liberdades do povo miúdo são rigidamente controladas, com as mesmas alianças, entre o novo e o antigo, no pavor das rebeliões e reivindicações dos pobres. Nesse sentido, os modelos econômico e político são complementares: no espaço das cidades, o poder e a riqueza surgem entrelaçados, de forma original, nova e transformadora.

RESUMO

Esta aula apresentou o desenvolvimento das cidades pelo comércio e como esse desenvolvimento alterou a sociedade. Apresentou, também, os dois modelos de análise para as cidades dos séculos XIII e XIV: a cidade como mercado e a cidade como organização política. Esses dois modelos apresentam suas abordagens sobre o Renascimento.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos entender como as cidades e os reinos superaram as crises do século XIV, construindo poderosas redes de comércio e de poder para além da Europa.

Aula 4

Expansão comercial e
expansão marítima

Metas da aula

Analisar o processo de recuperação da Europa após a grande crise do século XIV e identificar as etapas do processo de expansão comercial e marítima do século XV.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as etapas da recuperação econômica e social, no século XV;
2. reconhecer as características de cada etapa dessa recuperação como um processo geral de longo prazo;
3. analisar a relação entre a expansão comercial e marítima do século XV e a formação dos impérios coloniais modernos;
4. identificar e caracterizar os impactos culturais da expansão comercial e marítima do século XV.

Pré-requisito

Para um bom aproveitamento desta aula, recomendamos que você tenha em mãos um atlas geográfico. Sugerimos o *Geoatlas*, de Maria Elena Simieli, Editora Ática.

INTRODUÇÃO

Na Europa ocidental, o século XV é o século da recuperação da grande crise do século anterior. As formas pelas quais foi feita essa recuperação foram bastante originais e de grandes impactos em todos os setores da vida em sociedade. Os saberes, a cultura, o comércio, a política e os próprios espaços ocupados sofreram enorme transformação. Todas essas questões, que atuaram ao mesmo tempo, serão apresentadas em partes. Não se esqueça de que todas elas interagem entre si.

A expansão comercial marítima mediterrânea e a recuperação econômica da Europa

Na segunda metade do século XIV, a Europa ocidental sofreu o abalo da Peste Negra, que atingiu sua população e seu desenvolvimento. Cidades em crise, campos sem semear, pobreza geral. As linhas de comércio interrompidas entre cidades atacadas pela peste abalaram fortunas. Os camponeses procuravam abrigo nas cidades e os cidadãos fugiam para o campo. Os caminhos da Europa estavam cheios de fugitivos e de bandos que atacavam aldeias e viajantes em busca de comida ou dinheiro. A desordem e a miséria se espalhavam.



Você conhece o filme *O sétimo selo*, do conceituado cineasta sueco Ingmar Bergman? Nele, um cavaleiro cruzado volta ao seu país, após longos anos de guerra, e encontra um lugar assolado pela peste bubônica. Quando a morte chega para levá-lo, ele propõe um jogo de xadrez. Durante o tenso e angustiante jogo, o cavaleiro busca respostas para questionamentos existenciais e espirituais. Esse é, com certeza, um filme imperdível.



Recuperar as rotas e trocas comerciais na Europa era fundamental. Mas, para tal, era necessária a recuperação da produção e da moeda. Como vender e o que vender? Como comprar? A moeda faltava, as minas de metais amedáveis se esgotavam. O abastecimento das cidades falhava porque os campos produziam pouco devido à peste e à fuga para as cidades. As cidades inchavam com uma população de famintos e sem trabalho. A recuperação da Europa seria lenta. Os campos precisavam ser repovoados e cultivados. Não é de um dia para o outro que a agricultura produz em quantidade suficiente. Se tudo faltava na Europa, seria preciso buscar o que necessitavam em outras regiões. É essa procura que irá retomar e ampliar as relações mercantis de longa distância, reorganizar as redes comerciais por todo o Mediterrâneo, inserir o norte da África na economia das trocas, assim como o oriente mediterrânico. Essa nova expansão revitalizará a Europa em um movimento para fora que, ao longo do tempo, volta a ser um movimento para dentro do continente.

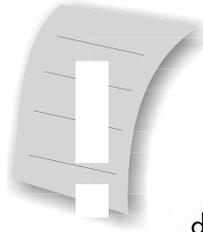
De que a Europa precisava? De ouro e de prata para as moedas; dos cereais (trigo, centeio, cevada ou qualquer grão comestível) para abastecer as cidades. Precisava também de matérias-primas para as suas manufaturas. Como conseguir tudo isso? Desenvolvendo várias estratégias ao mesmo tempo: recuperando as antigas rotas comerciais mediterrânicas estabelecidas desde o movimento das Cruzadas; desenvolvendo técnicas de navegação e transporte marítimo; reatando ou organizando contatos com centros produtores através da guerra de conquista, de tratados comerciais ou fortalecendo os laços com as antigas comunidades cristãs e judaicas espalhadas desde o Mediterrâneo mais ocidental até seu extremo oriente; fundando entrepostos comerciais e bancários em todas essas regiões.

Foram as cidades italianas as primeiras a se lançarem em tal aventura. Tinham tudo para isso: em primeiro lugar, já possuíam, desde os dois séculos anteriores, inúmeras cidades e uma infraestrutura que, mesmo em crise, poderia ser revitalizada com rapidez.

Em segundo lugar, a posição geográfica da península italiana era extremamente favorável à navegação através dos dois lados do Mediterrâneo. Mesmo navegando junto ao litoral (a chamada *navegação de cabotagem*), atinge vastas regiões do sul da França e da Espanha, a ocidente; a oriente, atinge Constantinopla e o litoral de todo o Oriente Próximo. Cidades como Pisa, Amalfi e as duas grandes rainhas e rivais do comércio, Gênova e Veneza, dominavam as rotas que uniam toda a bacia do Mediterrâneo. Suas feitorias (os *fondaco*) armazenavam e revendiam aos comerciantes o trigo, os tecidos, os objetos de cobre das cidades do norte da África; a seda, a musselina, as madeiras preciosas, o incenso de Constantinopla (antiga Bizâncio). Populações da Península Balcânica eram, nesse momento, “peças” de comércio postas em servidão nas cidades. Em troca, as cidades italianas levavam a esses lugares os produtos europeus, sendo o vidro veneziano e os tecidos genoveses os mais valiosos, dando oportunidade à recuperação das manufaturas italianas e europeias em geral. Num entreposto italiano no Oriente, por exemplo, qualquer comerciante poderia encontrar produtos do norte da Europa, sal de Portugal, cortiça de Castela, escravos das ilhas, a sua própria correspondência, um quarto para dormir e, ainda, trocar seu dinheiro.

Cada vez mais, longas rotas se estabeleciam, com um número enorme de intermediários, em direção aos grandes mercados italianos. Esse movimento acabou por organizar uma teia de relações que iam do norte e leste da Europa até o Mediterrâneo. Isso é o que chamamos *movimento para dentro do continente*: a expansão comercial e mercantil provocou a revitalização de todo o continente europeu.

Existem três grandes diferenças entre essa expansão e aquelas dos séculos XIII e XIV: a primeira, é que estava solidamente apoiada nas navegações de longo curso; a segunda, nos tipos de mercadorias envolvidas, que eram prioritariamente produtos de luxo, as chamadas *especiarias*; a terceira, que colocou a cultura cristã em estreitas relações comerciais e políticas com as culturas não cristãs.



O comércio entre cristãos, judeus e muçulmanos

A Europa conhecia e perseguia de longa data o povo judeu. Em suas cidades, existiam comunidades judaicas que eram obrigatoriamente fechadas e afastadas, cujo maior exemplo seria em Veneza, de onde se originou a palavra gueto. O povo judeu era periodicamente obrigado a fugir e espalhar-se em várias regiões. Era um povo cosmopolita e culto, cujas comunidades tinham intercâmbios culturais e comerciais. São essas ligações que interessavam aos cristãos europeus em expansão, apesar de manterem todas as discriminações possíveis aos judeus. Já os muçulmanos eram conhecidos pela sua expansão, desde o século VIII, que atingiu e dominou todo o norte da África e o sul da Península Ibérica. Detestados pelos cristãos, são, entretanto, peças fundamentais para as relações comerciais em Constantinopla, em todo o Oriente Médio, no Egito e nas cidades norte-africanas. Nos negócios, o princípio era “inimigos, inimigos, negócios à parte”. Os próprios papas tinham tratados comerciais e políticos com os árabes e, posteriormente, com os turcos que conquistaram Constantinopla. Muitas vezes, esses tratados eram alianças contra povos cristãos.



É um erro pensarmos que as especiarias eram temperos (condimentos) para preservar carnes e alimentos. As carnes eram salgadas ou secas ou, ainda, envoltas em camadas de gordura; assim, não estragavam! Os vegetais e frutas eram enterrados em solo gelado no inverno, preservados secos em barris ou imersos em mel; também não estragavam! Chamamos de especiarias os mais de 500 tipos de produtos que eram importados do Oriente e, depois, da África. Eram produtos que a Europa não produzia; por isso, eram especiais. Todos eles eram considerados produtos de luxo e só muito lentamente passaram a ser consumidos pela média burguesia ou mesmo pela elite de artesãos. Eram caríssimos! Em geral, eram produtos leves, de grande duração (porque eram secos ou de metal) e, mesmo vendidos em pouca quantidade, davam um lucro fabuloso. As especiarias possibilitaram enorme enriquecimento das cidades e de seus comerciantes.

Exemplos de especiarias: rubi, diamante, pérola, madeira de sândalo, incensos diversos, gomas perfumadas, aniz, canela, seda, frutas orientais secas, joias orientais, móveis de teca (tipo de madeira preciosa), musselina, tinturas diversas e... a rainha das especiarias: a pimenta!

A expansão mercantil marítima acelerou o uso da moeda, e isso é hoje chamado monetarização do comércio e da sociedade. Continuava uma fome imensa de ouro, prata e cobre para as moedas. Crises agudas, mas curtas, estrangulavam tanto o comércio marítimo quanto o terrestre na Europa, pela contínua falta de metais. Reis e senhores das cidades tornaram-se quase falsos moedeiros, refundindo as moedas, diminuindo seu peso e a quantidade de metais nobres, atingindo em cheio o seu valor, na ânsia de abastecer as trocas. O ouro conseguido no Oriente e no norte da África era ainda insuficiente, e a Europa estava sempre deficitária. Seus produtos eram concorrenciais porque eram comuns a todos: tecido de lã, azeite, fruta seca, sal, vidro, vinho do sul. Do norte europeu, tínhamos o âmbar, madeiras e peles. Eram produtos de menor valor do que aqueles que precisavam ser comprados. Quem tinha acesso

aos metais teria o domínio do comércio marítimo mediterrânico. O Mediterrâneo era a vida para os europeus, em especial para as cidades italianas. Imaginem, então, as dificuldades pelas quais passavam países e regiões afastados desse eixo econômico! São eles, aliás, que provocaram uma segunda etapa da expansão comercial e marítima no século XV, precisamente em 1415.

Observe o mapa com atenção.



Figura 4.1: Bacia do Mediterrâneo e centros de comércio.

Legenda: L=Lisboa; G=Gênova; V=Veneza; C=Constantinopla

Procure localizar as cidades de Gênova e Veneza, na Península Itálica; as cidades de Ceuta e Tânger e o emirado do Egito, no norte da África; a cidade de Lisboa, na Península Ibérica; o estreito de Gibraltar, entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Em linhas gerais, temos as rotas venezianas que estavam concentradas nas trocas entre Constantinopla e o Oriente Médio. A distribuição dos produtos, assim como a captação de mercadorias europeias, era concentrada em grandes depósitos ou armazéns em Veneza, onde eram comprados e redistribuídos pelas rotas comerciais no interior da Europa. As rotas genovesas, que também atingiam Constantinopla, concentravam-se no comércio com as cidades do norte ocidental da África e no abastecimento da Península Ibérica.

Ainda utilizando o mapa, podemos perceber algumas características e problemas nesse comércio: em primeiro lugar, temos o Mediterrâneo como o grande eixo econômico do qual depende a Europa, principalmente a do sul, para seu abastecimento básico de

cereais, de metal amoeável e de artigos muitíssimo lucrativos: as especiarias orientais e o trigo do Egito; das **idades bérberes**, o ouro, o trigo e artigos manufaturados, como tecidos.

Em segundo lugar, o Mediterrâneo tornou-se também um enorme palco político, no qual as cidades italianas mostravam sua rivalidade. Guerras, espionagem, políticas de segredo e tratados entre si e com os entrepostos comerciais que queriam monopolizar formavam as mais estranhas alianças e as mais ferozes rivalidades, que arrastavam outras cidades e nações. A entrada direta no comércio mediterrânico ou o acesso indireto a essas rotas através de alianças com as cidades italianas passava a mobilizar a política europeia.

Em terceiro lugar, temos regiões que, pela posição geográfica e fragilidade econômica e política, estavam praticamente excluídas da expansão comercial marítima mediterrânica. Era o caso da Península Ibérica, especialmente, o de Portugal.



Figura 4.2: Gênova “Apertada entre a montanha e o mar, Gênova, obrigada a crescer em altura, é uma avalanche de casas juntas umas às outras que descem a encosta desde a linha de fortificações até o porto.”

Fonte: Braudel. (1997, p. 457)

Cidades bérberes

A expansão árabe no norte da África revitalizou e consolidou, econômica e politicamente, antigos centros citadinos. Safi, Tânger, Ceuta, Fez (mais no interior), Trípoli e Alexandria, no emirado do Egito, são alguns exemplos. À exceção de Alexandria, eram cidades-estados e grandes centros manufatureiros, produtores e exportadores de trigo e, ainda, pontos terminais das grandes caravanas que atravessavam o deserto do Saara – rotas transaarianas –, trazendo ouro das minas do Sudão. Eram chamadas cidades bérberes porque nelas coexistiam elementos da cultura árabe (religião, formas de administração, a escrita) com os variados e fortes elementos das culturas africanas locais. As cidades de Tânger e Ceuta eram ainda mais importantes, porque dominavam a região do estreito de Gibraltar, logo, uma importante rota de comércio e abastecimento da Península Ibérica.



Figura 4.3: Venda de carne salgada no princípio do século XV.

Fonte Braudel (1997, p. 174)



Figura 4.4: Lagar de azeite, século XV.

Fonte: Braudel (1970, p. 167)



Figura 4.5: Medidores de trigo, século XV.

Fonte: Braudel (1970, p. 102)



Figura 4.6: Cunhagem de moedas

Fonte: Braudel (1970, p. 379)



Atendem ao Objetivo 2

1. Quais as condições favoráveis que as cidades italianas possuíam na política, na economia e na geografia, que lhes permitiram a expansão mercantil de longa distância no século XV?

Comentário

Para responder, você deve conhecer a formação das cidades independentes italianas, assim como o desenvolvimento de sua população de homens livres, principalmente dos mercadores e, especialmente, a posição geográfica da Itália em relação ao Mediterrâneo.

2. Quais as diferenças entre a expansão mercantil dos séculos XIII e XIV e a expansão do século XV?

Comentário

A resposta deve observar as diferenças entre as redes de comércio na Europa e aquelas que partiam da Europa e cobriam todo o Mediterrâneo. Para conseguir isso, a Europa desenvolveu novas técnicas de navegação e novas negociações com povos que eram considerados inimigos.

3. Faça uma pequena redação, explicando por que a Europa precisava tanto de cereais e de metais no final do século XIV e início do século XV.

Comentário

Para responder, você precisa desenvolver o contexto da grande crise do século XIV, que envolve a Peste Negra e suas consequências para a produção e o comércio europeus.

A segunda etapa da expansão comercial marítima

Das regiões excluídas do comércio direto na bacia do Mediterrâneo destacamos a Península Ibérica, que do final do século XIV ao início do século XV, enfrentava dificuldades e obstáculos para o seu desenvolvimento. Foram os obstáculos, tanto internos, quanto na procura de inserção ao comércio mediterrânico, que levaram Portugal e, posteriormente Castela, às novas rotas de comércio. Quais eram esses problemas e como relacioná-los ao Mediterrâneo? Internamente, a Península Ibérica estava organizada politicamente, como um conjunto de pequenas nações, muitas vezes rivais entre si. Desse conjunto destacamos Castela e Portugal. Castela em processo de implantar o seu domínio, por alianças, casamentos e guerras, às outras nações, ao norte e a leste de suas fronteiras. A conquista da região sul, de domínio árabe, poderia servir de exemplo dessa política de longo prazo e levada a cabo pela união

de Aragão e Castela. Já Portugal, no início do século XV, ainda sofria as consequências da ascensão de uma nova dinastia ao trono: a dinastia de Aviz, resultado de uma guerra civil que dividiu a nobreza e a população, desorganizou a produção e o comércio, provocou revoltas de fome e criou uma enorme tensão em suas fronteiras com a Castela expansionista.

Sal

Um dos produtos mais importantes para a alimentação e para o comércio, logo para a economia. As rotas do sal, formaram caminhos de comércio antiquíssimos na Europa, como também na África e no Oriente. Na Europa usa-se o sal para conservar as carnes, vendidas nas feiras e em rotas de grandes distâncias. No período da Quaresma, no qual o cristão ficava proibido de consumir carne por 40 dias, a comida era o peixe. Como conservá-lo para distribuí-lo em longas distâncias? O peixe salgado era colocado em barris fechados e despachado por mar, ou no lombo de mulas. O sal era também um produto caro e valioso, em si mesmo. Na África era trocado por escravos e produtos do interior do continente.

Tanto Portugal quanto Castela tinham em comum as mesmas dificuldades de abastecimento e comércio. Pelo mar do Norte, o comércio e o abastecimento eram, inúmeras vezes, interrompidos pelas guerras entre Inglaterra e França e por estarem muitíssimo distantes das rotas comerciais terrestres que cruzavam a Europa. Dependiam muito do interesse de Gênova, para abastecê-los. O comércio de Gênova com as cidades do norte da África era mais lucrativo e menos perigoso. Passar o estreito de Gibraltar era desafiar os piratas e comerciantes marítimos bérberes. Entretanto, todos os perigos, ao norte e ao sul, sempre seriam fortemente enfrentados na busca de produtos valiosos. Infelizmente não era o caso. Em troca das custosas especiarias e do caríssimo trigo, o que Portugal e Castela ofereciam? Os mesmos produtos que existiam por todo o litoral do Mediterrâneo, a serem comercializados com menos custos de viagem e menos perigo: azeites, cortiças, peixes secos, frutos secos e tecidos grosseiros. Apesar dessas dificuldades, a rota genovesa, pelo estreito de Gibraltar, foi muito importante porque permitiu que os produtos do Mediterrâneo chegassem ao norte da Europa, passando por Lisboa e Londres, que se tornaram entrepostos importantes e, ao mesmo tempo, eliminavam a passagem dos produtos pelas morosas e complicadas rotas do interior da Europa. Muitos genoveses se instalaram em Lisboa e o conhecimento de suas técnicas comerciais e das rotas marítimas deu aos portugueses o que o historiador Pierre Chaunu chamou de “privilégio ibérico”, isto é, um tipo de conhecimento e de contatos comerciais que pode ser considerado como um dos fatores da expansão portuguesa.

A única vantagem portuguesa, em termos de produto valorizado no comércio mediterrânico foi, durante muito tempo, o **sal**.

Mesmo assim era um comércio deficitário: o que vendiam era muito mais barato do que o que precisavam comprar. A diferença de preços tinha que ser coberta com moedas que, aliás, não tinham, assim como também não possuíam minas de prata ou de ouro, cujos metais poderiam ser transformados em moedas.

A solução encontrada foi a conquista de Ceuta, em 1415. A partir de então, os portugueses lançaram-se sobre o litoral ocidental da África, descendo o continente. É o início do chamado Périplo Africano, à procura de ouro, peles preciosas e exóticas, madeiras e especiarias, chamadas pelos concorrentes italianos de “falsas especiarias, já que não vinham do Oriente. Castela, envolvida na unificação dos reinos sob seu domínio, lançou algumas expedições às ilhas atlânticas mais próximas, mas sua política em direção ao Atlântico só foi consolidada no final do século XV, tendo como marco mais visível as viagens de Colombo.

Esses acontecimentos, brevemente relatados, foram muito importantes, tanto para o ensino da História, quanto para as pesquisas desenvolvidas sobre a relação entre a expansão marítima mercantil e a formação dos Impérios coloniais, que foi também considerado um dos marcos fundadores do Mundo Moderno. Vamos analisá-los separadamente:

Da importância da conquista de Ceuta e do conhecimento da África Ocidental

O ensino da História e muitos dos livros didáticos continuam repetindo que, após a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, a Europa iniciou a expansão marítima à procura do caminho para as Índias. Procura essa em que Portugal foi o pioneiro. É preciso, entretanto, destacar que a África passou a ser conhecida e inserida no comércio português desde 1415, com a tomada de Ceuta. Mais ainda: na quinta década do século, os portugueses já haviam atingido o Golfo da Guiné, onde, em 1460, fundaram o forte São Jorge da Mina, monopolizando as antigas rotas do ouro

do Sudão. Isso significa que: a queda de Constantinopla não é, absolutamente, um fator a ser considerado na expansão marítima portuguesa.

Em segundo lugar, Portugal iniciou a exploração do litoral ocidental da África para, por meio das especiarias e do ouro encontrados, poder participar do mercado do Mediterrâneo. Possuindo produtos valiosos e ouro, não seria deficitário no comércio com mercadores italianos. Mais que isso: virava um concorrente!

E o caminho para as Índias?



Figura 4.7: Regiões africanas dominadas pelas rotas e entrepostos de comércio árabe, conhecidas como a Afro-Árbia.

Fonte: Simieli (2000, p. 52)

Ao longo da primeira metade do século XV, Portugal fundou feitorias, continuou a explorar o litoral, descendo o continente, fez alianças com povos locais e, também, a guerra. Enviou expedições por terra, colocou nessas regiões degredados e informantes, fez comércio. Estabeleceu contatos com povos islamizados da Afro-Árbia e, indiretamente, penetrou nas rotas de comércio dominadas pelos árabes na África. Esses contatos deram a Portugal

o conhecimento da enorme riqueza dos entrepostos árabes, no litoral oriental, que possuíam grande comércio com as Índias. Daí a procura de uma rota marítima segura, ao sul do continente africano. Entrar no oceano Índico era a possibilidade do fabuloso “sonho oriental”: riquezas das Índias, da Pérsia, da África Oriental.

Como os homens não conhecem o futuro, é muito importante destacar que a posição geográfica portuguesa só será vantajosa após a consolidação do comércio das rotas africanas, não antes, já que a Europa mercantil vivia para o comércio mediterrâneo.

Impactos e características da segunda etapa da expansão marítima

A entrada de Portugal e, posteriormente, de Castela, como concorrentes no comércio até então dominado pelos italianos, não significa que o eixo econômico da Europa passou para o oceano Atlântico. O mar Mediterrâneo continuou firme, como centro político e econômico da Europa. Isso porque a redistribuição das mercadorias, os créditos para a compra e a venda e os bancos ainda permaneceram com os italianos, no Mediterrâneo. Eles compravam, emprestavam, distribuíaam os produtos vendidos por Portugal. Muitos italianos participavam e comandavam expedições, a serviço de Portugal. Na verdade, o Atlântico era ainda complementar ao Mediterrâneo. Entretanto, o processo de desenvolvimento da expansão marítima em direção à África atlântica tinha novas características, que causaram grande impacto à Europa:

- Novas técnicas e novas descobertas: houve grandes modificações na arte de navegar e na ciência da orientação. Novos modelos de embarcações foram criados, visando ao aumento da área de carga, melhor aproveitamento do vento, melhor domínio do leme, em mar alto e desconhecido. Uma nova cartografia começou a surgir, não somente para marcar as terras descobertas, mas para marcar as correntes marinhas e os novos sistemas de ventos, completamente diferentes dos do Mediterrâneo. Antigos instrumentos de orientação,

como a “agulha imantada” e o astrolábio, foram melhorados, para atender às novas necessidades de navegação. Não era mais “o mar de garrafa” do Mediterrâneo, mas as aterrorizantes amplitudes do Atlântico.

- Novas espacialidades e novas territorialidades: nos espaços africanos, desconhecidas e variadas culturas, organizações sociais e políticas, tão diferentes entre si quanto diferentes das europeias, provocaram enorme mudança na maneira de ver e pensar o mundo, que não era mais e somente a Europa, o Oriente Próximo e o norte da África. A primeira expansão marítima estreitou laços e conhecimentos sobre muçulmanos, bérberes, judeus e variados tipos de cristandades, que já eram conhecidos desde há muito. Na segunda etapa, foi preciso forjar laços e conhecimentos com sociedades totalmente desconhecidas ao europeu. O impacto foi duplo: para o europeu e para os povos africanos ocidentais.

Estes negros, tanto machos, quanto fêmeas, vinham ver-me como uma maravilha, e parecia-lhes coisa extraordinária ver um cristão em tal lugar, nunca dantes visto: e não menos se espantavam do meu traje e da minha brancura; o qual traje era à espanhola, com gibão de damasco preto e uma capinha de peles; reparavam para o pano de lã, que eles não tem, e reparavam para o gibão, e muitos pasmavam; alguns tocavam-me nas mãos e nos braços, e com cuspo esfregavam-me, para ver se a minha brancura era tinta ou carne; e vendo que era carne branca, ficavam-se em admiração. Eu ia a estes mercados para ver coisas novas, e também para ver se lá ia alguém que tivesse ouro (CHANDEGNE, 1990, p. 118).

Essa segunda etapa originou, também, um novo senso de territorialidade. Agora não era somente o caso de negociar a instalação de feitorias, armazéns ou entrepostos de troca, como as cidades italianas haviam feito no Oriente Próximo durante a primeira

etapa da expansão. Ainda nessa primeira etapa, as negociações passaram por Estados, ou Impérios, reconhecidos como tais pelos europeus. Na segunda etapa, as organizações políticas eram tão diferentes que não foram reconhecidas. Os variados tipos de organizações tribais, de nações e reinos não encontraram paralelo na experiência europeia, com o agravante de possuírem religiões não cristãs. “Se não são iguais, são inferiores”. O conceito de diferença, nessa época, era sinônimo de inferioridade. A conquista desses territórios era “um dever cristão”, como também um dever do rei: subordinar e anexar esses territórios, ampliando as fronteiras do seu reino (mesmo que fiquem além do mar) e enriquecendo-o com produtos e súditos. Era o nascimento dos impérios coloniais.

A gênese dos impérios coloniais

A expansão comercial marítima, em especial em sua segunda etapa, era também a da expansão do **território político** de alguns reinos europeus. Vamos desenvolver essa ideia:

Toda e qualquer comunidade está assentada, fixada em um determinado espaço, que é ocupado das mais diversas maneiras. Deve tornar-se produtivo para alimentar a população que o ocupa, deve permitir o fluxo da produção (comércio), internamente e externamente, com outras comunidades. A identidade dessa população é construída pelas relações sociais: as regras e os costumes de sociabilidades; culturais: idiomas, crenças e simbolismos; políticas: o reconhecimento das mesmas autoridades, sejam autoridades locais, ou mesmo mais distantes. Esse território político traz, aos seus habitantes, uma ideia de pertencimento. Cabe às autoridades a administração desse território político, organizando uma teia de relações, chamadas de relações político-administrativas.

Precisamos de muita atenção para analisar os territórios políticos na Europa do século XV. Nesse continente, houve uma enorme variedade de territórios políticos: cidades/repúblicas; confederações de cidades e regiões, reinos e, pelo menos formalmente, o sacro Império Germânico, em franca dissolução.

Território político

... corresponde ao assentamento espacial da unidade política tradicional, ou seja, ao espaço habitado por uma comunidade que reconhece a mesma autoridade política e que vive sob o mesmo estatuto (HESPANHA, 1994, p. 89).

Colônia

Chamamos de colônia, no Mundo Moderno, aos espaços subordinados politicamente pelos reinos europeus, mas muito ativos economicamente. Devem ser administrados pelos reinos e povoados pelos colonos (habitantes do reino que vão radicar-se no novo território). As populações nativas devem ser inseridas, mas sempre de maneira subordinada, às regras, crenças, costumes e autoridades do reino que domina o novo território. A produção econômica deve crescer continuamente para que o reino, que monopoliza o comércio dos produtos de sua colônia, garanta sua presença e poder, nas praças mercantis da Europa.

A primeira etapa da expansão comercial foi dirigida, administrada e coordenada pelas cidades, que não chegavam a ampliar o seu território político. Já na segunda etapa, houve a presença marcante dos reinos, como Portugal, Castela e, muito posteriormente, os reinos da França e da Inglaterra. A existência de uma autoridade acima de todas as outras – o rei – não excluiu a autonomia das autoridades locais e os direitos da população. Os reinos eram um dos tipos de organização política que demonstraram determinado grau de centralização de poder, mas, atenção! A centralização de autoridade não significou que os reis podem fazer tudo o que lhes der vontade! Existiam normas e costumes que deviam ser seguidos. Existiam outras autoridades, como a da Igreja, a da nobreza, a da burguesia que davam sustentação à autoridade real. É um jogo de alianças. Expandir o território político de um reino pressupunha que o rei representava e coordenava os interesses dos seus grupos de sustentação. Por isso, os impérios coloniais, em formação, dependiam da existência e/ou da construção de uma unidade política: o reino. A representação simbólica dessa unidade era a Coroa.

A tomada de outros territórios além-mar, com culturas, organizações sociais, populações e espaços geográficos completamente diferentes, só foi possível com diferentes ações feitas ao mesmo tempo. Para tornar um espaço conquistado em **colônia**, foram necessários alguns elementos.

Esses elementos eram: 1- as guerras de conquista; 2- as alianças com algumas das populações locais; e 3- a escravização de outras. Ocupando a terra com exércitos, administradores, comerciantes, colonos e missionários, era preciso que, à força, todos, nativos ou colonos, reconhecessem ou mantivessem reconhecida a mesma autoridade política: a Coroa do reino.

Quanto mais colônias os reinos tivessem, mais e diferentes produtos teriam para comercializar, embora, com certeza, mais problemas político-administrativos. Os Impérios Coloniais eram, sem dúvida, frutos diretos da expansão mercantil e, além disso, um

fato novo para a Europa: reinos que ampliaram os seus territórios políticos, que não possuíam, entretanto, continuidade espacial. Suas fronteiras eram descontínuas entre si.

A gênese dos Impérios Coloniais Modernos também implicou novas relações políticas entre os reinos. Novas guerras e novos tratados, novas alianças e novos conflitos surgiram na disputa da conquista de territórios além-mar. Era necessário demarcar as posses e as zonas de influência de cada reino, o que foram sempre questões conflituosas. Esses conflitos explodiram no continente europeu, nos mares navegados e nas próprias áreas coloniais, envolvendo colonos e nativos.



Atendem ao Objetivo 4

4. Identifique as características políticas e econômicas da Segunda Etapa da Expansão Comercial e Marítima:

Comentário

Para responder, você deve conhecer as dificuldades e necessidades das regiões que estavam afastadas das rotas de comércio do Mediterrâneo, a importância da organização política dos reinos e as novas rotas que vão se abrir ao comércio.

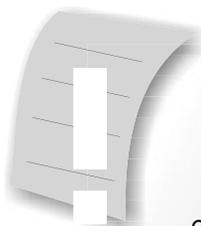
5. Explique por que a Segunda Etapa da Expansão Comercial e Marítima é, também, a etapa da Expansão Territorial de reinos europeus.

Comentário

Para responder, você deve definir o que é território político e qual a importância da dominação dos novos espaços produtores de riquezas pelos reinos europeus.

A expansão mercantil e a cultura renascentista

Vamos relembrar, da aula anterior, o conceito de cultura:



Cultura é o conjunto de valores de uma sociedade. Esses valores se expressam nas formas e materiais empregados nos objetos, desde o vestuário e mobiliário, aos pequenos objetos de uso cotidiano, até as joias e a arquitetura das casas. Todo esse conjunto é denominado a cultura material de uma sociedade. A cultura também se torna visível no valor dado às formas de trabalho, logo de seus trabalhadores, mas também nas ideias, ideais, crenças e modelos que explicam o mundo, em cada época da história.

Vamos examinar as relações e contribuições da expansão mercantil para o chamado renascimento europeu:

– A cultura material: o enriquecimento trazido pelo comércio não foi somente visível pela variedade de produtos e pela formação de fortunas de grupos sociais ou indivíduos. A maneira de viver de outros povos, o uso que faziam de objetos, os seus ornamentos e a sua etiqueta foram copiados e adaptados ao viver europeu. A sofisticação do Oriente e do norte da África começou a ser imitada nas cidades europeias: a roupa ganhou colorido. Homens e mulheres usavam e abusavam das joias e das plumas de pássaros exóticos. Os chapéus ganharam formas de turbantes achatados, ornados de franjas de seda e de broches. Dos couros finos e dos brocados de seda faziam-se os sapatos. As casas ganharam jarros, prataria, véus de musselina. A comida ganhou variedade com os temperos e frutas estranhas, secas ou em mel. Os pratos, mesmo nas casas

mais pobres, tornaram-se individuais. Os pratos coletivos caíram em desuso. As armas de aço ornamentado, as selas trabalhadas a fogo, tornaram-se o apanágio da nobreza. Casas burguesas ostentavam o luxo interior com espelhos, camas com dossel e uma despensa bem fornida. Criaram-se salas para conversação, ou para fazer e ouvir música ou para as mulheres bordarem e receberem a visita de seus familiares. Aos pobres, pouca coisa, adaptada em materiais mais grosseiros e vendidos nas feiras populares.

As formas de trabalho multiplicaram-se para atender à produção, ao transporte, às embalagens e à exportação e importação de mercadorias. O refinamento da cultura material traz, também, enorme escala de trabalhadores e uma nova hierarquia do trabalho. Alguns artesãos tornaram-se valorizados como artistas, mestres de seus ofícios, cobrando caro e vivendo no luxo e não mais compartilham da vida dos artesãos sem qualificação e dos milhares de trabalhadores envolvidos na formação das riquezas das cidades e dos reinos.

Cada reino ou cidade mercantil deseja exprimir seu poder e sua riqueza, como “coisa pública”. As sedes administrativas tornaram-se palácios luxuosos, e igrejas esplêndidas, com sua estatuária de santos, são erguidas. Novos espaços foram criados e ornamentados, para que o “público”, local e estrangeiro, apreciasse e admirasse o poder e a riqueza de sua cidade, ou reino. Praças e mercados em mármore, com fontes e estátuas; jardins com plantas e animais exóticos; desfiles e procissões luxuosas, banquetes públicos e comemorativos, pinturas em capelas de famílias, tudo isso alterou profundamente as cidades. A demanda de materiais nobres e, principalmente, de mão de obra aumentava enormemente. Canteiros, pedreiros, marceneiros, arquitetos/engenheiros, fundidores, ourives, escultores, pintores e tecelões são disputados pela administração e pelos indivíduos de posses. Dentre eles surgiram alguns gênios da Renascença.

– Saberes sobre o mundo: A expansão comercial não trouxe à Europa somente “coisas” e produtos. Trouxe novos conhecimentos e, também, criou novos conhecimentos, que foram interpretados e inseridos às culturas europeias.

A expansão trouxe à Europa a possibilidade de se inserir em longas cadeias de contatos, que trouxeram ao seu conhecimento línguas, costumes, produtos e a localização de povos muito distantes. A ideia do que era o mundo, para os europeus, foi imensamente ampliada. Para atingir esses povos, uma nova Geografia e Cartografia foram produzidas. Diários de bordo e de viajantes formaram uma nova literatura, que cresceu continuamente com a invenção da imprensa. Novas alianças políticas entre a Igreja e os reis foram organizadas, objetivando garantir os poderes dos cristãos sobre os novos espaços e suas populações. Ao mesmo tempo receberam do Oriente tratados literários e científicos, de tradição greco-romana e de tradição árabe-bizantina. A medicina, a higiene, a arquitetura, a filosofia e a matemática desabrocharam, na Europa, sob a direta influência oriental.



Atende aos Objetivos 1,2 e 3

6. Escolha um dos personagens seguintes e faça uma redação sobre ele:

– Um marinheiro português: escreva sobre uma viagem na novíssima rota para a África. Não esqueça as duras condições de vida a bordo; o medo do desconhecido; suas reações aos povos vistos e suas esperanças de enriquecer.

– Um mercador genovês: escreva sobre os seus negócios de importação e exportação; sua fortuna; sua casa; seus objetos de luxo; suas preocupações com as viagens no Mediterrâneo e sua correspondência com os seus sócios no Oriente e na África.

– Um nobre veneziano: escreva como vive; como participa do governo da cidade; seus medos das revoltas do povo; suas preocupações com os rivais genoveses e portugueses.



A series of 25 horizontal solid lines providing a ruled area for writing, starting below the dotted line and ending above the footer.



Comentário

Para responder, você deve conhecer a importância da expansão comercial e mercantil e as suas dificuldades e perigos. Deve, também, conhecer a importância dessa expansão no enriquecimento dos comerciantes e das cidades mercantis cujos governos dependiam de alianças dos ricos burgueses e da nobreza. Deve, ainda, analisar como a concentração da riqueza e do poder desperta na população, ao mesmo tempo, a busca de riquezas e revoltas contra a fome e a miséria.

RESUMO

Nesta aula, observamos que a expansão mercantil e marítima europeia do século XV deu-se em duas etapas. Cada etapa apresentou características próprias, bem definidas, mas ambas pertenceram ao grande movimento europeu de desenvolvimento econômico, fundado no comércio e na navegação de longa distância. O enriquecimento econômico e cultural da Europa foi, visivelmente, fruto dessa expansão de longo prazo.

Informações sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula, vamos verificar de que forma os recursos gerados pela expansão comercial serão essenciais para que a Europa desenvolva uma política de expansão territorial, através de “descobertas” e conquistas, formadora de seus impérios coloniais. Ao mesmo tempo analisaremos como as colônias reforçam e consolidam o chamado capitalismo mercantil.

Aula 5

A noção de
capitalismo comercial

Meta da aula

Caracterizar as diferentes interpretações historiográficas sobre o período moderno, principalmente no seu aspecto econômico, com destaque para a noção de capitalismo comercial.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a interpretação marxista sobre as transformações econômicas do período;
2. caracterizar a noção de capitalismo comercial.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas aulas, você viu que a História Moderna deve ser compreendida como um período de transformações em todos os campos: econômico, social, político e cultural. Além disso, procuramos mostrar que essas transformações implicam em rupturas, mas também em continuidades.

Nesta aula, vamos procurar entender as diferentes interpretações formuladas pelos historiadores a respeito desse período no seu aspecto econômico.

Os diversos historiadores da época moderna, mesmo que elaborando interpretações a partir de perspectivas teóricas divergentes, reconhecem a importância de certos processos de transformação nos séculos XIV, XV e XVI, dentre as quais destacamos: a relevância cada vez maior de uma economia monetária interligando diferentes regiões da Europa e do mundo e modificando de diferentes maneiras as estruturas sócio-econômicas; a aceleração do processo de centralização de poder operado por monarcas e príncipes europeus desde o século XII e que se beneficiam dessa economia de mercado na formação dos primeiros “estados territoriais”;



A expressão, “Estados territoriais” é empregada por Fernand Braudel para designar essas novas estruturas de poder que resultaram de um processo de centralização em torno dos reis, mas que não incluem nem a noção de Estado - no sentido moderno de separação entre governo e Estado - nem a noção de nação.

No plano social, houve transformações significativas, como a importância crescente do setor mercantil, sobretudo nas cidades-estados impulsionadoras desses movimentos de transformação econômica, com consequências para a produção do saber e da cultura e para as tradicionais estruturas sociais. Nesse campo, é fundamental a associação entre a produção de um saber laico e as necessidades do mundo mercantil que transforma o horizonte cultural da Europa, principalmente a partir das suas regiões mais urbanizadas: as cidades do norte da península itálica, as cidades do norte da Alemanha, a região da Flandres, além das cidades da península ibérica recentemente integradas nesse circuito de trocas, a partir da rota genovesa de 1277.

No entanto, esse conjunto de transformações adquire significados diferentes dependendo da perspectiva teórica adotada, gerando, por exemplo, avaliações diversas sobre o peso das permanências e das rupturas nesse processo histórico.

A interpretação marxista

Para a historiografia marxista, essas transformações econômicas, políticas e sociais devem ser compreendidas obrigatoriamente a partir da referência à categoria de modo de produção. Já que o sistema econômico é definido pela esfera da produção, cumpre interrogar se essas transformações comerciais levam ou não à destruição do modo de produção feudal e à emergência de novas modalidades de produção. Em segundo lugar, já que a passagem de um modo de produção a outro é compreendido como o resultado de contradições internas e das lutas de classe, cumpre indagar se a crise do feudalismo – irrefutável a partir do século XIV - é o resultado da expansão da economia comercial e urbana (razões externas), ou das contradições do próprio modo de produção feudal.



No livro *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1978, com textos dos autores Paul M. Sweezy, Maurice Dobb, Rodney Hilton e Christopher Hill você reencontra as questões principais desse debate marxista sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

Essas questões - que geraram diferentes respostas - formam o debate marxista sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

Apesar das divergências entre os autores marxistas sobre o sentido dessas transformações, permanece a referência incontornável à idéia de transição. Pois ainda que existam alterações significativas na atividade comercial e nas finanças, o período compreendido entre a crise do século XIV e o século XVII não implica, para esses autores, alterações significativas no modo de produção.



O Ocidente medieval conheceu um longo período de depressão que começou por volta de 1300 e se prolongou durante todo o século XIV e parte do século XV. Para a compreensão dessa crise, é preciso fazer referência a uma multiplicidade de fatores: desequilíbrio entre, de um lado, a produção agrícola que tinha dificuldades para se expandir devido à ausência de solos virgens e, de outro lado, uma população em crescimento regular desde o século XI; falta de metais preciosos que trazia problemas ao comércio; catástrofes naturais responsáveis pelas más colheitas de 1315/1317, seguidas, após o retorno da abundância, da queda drástica dos preços agrícolas; misérias coletivas como a Guerra dos Cem Anos e a peste negra que dizimou 1/3 da população européia. A crise se manifesta por um declínio da agricultura (deserção dos campos), por uma estagnação das manufaturas, por uma interrupção da expansão comercial, por uma diminuição da população (que gerou falta de mão-de-obra, diminuição da superfície cultivada, queda da produção). Entretanto, as cidades foram menos afetadas do que os campos: os mercadores se enriqueceram emprestando aos proprietários de terras ou adquirindo, a preço baixo, terras que, até então, pertenciam exclusivamente aos nobres. Essa força das cidades em relação aos campos propiciou o fim da servidão, ainda que os camponeses continuassem a pagar tributos aos senhores das terras. Nesse sentido, a crise do século XIV é identificada à crise do feudalismo.

Apesar do fim da servidão, as relações de produção mantêm-se, majoritariamente, feudais, já que o produtor direto permanece atrelado à terra. As importantes transformações das relações comerciais e as alterações engendradas pelo comércio nas estruturas sociais, políticas, etc. são entendidas enquanto uma fase preparatória, de transição – de acumulação de capitais – para o advento de um novo modo de produção, o capitalismo. Para os marxistas só é possível falar de capitalismo, entendido enquanto um novo modo de produção, quando o trabalho é transformado em mercadoria; quando o produtor direto perde qualquer vínculo com os meios de produção e se transforma em trabalhador assalariado. Certamente, esse tipo de relação de trabalho existe bem antes do século XVIII. No entanto, para os marxistas, antes desse período essas relações de produção não são suficientes para alterar, de maneira significativa, o modo de produção de mercadorias e, portanto, não tem consequências importantes para a acumulação de capitais.

Cumpramos ressaltar que as definições sobre o sentido da transição no aspecto econômico têm desdobramentos necessários para a análise dos outros campos históricos. Dessa forma, é exemplar a discussão encaminhada por Perry Anderson a respeito da natureza social das novas estruturas de poder – as monarquias absolutistas - identificáveis claramente na Europa a partir do século XV.

Primeiramente, as estruturas de poder são entendidas como resultado direto das relações econômicas e, possuidoras da função de legitimar e garantir uma determinada relação de dominação de uma classe sobre a outra. Assim, as estruturas de poder no feudalismo serviriam à dominação da nobreza face aos camponeses.

A emergência de novas estruturas de poder no período moderno deve ser entendida como o resultado e a expressão de novas relações de dominação? Elas devem ser vistas como o resultado da dissolução da ordem feudal? O Estado absolutista deve ser compreendido como uma estrutura de transição? Para Perry Anderson não existe ruptura fundamental do ponto de vista do modo de produção feudal. Dessa forma, as novas estruturas de

poder – os “Estados absolutistas” - não podem ser consideradas nem de transição e muito menos como resultados de uma nova ordem liberal burguesa. Considerando as transformações nas relações feudais como meramente formais e não estruturais – já que apesar de colocar o camponês em relação direta com o mercador, continua submetendo-o ao pagamento de tributos – o Estado absolutista é visto como uma estrutura de poder visando à manutenção da ordem feudal. Nesse sentido, todas as inovações perceptíveis nas monarquias absolutistas – burocracias, exércitos permanentes, diplomacias, direito escrito etc, - são destituídas de verdadeira significação, já que a serviço da velha ordem feudal.



O livro de Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1995, é uma referência bibliográfica bastante importante para o estudo da História Moderna. Nesse livro, o autor procura indicar as linhas gerais dos processos de centralização de poder nas diferentes regiões da Europa (Ocidental e Oriental). No seu primeiro capítulo, “O Estado absolutista no Ocidente”, Perry Anderson discute as relações entre estruturas de poder e estruturas econômicas ao colocar a questão sobre a natureza social do Estado absolutista. Essas monarquias absolutistas presentes em boa parte da Europa do século XVI apresentam características inovadoras, típicas de um “estado burguês”: a codificação do direito, exércitos regulares, burocracias permanentes, incipientes sistemas tributários nacionais, primórdios de mercado unificado, diplomacia. Reconhecendo o caráter inovador de todos esses aspectos, o autor procura demonstrar que cada uma deles serve, no entanto, para garantir a Ordem feudal. As novas estruturas de poder são novas na aparência, pois servem para manter o que, em última instância, define o feudalismo, a dominação e a exploração dos camponeses pela nobreza, numa relação em que os camponeses permanecem atrelados à terra.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia a passagem abaixo (retirada do livro *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 7) na qual o autor, Maurice Dobb, procura sistematizar a definição de Marx sobre o capitalismo. Após a leitura, procure indicar, na forma de itens, quais os aspectos são considerados essenciais para a existência do capitalismo, segundo a visão marxista.

Em terceiro lugar, temos o significado inicialmente conferido por Marx, que não buscava a essência do capitalismo num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objetivo de ganho, mas em determinado modo de produção. Por modo de produção, ele não se referia apenas ao estado da técnica – a qual chamou de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – mas à maneira pela qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens, que resultavam da de suas ligações com o processo de produção. Assim, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou – mas um sistema sob o qual a própria força de trabalho “se tornara uma mercadoria” e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. (...) O que diferencia o uso dessa definição em relação às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a existência de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fossem homens de posses, não basta para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais ambiciosos, não bastam – seu capital tem de ser usado na sujeição do trabalho.

Resposta comentada

Após a leitura dessa passagem, você deve ser capaz de compreender que o capitalismo na visão marxista é definido enquanto um modo de produção. Para que se possa falar de capitalismo é necessário que existam modificações do processo produtivo do ponto de vista das relações de produção. Entre as condições essenciais, Maurice Dobb indica:

- a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe;
- o aparecimento de uma classe de homens destituída de qualquer propriedade e que possui apenas a sua força de trabalho como fonte de subsistência;
- a transformação da própria força de trabalho em mercadoria.



A noção de capitalismo comercial As interpretações não marxistas

Em relação ao mesmo período histórico e enfatizando as mudanças de ordem econômica e social, no fim da Idade Média, alguns historiadores se afastam, no entanto, da posição marxista no que diz respeito à definição do sistema econômico exclusivamente a partir da esfera produtiva. As transformações ocorridas na economia mercantil a partir do século XIII-XVI, ainda que sem alterar imediatamente, ao menos de maneira significativa, as relações de produção, teriam resultados muito importantes para a acumulação de capital, expansão comercial e marítima. A importância crescente de uma economia monetária e comercial, com consequências sociais, políticas e culturais, seria suficiente para se falar de um novo sistema econômico diferente do feudalismo. Nesse sentido, certos historiadores, como por exemplo, os historiadores franceses Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Jacques Le Goff, Jean Delumeau, entre outros, propõem o termo “Capitalismo comercial” para designar as estruturas econômicas existentes no período. É preciso deixar claro que, diferentemente dos marxistas, um sistema econômico não é definido a partir da esfera da produção.

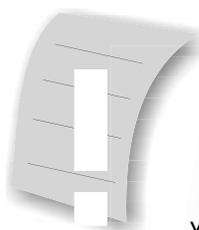
Vejamos mais de perto que elementos justificariam, segundo esses historiadores, falar de um novo sistema econômico nesse período.

Jacques Le Goff atribui um lugar central à retomada de um comércio regular entre o Ocidente e o Oriente na transformação das estruturas econômicas medievais, empregando, para isso, o termo “Revolução comercial”. O comércio com o Oriente implica necessariamente o uso da moeda e coloca em contato regiões antes isoladas do ponto de vista econômico. Essas duas características rompem com o típico comércio medieval, local e fracamente monetarizado.

Na primeira metade do século XIII, existem, na Europa, 4 regiões centrais que se mantêm em contato através de relações comerciais frequentes, regulares e monetarizadas. Esses principais

pólos da economia comercial europeia são: as cidades do norte da Itália; as cidades da Liga Hanseática no norte da Alemanha, a região da Flandres e as feiras da Champagne.

Pelo seu lado, cada uma dessas regiões mantém uma rede comercial que irradia o uso da moeda para além de suas fronteiras. Assim, as cidades da Hansa canalizam a produção de cereais, de madeira, de peles do Báltico que, anteriormente, estaria destinada à esfera do autoconsumo.



O historiador Fernand Braudel caracteriza a economia medieval pela preponderância da esfera do autoconsumo. Sobre essa questão, sugerimos que você releia a nossa 1ª aula.



O termo alemão Hanse é sinônimo de guilda e designa uma associação de mercadores. A Liga hanseática agrega os mercadores de várias cidades alemãs e de outras cidades da Europa do Norte. A Hansa teve sua origem em associações formadas desde o século XII por mercadores alemães em certos entrepostos comerciais fora da Alemanha, por exemplo, em Bruges e em Londres. Neste contexto, a cidade alemã de Lubeck estava à frente da expansão comercial alemã na Europa do Norte, em direção a Flandres e a Inglaterra, mas principalmente em direção ao Mar Báltico. Nesta última zona, foram criados importantes entrepostos durante o século XIII, e as cidades alemãs de Lubeck, de Hamburgo, de Rostock, entre outras, estabeleceram alianças a fim de melhor enfrentar os riscos e os obstáculos ao comércio na região. No fim do século XIII, os comerciantes alemães monopolizavam o comércio no Mar Báltico. Em meados do século XIV, a aliança entre as cidades recebeu sua organização definitiva na forma de uma Liga das cidades, a Hansa. A Hansa nunca foi uma unidade política e nunca manteve nem marinha permanente, nem tesouro comum; as 70 cidades que a formavam sempre mantiveram suas próprias instituições e governos. Entretanto, existia uma verdadeira solidariedade entre as cidades-membro da federação. As principais cidades da Hansa eram: Lubeck, Hamburgo, Brême, Rostock, Dantzig, Riga. A Hansa teve o seu apogeu entre os séculos XIII e XV. (MOURRE, 1996).

Essa rede comercial constituída em torno dessas regiões tem como centro as feiras de Champagne.



A região da Champagne está situada no noroeste da França e foi durante a Idade média uma importante rota de comércio e um ponto de encontro dos comerciantes que vinham de outras regiões da Europa, do Mediterrâneo, da Borgonha, do mar do Norte, da Alemanha. As 6 grandes feiras da Champagne formaram, nos séculos XII e XIII o maior mercado comercial e financeiro do Ocidente: eram elas a de Lagny (dezembro-janeiro), a de Bar-sur-Aube (durante a quaresma), as duas feiras de Provins (maio-junho e setembro), e as duas feiras de Troyes (junho-julho e outubro-novembro). Essas feiras conheceram o seu apogeu no início do século XIII, quando os mercadores italianos começaram a frequentá-las regularmente e encontravam aí os mercadores vindos de outras partes da França e da Europa. Os condes da Champagne contribuíram bastante com esse sucesso das feiras com medidas de proteção dos mercadores. Tradicionalmente, credita-se a decadência das feiras da Champagne, a partir de início do século XIV, à Guerra dos Cem Anos. (MOURRE, 1996).

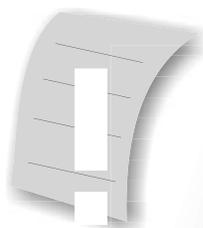
Ali se encontram os mercadores de toda a Europa. Jacques Le Goff chama a atenção para a importância do mercador itinerante que percorre longas distâncias através de rotas terrestres e fluviais, precárias e perigosas, e que estabelece conexões entre as diferentes regiões da Europa e do Oriente. Esse tipo de comércio itinerante teria predominado na Europa até o século XIII. A partir daí, Jacques Le Goff identifica um processo de sedentarização do comércio, a partir das cidades italianas, que implica no aparecimento de um novo tipo de mercador e de novas técnicas comerciais. Esse tipo de mercador se especializa numa função central para a expansão da atividade comercial: o crédito. Jacques Le Goff analisa os diversos

tipos de contratos que vinculam dois tipos de comerciantes numa operação de crédito: o mercador

Sedentário, ou mercador-banqueiro que avança o capital para uma viagem de negócios e o mercador itinerante que empreende a viagem: *“Houve sobretudo diversos tipos de associação pelos quais o mercador, saindo de seu isolamento, pode aumentar a rede de seus negócios.* (LE GOFF, 1982, p. 18).

Ele dá ênfase às commenda no qual o mercador banqueiro avança o capital necessário para uma viagem de negócios a um mercador itinerante. *“Se há perda, o que empresta suporta todo o peso financeiro, perdendo aquele que pediu emprestado apenas o valor de seu trabalho. Se há ganho, o prestador, que ficou em casa, é reembolsado e recebe uma parte dos lucros, em geral três quartos.”*

O mercador banqueiro é, portanto, o personagem central desse processo de sedentarização do comércio descrito por Jacques Le Goff. Além desses contratos de empréstimos, o autor enumera outros mecanismos financeiros que justificariam falar da emergência de um novo sistema econômico neste contexto. Os contratos de seguros que se difundem a partir do século XIV, a partir da especialização de alguns comerciantes, e que têm consequências importantes para a expansão do comércio marítimo. Temos as Letras de Câmbio que implicam em mudanças significativas nas operações comerciais.



Tipo de título negociável no mercado. Consiste numa ordem de pagamento em que uma pessoa (sacador ou emitente) ordena que uma segunda pessoa (sacado) pague determinada quantia a uma terceira (tomador ou beneficiário). Devem trazer, de forma explícita, o valor do pagamento, a data e o local. A letra de câmbio teve origem na Itália, ainda na Idade Média, como forma de evitar o transporte de grandes somas de dinheiro e, ao mesmo tempo,

reduzir os problemas ocasionados pelas diferentes moedas cunhadas em cada cidade (SANDRONI, 1989).

Jacques Le Goff, no seu livro *Mercadores e Banqueiros*, p. 26, nos fornece um exemplo de Letra de Câmbio emitida no século XIV, extraída dos arquivos de Francesco di Marco Datini da Prato:

“Em nome de Deus, aos 18 dias de dezembro de 1399, pagareis por esta primeira letra, como é uso, a Brunacio di Guido e C.(...) CCCCLXXII libras e X soldos de Barcelona (..) Pagai-os em boa e devida forma e lançai-os na minha conta. Que Deus vos guarde. Guiglielmo Barberi, Saudações de Bruges.”

De fato, as letras de câmbio desempenham múltiplos papéis dentro dessa economia mercantil: elas agilizam e tornam mais seguras as trocas ao evitar o transporte de grandes somas; permitem a transferência de fundos entre praças com moedas diferentes; são fontes de crédito e permitem lucros financeiros, pois possibilitam a especulação sobre as variações de câmbio. Na base de todas essas transformações estão os **livros-caixa** e uma nova contabilidade que seriam testemunhos de nova racionalidade na busca do lucro:

Os livros-caixa

São livros de escrituração contábil, nos quais são registradas as entradas e saídas de dinheiro. Em geral, possui duas colunas: a da direita, relativa às importâncias pagas; e a da esquerda, relativa às importâncias recebidas. Essa inovação data do século XIV. (SANDRONI, 1989.)

O hábito de estabelecer um orçamento generalizou-se. Todas as grandes firmas passam a ter um duplo jogo de registros para as contas abertas aos seus correspondentes no estrangeiro (...) E sobretudo desenvolve-se a contabilidade em partes duplas que pode qualificar-se de “revolução da contabilidade. (LE GOFF, 1982, p. 28.)

Portanto, a criação das letras de câmbio, as novas formas de crédito, os livros-caixa e a emergência de um novo tipo de mercador, o mercador-banqueiro, estariam no centro de um novo sistema econômico, o capitalismo comercial, baseado em novas técnicas e na racionalização das práticas comerciais perceptíveis nas novas formas de contrato entre mercadores e nas exigências

da contabilidade. A essa nova racionalidade na busca do lucro, gerando um comércio baseado na escrita e nos contratos individuais entre mercadores, se associaria um conjunto de mudanças de ordem cultural. Os mercadores banqueiros estariam à frente da produção de um saber laico associado, em primeiro lugar, às necessidades geradas pelo próprio comércio. No seu livro *A Europa na Idade Média*, no capítulo “A virada do século XIV”, Georges Duby associa os mercadores banqueiros à difusão de escolas laicas – de cartografia, de contabilidade, de aritmética - nas quais o ensino era professado em língua vulgar. Estaria aí explicitada uma das relações possíveis entre economia mercantil e “cultura renascentista”.

Nessa mesma direção, Jean Delumeau no seu *A civilização do Renascimento*. (Lisboa: Estampa, 1994) enfatiza o lugar central ocupado pelo mercador-banqueiro na economia e na política europeia do século XV-XVI. Essa economia mercantil, a partir de uma nova racionalidade e de um conjunto de técnicas financeiras colocaria em marcha um “primeiro processo de mundialização”, segundo uma expressão empregada pelo historiador Pierre Chaunu, possibilitando novas estruturas de poder e novas formas culturais. A centralidade da economia mercantil na Europa Moderna, a partir de uma nova racionalidade e de novas técnicas justificaria, segundo Jean Delumeau, o emprego do termo capitalismo comercial para designar um novo sistema econômico. Além disso, Jean Delumeau considera que mesmo adotando a definição marxista de sistema econômico, baseada na esfera da produção, seria importante falar de mudanças fundamentais nas relações de trabalho a partir do século XV. O autor enumera alguns exemplos: a Flandres e a Toscana que, desde o século XIV e no domínio dos têxteis, praticaram uma dissociação entre trabalho e capital”; a construção naval em Veneza que emprega assalariados desde o século XV; as explorações das minas de cobre e prata sob o domínio dos Fugger que empregam operários; os movimentos dos *enclosures* na Inglaterra.



Atende ao Objetivo 1

2. Leia o texto abaixo, retirado do texto *A civilização do Renascimento*, Vol. 1, p. 235-236 de Jean Delumeau e procure responder à seguinte questão:

- Para definir um sistema econômico, que aspectos são considerados pelo autor?

"Muitos historiadores – Weber, Troeltsch, Tawney, Robertson, Fanfani, etc. – procuraram, com razão, iluminar o conteúdo do capitalismo examinando-o não só do ponto de vista econômico mas, também, do ponto de vista sociológico. Ora esses historiadores descobriram que os grandes mercadores italianos do *Trecento* e do *Quattrocento* tinham uma mentalidade que, se as palavras têm realmente sentido, se tem de considerar como capitalista. Essa mentalidade, radicalmente oposta ao estado de espírito franciscano, considera o lucro (...) como um fim em si, o aumento da riqueza como objetivo do curso terrestre do homem e a pobreza como uma tara (...) Homem de iniciativa mas também de cabeça fria, o "mercador" italiano acredita, desde o *Trecento*, na experiência, na organização, no método e nessa mistura de cálculo e raciocínio implicada, na época, pela palavra *ragione*. (...) Esta mentalidade provocou a "revolução comercial" que pôs a Europa à frente do mundo e forçou a criação de novas técnicas de negócio."

Resposta comentada

Nesta questão, é importante mostrar a sua compreensão de que a definição de capitalismo proposta por Jean Delumeau implica a noção de mentalidade. Além disso, é importante mostrar de que forma está sendo compreendida a noção de mentalidade: como uma certa atitude face à atividade econômica geradora de um conjunto de métodos e técnicas comerciais que, por sua vez, são consideradas como causas de transformações tanto na esfera da circulação de mercadorias quanto na da produção.

RESUMO

Todos os historiadores concordam sobre a importância crescente do comércio a partir do século XIII e sobre a centralidade da economia mercantil na Europa moderna. No entanto, existem diferentes interpretações sobre os processos de transformação em curso no período moderno. Para os marxistas, o período compreendido entre a crise do feudalismo no século XIV e fins do século XVII não pode ser entendido como um novo sistema econômico. Isso não quer dizer que os historiadores marxistas ignorem as mudanças no comércio; a centralidade da economia mercantil e todos os outros aspectos apontados pelos defensores da ideia do “capitalismo comercial”. No entanto, segundo essa corrente, essas transformações não são suficientes para alterar de maneira abrangente as relações de produção, já que o emprego de mão-de-

obra assalariada é muito limitado e sem consequências importantes para o conjunto da economia. Para os marxistas, a definição de um sistema econômico a partir da esfera da circulação das mercadorias não seria suficientemente restritiva. Ou seja, correria-se o risco de encontrar o capitalismo em toda parte. Além disso, recusam-se as teses de Max Weber sobre o “espírito” ou “mentalidade” capitalista. Nesse sentido, acredita-se que a melhor maneira de definir um sistema econômico seja pelo modo de produção que implica em certas relações de trabalho específicas.

Pelo seu lado, os adeptos da interpretação do capitalismo comercial, ainda que enxergando o risco de uma definição muito abrangente, e rechaçando a idéia de um capitalismo eterno, acreditam que certas características da economia, entre os séculos XIV e XVII, justificam falar de um novo sistema econômico diferente do feudalismo. Uma nova racionalidade na busca do lucro, com métodos e técnicas inovadoras baseados na escrita e no direito - com consequências para a circulação e produção das mercadorias - seria suficiente para se falar de um novo sistema econômico. Sobretudo, quando se considera a centralidade dessa nova economia comercial em relação às estruturas sociais, políticas, religiosas e culturais. Para eles, o emprego da noção de transição pode impedir a análise desse período a partir dos seus próprios termos e da sua própria lógica. Segundo esses autores, o capitalismo comercial não pode ser compreendido simplesmente como uma etapa – de acumulação - para se chegar ao capitalismo industrial. Esse sistema econômico que se constitui entre os séculos XIII e XVIII possui a sua própria dinâmica, sua própria racionalidade, diferente tanto do feudalismo quanto do capitalismo industrial.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 1

Leia o texto abaixo e procure indicar:

- a linha interpretativa adotada pelo autor
- as interpretações refutadas pelo autor.

“Tanto a concepção de Sombart do espírito capitalista quanto uma concepção de capitalismo como sendo primariamente um sistema comercial compartilham o defeito (...) de serem insuficientemente restritivas para confinar o termo a qualquer época da História e de parecerem levar inexoravelmente à conclusão de que quase todos os períodos da História foram capitalistas, pelo menos em certo grau (...). Outra dificuldade é (...) a de que, se o capitalismo como forma econômica é a criação do espírito capitalista, a gênese deste último terá de ser explicada antes de podermos explicar a origem do capitalismo (...). Se falarmos do capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em grande escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de “capitalismo mercantil” (...). Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando ocorrem mudanças no modo de produção, no sentido de uma subordinação direta do produtor ao capitalista.”

Resposta comentada

Nesta questão, você deve mostrar que o autor, Maurice Dobb, em *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 13-14, se distancia da interpretação baseada na noção de mentalidade e de espírito capitalista. Ele rejeita a noção de capitalismo comercial e é adepto da interpretação marxista segundo a qual um sistema econômico deve ser definido a partir da esfera da produção.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós vamos tratar dos Grandes Descobrimentos, mostrando de que forma esse acontecimento fundador da época moderna está vinculado às transformações econômicas anteriores relacionadas à expansão comercial.

Aula 6

Capitalismo
mercantil e grandes
descobertas

Metas da aula

Definir o capitalismo comercial, caracterizar o seu desenvolvimento e estabelecer a sua relação com as grandes descobertas do século XVI.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o chamado capitalismo mercantil;
2. relacionar o capitalismo mercantil com as grandes descobertas do século XVI;
3. identificar e caracterizar as inovações políticas e econômicas surgidas em conjunto com o capitalismo mercantil no século XVI.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar o desenvolvimento desta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico (sugerimos o Atlas Histórico Escolar do MEC) e um dicionário.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, jornais impressos e jornais nos canais de televisão dão grande destaque às notícias econômicas. Os produtos que o Brasil exporta (vende), ou importa (compra), os prejuízos e os lucros das empresas brasileiras e a posição do Brasil no comércio internacional são sempre notícias importantes porque mexem com o emprego, o salário e as condições de vida de cada brasileiro. Por isso, os estudos sobre as formas pelas quais os países criam riquezas mostram as características de sua sociedade e de seu desenvolvimento. Mas, atenção: quando estudamos História nós nos transformamos em viajantes do tempo e cada tempo visitado tem características próprias, tão diferentes do tempo em que vivemos que temos de fazer um esforço para entendê-los *em sua diferença*.

Nesta aula, estamos “viajando” para o século XVI: tudo era diferente do mundo atual. As práticas de produção, de comércio, as formas de enriquecimento, os caminhos ou rotas de comércio, enfim, a maneira como as pessoas viviam e trabalhavam era diferente da nossa. São essas diferenças que vamos entender ao lermos sobre as práticas mercantis e suas consequências no século XVI.

O professor e historiador F. J. C. Falcon, na primeira parte do seu livro intitulado *A época pombalina*, desenvolve o estudo historiográfico e conceitual sobre o mercantilismo, definindo – o “...como o conjunto de ideias e de práticas econômicas que caracterizaram a história econômica europeia e particularmente a política econômica dos Estados europeus durante o período situado entre os séculos XVI e XVIII”. O autor chama a atenção para o processo de sistematização desse conjunto de práticas econômicas, somente ocorrido no século XVIII, no âmbito das contestações ao regime absolutista. Tais práticas eram marcadas pelos monopólios de grupos aristocráticos e mercantis privilegiados, pela expansão contínua das exportações, pelo protecionismo econômico e pela ênfase na acumulação dos metais amoeáveis.



Política econômica é um conjunto de diretrizes que orientam as ações dos governantes com o objetivo de aumentar a riqueza do seu território político. Atualmente, as propostas de ação são formuladas pelos economistas, pelos empresários e pelos Estados contemporâneos. No contexto do mundo moderno, as diretrizes econômicas foram praticadas, mais que formuladas, pelos ricos mercadores cujos interesses estavam interligados com os governos das cidades e dos reinos. A economia não existia como um campo de saber, como uma ciência. No mundo moderno, as análises sobre o comércio e as propostas apresentadas nos chamados estudos sobre a riqueza e o comércio foram feitas por mercadores e intelectuais que possuíam ligações com as esferas cortesãs ou das municipalidades.

Das práticas mercantis ao mercantilismo

O desenvolvimento das práticas mercantis deu-se ao longo do processo multissecular da expansão econômica europeia. O desenvolvimento de cidades voltadas para o comércio de curta e longa distância, a formação e a consolidação da burguesia mercantil e os contatos com outros povos não europeus, que possuíam diferentes formas de comércio, criaram na Europa uma rica experiência comercial. Cada cidade, cada região ou reino da Europa buscava as melhores possibilidades possíveis, nos processos de compra e de venda, que garantissem seu enriquecimento. Isso significou tanto a criação de novas práticas mercantis quanto a utilização de práticas já conhecidas por povos não europeus. Aos poucos foi surgindo o que chamamos escrituração mercantil, isto é, um largo conjunto de documentos que, atualmente, são fontes para a História Econômica. Desse conjunto, destacamos alguns exemplos:

1. a documentação das companhias ou grupos de comércio, em suas variadas formas, precursoras dos livros de Razão, nos quais constavam: os produtos e os preços das mercadorias compradas e vendidas, o número de armazéns ou depósitos e o preço do jornal de seus empregados;

2. a correspondência mercantil, isto é, cartas nas quais eram relatadas as encomendas de produtos, os empréstimos pedidos ou dados, as ações definidas entre os sócios das empresas e a contratação de variados tipos de transportes, terrestres ou marítimos;

3. as letras de câmbio que sustentavam a troca de dinheiro a longa distância;

4. a documentação das corporações de ofício com as equivalências entre o preço das jornadas de trabalho e o preço dos cereais básicos da alimentação dos artesãos;

5. a documentação das municipalidades e dos negócios dos reinos onde era arrolado todo tipo de tributação arrecadada.

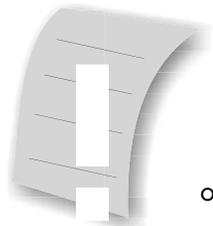
Esses documentos permitem aos historiadores a análise das variadas conjunturas econômicas e de suas tendências de longo prazo, elementos que formam os chamados “ciclos econômicos”. Permite ainda discutir os processos de enriquecimento e de acumulação de fortunas, como também caracterizar o chamado mundo do trabalho. A História Econômica vai muito além da verificação das subidas ou das descidas dos preços das mercadorias ou dos salários, das crises do abastecimento ou da produção. A sua importância está na análise dos impactos destes fatos nas sociedades e, principalmente, na identificação das características dominantes que conformam determinado contexto histórico-econômico.

A primeira sistematização das características dominantes do mercantilismo foi feita no século XVIII pelos filósofos políticos, pelos grupos ligados à alta burguesia mercantil e pelos letrados da Europa ocidental, em geral, que discutiram e publicaram críticas à organização social da época e, em especial, à organização

Sistema é um conjunto de elementos materiais e ideais que estão estreitamente relacionados. Para os filósofos do século XVIII, essa relação entre os elementos era determinada por um elemento central, no caso, o comércio. Por isso é que as chaves de compreensão do **sistema mercantilista** estavam (e estão até hoje) todas voltadas para as práticas mercantis (a troca, os monopólios, a moeda, a renda, os preços), que, na luta pela sua expansão e desenvolvimento, dinamizariam e alterariam as outras esferas da sociedade: as esferas da política, da cultura e das relações sociais.

econômica dessas sociedades. Foi desse conjunto de críticas e propostas que se originou uma sistematização do funcionamento da economia moderna, a partir do século XVI, conhecido até hoje como **sistema mercantilista**.

O ensino da História por meio de livros didáticos reproduz essa sistematização de forma simplista e tosca, já que é apresentada de maneira mecanicista, na qual a possível articulação dos elementos formadores do sistema ou inexistente ou é substituída pelo determinismo feroz do elemento mercantil. Torna-se necessário, então, discutirmos algumas definições e conceitos:



Você conhece a origem da palavra *capital*? Uma das tantas palavras que ouvimos quase todos os dias e que imediatamente associamos a dinheiro, ou riqueza, a palavra *capital* origina-se da palavra *cabedal*. *Capital* ou *cabedal* significa qualquer tipo de recurso material ou simbólico que possibilita ao indivíduo ou grupo social a geração de outros recursos, de riquezas ou de aumento de *status* social. Por exemplo: ao estudar, o aluno está formando um *capital intelectual* que permitirá a sua entrada no mercado de trabalho qualificado, promovendo o aumento de seus rendimentos. No mundo moderno, a alta burguesia mercantil era composta de homens de grandes cabedais, isto é, de grandes recursos materiais. Já a nobreza da época possuía, como grande cabedal, além da fortuna, a sua linhagem. O capital, material ou simbólico, transforma-se em *investimento* quando aplicado na geração de outros recursos. Por exemplo: o tempo que o aluno utiliza na sua formação intelectual não é um gasto, mas um *investimento* para a sua inserção no mercado de trabalho qualificado. A burguesia moderna possuía a troca como principal recurso na obtenção e ampliação de seus cabedais, isto é, o comércio.

O capitalismo mercantil significou que, na época moderna, a mais importante forma de obter e ampliar cabedais era o comércio, embora não fosse a única maneira. Tanto para vender como para comprar era preciso manter e ampliar continuamente uma infraestrutura que variava de acordo com o tipo de comércio. Vender tecidos e vender produtos agrícolas eram atividades muito diferentes. As dificuldades aumentavam dependendo da situação política ou das condições materiais de cada região. Uma complicação a mais era a diversificação de investimentos, isto é, quando indivíduos ou grupos mercantis investiam em várias atividades ao mesmo tempo. Vamos ver alguns exemplos: para vender tecidos era preciso garantir a produção contínua das manufaturas, domésticas ou não. Era preciso mão de obra qualificada e entendimentos com as guildas, como a guilda da lã ou a guilda dos tintureiros. Era necessário compra de tintas, de armazéns de estocagem, contratar o transporte, terrestre ou marítimo. Era preciso estabelecer, também, contratos com os vendedores e os compradores de curta e longa distância e, principalmente, estabelecer um rígido cronograma de acordo com as estações climáticas de cada região. Imagine as dificuldades! Já os produtos agrícolas, totalmente dependentes da sazonalidade, precisavam de um escoamento rápido devido à precariedade do sistema de armazenamento e de transporte.

A economia, que parecia somente girar em função do comércio, produziu o que chamamos até hoje de “efeitos para frente e para trás”, de grande impacto na sociedade. O que isso significa? Os “efeitos para a frente” estavam relacionados aos aumentos constantes do volume de comércio, porque eram abertos novos mercados para a venda e para a compra de produtos, aumentando o número de companhias de comércio e a riqueza dos burgueses. Isso gerou novos investimentos em manufaturas e em novas áreas de cultivo. Os chamados “efeitos para trás” relacionavam-se à enorme quantidade de trabalho gerado na produção, estocagem e transporte dos bens comercializados.

Observe, então, que o capitalismo mercantil significou maior visibilidade do comércio como fator de formação de capital e gerador de investimentos, mas abriram-se inúmeras novas frentes de produção e de investimentos para a formação de riquezas. Outra característica marcante foi a progressiva monetarização da economia e da sociedade. Conforme a rede mercantil se estendia pela Europa e além, a troca de um produto por outro tornava-se inviável. A imensa cadeia de intermediários e de interesses diversos nos produtos à venda imprimiu na economia europeia uma constante necessidade de moeda. A monetarização da economia foi um processo longo no qual coexistiram as antigas e novas formas de comércio, desde a permuta de produtos em mercados locais, às letras de câmbio (papel), aos sistemas de crédito, até as chamadas “moedas imperfeitas” (isto é, produtos que circulavam como se fossem moedas). A fome de metais amoeáveis impulsionou a Europa na procura de centros produtores de metais. Esse foi um dos elementos propulsores das “grandes descobertas”.



Atendem ao Objetivo 1

Leia com atenção e depois responda:

A Europa tem falta de lã, de algodão e de seda, a China de algodão; a Índia e o Islame, de lã leve; a África Negra compra os tecidos estrangeiros nas costas do Atlântico ou do Oceano Índico, a preço de ouro ou de escravos. É a maneira que têm então os povos pobres de saldar suas compras de luxo! (BRAUDEL, 1970, p. 263.)

1. Indique, utilizando o texto, dois fatores para o desenvolvimento da produção e de comercialização de têxteis.

Resposta comentada

Para responder, você precisa saber que as produções locais não eram suficientes para o abastecimento de grandes regiões e que a expansão do comércio por toda a Europa e em direção a outros continentes procurava, além de matérias-primas, metais amoeáveis e outros produtos importantes.

Os navios do Báltico vêm carregados tanto de trigo quanto de cevada, atraídos muito cedo, e cada vez mais longe, pela fome da Europa: até o Mar do Norte e à Mancha, depois ao Oceano dos portos ibéricos, e finalmente em grande quantidade até o Mediterrâneo... (Idem, p. 89).

2. Indique a infraestrutura necessária para a expansão do comércio de cereais na Europa.

Resposta comentada

Para responder, você deve conhecer os efeitos da expansão do comércio em relação ao transporte, à estocagem, à embalagem e à formação de cadeias de intermediários que cada etapa da atividade à mercantil produzia.

O Ocidente reteve três metais: o ouro, a prata e o cobre, com os inconvenientes e as vantagens desta diversidade. ... De fato cada metal representa o seu papel pessoal: o ouro é reservado aos príncipes, aos grandes mercadores (e até à Igreja); a prata, às transações vulgares; o cobre... é a moeda das pessoas modestas e dos pobres. (Idem, p. 378)

3. Aponte a importância do desenvolvimento da economia monetária e como permeou toda a sociedade.

Resposta comentada

Para responder, você deve conhecer a complexidade atingida pelo comércio de longas distâncias e a necessidade de procurar metais para equilibrá-lo, assim como o papel dos diversos metais para cada setor do comércio.



Capitalismo mercantil e as grandes descobertas

As práticas que permitiram a reprodução do capital mercantil (mercantilismo) estavam estreitamente ligadas a alguns outros elementos históricos que tornaram-se partes de sua dinâmica: 1. o longo processo de centralização de poderes que estruturariam os Estados Nacionais Modernos; 2. as alianças entre esses poderes e a burguesia mercantil; 3. a expansão atlântica e o colonialismo. Esses três elementos, de características fundamentalmente políticas, deram o suporte necessário a uma nova etapa mercantil europeia no século XVI.



As grandes descobertas foram aquelas que trouxeram para a Europa o conhecimento de novos espaços geográficos, até então completamente desconhecidos. Foi o caso das Américas, da África subsaariana e do Extremo Oriente.

Vejamos como o capitalismo mercantil aproveitou-se dos elementos políticos citados:

A centralização de poderes: a expansão das atividades mercantis poderiam ser inviabilizadas pela manutenção da grande complexidade originada pela descentralização política, que foi típica da medievalidade. A circulação das mercadorias sofriam sérios obstáculos: as inumeráveis barreiras de portagem (alfândegas) existentes em cada região dos feudos, as fronteiras fluidas entre eles e seus eternos conflitos, a quase inexistência de moedas em grandes áreas, os problemas gerados pela mão de obra servil e por economias voltadas para o abastecimento apenas local e, finalmente, pelos direitos e caprichos dos governantes locais. A centralização dos poderes que formaram reinos e Estados modernos foi um processo conturbado que envolveu tanto ações de guerra quanto alianças,

tendo um número enorme de variações, dependendo de cada região da Europa. As vantagens desse processo centralizador foram claras: aos poucos, a estruturação dos grandes territórios políticos deu certa uniformidade às leis, principalmente àquelas referentes ao mundo econômico. Além dos direitos e deveres de cada ordem da sociedade terem sido organizados, os tributos relativos à circulação das mercadorias foram uniformizados. As barreiras alfandegárias internas a cada microrregião passaram a ser substituídas pelas dos portos e fronteiras dos reinos. A proteção dos caminhos tornou-se, lentamente, uma ação dos governos reais. A uniformização das moedas dos reinos foi, entretanto, mais complicada. Somente os grandes carregamentos do ouro da África e do ouro e da prata das Américas permitiram aos reinos europeus metais suficientes para instituir moedas nacionais. Mais importante ainda foi o estreitamento das relações entre a burguesia mercantil e os reis.

As alianças: a centralização dos poderes foi um processo que demandou, de forma crescente, grandes recursos. Os intelectuais humanistas que serviam aos governantes foram dando lugar aos corpos permanentes de prestadores de serviços para os reis. Foi o surgimento de uma alta burocracia que administrava a justiça em nome do rei, que compilava ou criava normas jurídicas e administrativas que foram aplicadas a todo o território político. Outros tipos de servidores, a pequena burocracia, fiscalizavam as atividades mercantis: escrivães arrolavam todo tipo de mercadoria exportada ou importada nos portos dos reinos e nas suas feitorias; escriturários compilavam e organizavam as riquezas dos reinos e os tributos cobrados; servidores fiscalizavam os mercados e o peso das mercadorias vendidas. A contratação de mercenários, locais ou estrangeiros, garantiam as guerras e, muitas vezes, as fronteiras. Esse conjunto de servidores demandava salários, armamentos, construções apropriadas às suas funções. De onde vinham esses recursos? Das atividades mercantis. A expansão das atividades comerciais passou a ser uma necessidade dos reinos. Daí surgiu o que o historiador J.F. C. Falcon chamou de uma das características marcantes dos Estados modernos: a função de transferência das rendas. As rendas auferidas

pelas grandes descobertas e a conseqüente exploração mercantil dessas áreas possibilitava o custeio da estrutura administrativa assim como, o que é muito importante, a transferência das rendas para a nobreza, garantindo o seu apoio ao poder real.

A expansão atlântica e o colonialismo: os continentes africano, americano e asiático foram abertos à cobiça europeia pelos caminhos do oceano Atlântico. Espaços de enormes diversidades tanto apresentavam ricos impérios, portos com atividades internacionais e cidades manufatureiras quanto vastidões territoriais com infundáveis florestas de essências e madeiras preciosas, jazidas de pedras raras e minas de ouro e de prata. O historiador F. Braudel escreveu que “a Europa come o mundo”, a partir do século XVI.

Garantir o maior quinhão possível dessas riquezas passou por diferentes tipos de ação: guerras de conquista, alianças com os poderes e com as sociedades locais, tratados de comércio com os grupos mercantis locais. Demandou também a organização de novas companhias mercantis europeias para custear a exploração e a comercialização de produtos em tão longas distâncias, assim como demandou a utilização da nobreza para a conquista e a administração das terras conquistadas. Destacamos ainda a venda, arrendamento ou cessão, pelos Estados, de determinados direitos de exploração econômica, chamados **monopólios**. Dentre eles, o direito de expandir a colonização em determinadas áreas, o de construir feitorias e de monopolizar a exploração e a venda de determinados produtos, em regiões delimitadas, dos novos espaços descobertos. Eram sempre direitos arrendados ou cedidos por tempo determinado e com possibilidades de inúmeras renovações. Sua compra ou arrendamento eram pagos pelas rendas da exploração mercantil e só podiam ser comprados ou cedidos exclusivamente pela autoridade real. Participaram desses arrendamentos os grupos mercantis instituídos e os particulares, isto é, indivíduos à busca de fortuna. Todos eles estavam sob o consentimento e a autoridade de seus reis, assim como das leis e costumes dos seus reinos de origem.

Os **monopólios** eram os direitos exclusivos de produção, de exploração ou de comercialização de determinados produtos, dados, arrendados ou vendidos, a determinados grupos mercantis ou a pessoas ligadas às cortes europeias. Por exemplo: a exploração e as rendas da venda do pau-brasil, na América portuguesa, era monopólio do rei, mas ele arrendava essa exploração e venda para alguns grupos de mercadores. Somente esses mercadores tinham o direito exclusivo de vir ao Brasil explorar a madeira e revendê-la em Portugal.

Atravessar o oceano podia significar uma nova vida, mas não uma nova autoridade real. Comerciantes e colonos continuavam súditos de seus reis e Estados.

O que podemos concluir das relações entre o capital mercantil e os três elementos políticos citados?

1. Em primeiro lugar, que houve convergências nos interesses econômicos e políticos que permitiram alianças e apoios mútuos entre os reis e as burguesias europeias. Isso não significou nem o determinismo da esfera econômica nem os grandes conflitos que, periodicamente, abalaram profundamente as relações entre os governantes e a burguesia mercantil.

2. As alianças estabelecidas também não foram isentas de rupturas e conflitos. O significativo nessas alianças era que o Estado garantiu as possibilidades de expansão e de enriquecimento das burguesias mercantis, ao mesmo tempo em que apropriou-se de parte das rendas geradas e, com elas, garantiu sua autoridade frente à nobreza. A burguesia se inseriu diretamente na troca e na expansão do capital mercantil. Indiretamente, outros grupos sociais participaram dessa riqueza. A nobreza teve a vantagem de aumentar seu capital material e, também, o seu capital simbólico. Por isso, o Estado e a sociedade modernos eram aristocráticos e, não, Estado e sociedade burgueses. O capital mercantil permitiu o enriquecimento e o aumento da influência política da burguesia, sem dúvida, mas não da sua autoridade política. A autoridade política era aristocrática: o rei e sua ordem social: a nobreza.

3. As práticas colonialistas do século XVI permitiram uma nova etapa de desenvolvimento do capital mercantil. Não foi somente uma questão de novos espaços, mas de um processo mercantilista qualitativamente diferente dos processos de expansão anteriores. As guerras de conquista já eram conhecidas desde a expansão mercantil dos séculos XIII e XIV, rumo aos portos do Oriente Médio e ao norte da África pelos caminhos do Mediterrâneo. Os tratados e as alianças com grupos mercantis locais, a construção de feitorias e de entrepostos comerciais também. Os suportes políticos das

autoridades municipais, no caso das cidades italianas, não eram desconhecidos.

○ que existiu de diferente e inovador na expansão do século XVI?

1. A nova formação de uma nova ordem política mundial: A convergência entre o capital mercantil, o centralismo político e a formação dos Estados modernos gerou um novo panorama político e econômico que abarcou o mundo: os Impérios Coloniais.

2. Os novos centros de produção: os Impérios Coloniais, por sua vez, não foram caracterizados apenas pela troca, mas pela criação monopolizada de novos centros de produção. As colônias foram, fundamentalmente, centros produtivos. Produziam para que os Estados e as suas burguesias mercantis pudessem manter-se como grandes centros de comércio, distribuindo, pelas revendas, a produção colonial. As colônias eram frentes pioneiras de produção agrícola, criatória e extrativa, tanto mineral quanto vegetal. Parte do capital mercantil tornou-se investimento, isto é foi aplicado nas frotas de comércio e guerra, em exércitos de dominação, em bens de produção nas colônias e no pagamento da burocracia imperial, também nas colônias. As colônias tornaram-se elementos ativos na consolidação dos impérios. Em resumo, eram os espaços coloniais que, além de pagarem a sua própria dominação, tornaram-se os grandes centros de geração de capital para a Europa e suas burguesias.

3. Os deslocamentos populacionais: o crescimento produtivo da colônia era essencial e a expansão do capital dependia desse crescimento, mantendo a subordinação política desses espaços. Isso significou também um enorme deslocamento populacional da Europa às colônias. Povoar para produzir, administrar e subordinar os novos territórios foram elementos da economia política dos Impérios Coloniais. O povoamento das novas terras por colonos europeus, a escravização dos povos nativos e a criação de rotas específicas de comércio de escravos pelo Atlântico foram, também, características novas nessa etapa da expansão do capital mercantil.

4. A formação de novas sociedades: o enraizamento de colonos que se inseriram, por necessidade, e busca de riquezas, nas atividades mercantis, de forma direta, como comerciantes, ou indireta, como produtores de bens, geraram as novas sociedades coloniais. Essas sociedades, ligadas política e culturalmente aos seus impérios, tiveram grande originalidade. A composição étnica, os novos valores culturais que criaram e as novas formas de enriquecimento permitiram a emergência de sociedades mercantis escravistas nas colônias.

5. A monetarização da economia: vários historiadores, com destaque para Pierre Vilar, analisaram os impactos que o ouro e, principalmente, a prata das Américas, promoveram na Europa do século XVI. Nas etapas anteriores da expansão do capital mercantil, os fluxos de metais eram intermitentes, gerando picos de subidas de preço e a concentração de moedas nas cidades mercantis. Já ao longo do século XVI, o fluxo foi abundante e regular. O incessante aumento das moedas, cunhadas com esses metais americanos, gerou a sua desvalorização, isto é, a moeda como mercadoria tinha seu valor diminuído pela abundância de sua oferta. As boas moedas, de grande valor em ouro e em prata, eram praticamente monopolizadas pela nobreza e pela alta burguesia. Serviam como reserva, serviam para as suas compras em grande quantidade ou para objetos de luxo, caríssimos. O incessante fluxo de ouro e prata espalhou-se pelos circuitos do grande comércio, provocando um enorme aumento de preços. No meio da abundância, houve a carestia e a pauperização da pequena burguesia dos artesãos e dos trabalhadores em geral, que só tinham acesso às moedas de cobre, completamente desvalorizadas. A monetarização da sociedade trouxe inúmeras vantagens ao grande comércio, mas, para as transações do dia a dia, prejudicou grandes setores da população.



Figura 6.1: O ouro africano: Forte São Jorge da Mina, no Golfo da Guiné, fundado em 1509.

Em troca do ouro (os portugueses) oferecem aos indígenas (povos nativos da África) vestimentas, tecidos coloridos, sedas, objetos de cobre e latão... corais, objetos de vidro, conchas vermelhas e também, vinho branco. Sobre esse comércio... se comprova que o ouro português “da Mina” não procede, na realidade, de uma mina, mas de um comércio... (VILAR, 1981, p. 70).

Para Mina		
1504-1507,	média anual das chegadas	– 433,368 kg
1511-1513,	" " " "	– 413,922 kg
1517-1519,	" " " "	– 443,676 kg
1519-1522,	" " " "	– 411,864 kg
1543-1545,	" " " "	– 371,578 kg

Figura 6.2: Remessas de ouro africano, 1504–1545.

Essa lista apresenta somente as quantidades de ouro que pertenciam exclusivamente ao rei de Portugal (1/5 do total ou o “quinto do rei”) e não a quantidade total do ouro que a cada ano os portugueses conseguiam na África, através do entreposto de São Jorge da Mina. Devemos ainda descontar as quantidades de ouro desviadas pelo contrabando (VILAR, 1981, p. 72).



Figura 6.3: A América dos castelhanos.

O mais famoso metal precioso das Américas no século XVI foi, sem dúvida, a prata das minas do Potosi, no atual Peru, descobertas em 1545. Entretanto, os espanhóis tiveram, desde a conquista, grandes quantidades de ouro e prata saqueadas das culturas Asteca e Inca. Ao longo do processo de conquista e da colonização castelhanas, os metais preciosos foram explorados por todo o México, Venezuela, Chile e Peru (VILAR, 1981, p. 140).

	Quilos de ouro	Quilos de prata
1531	489	183
1532	489	67
1533	5.639	11.537
1534	3.470	56.534
1535	1.649	27.183

Figura 6.4: O ouro e a prata do Peru, 1531–1535.

Mesmo antes da descoberta da prata em Potosi, grandes quantidades de metal peruano fluíam para a Europa. “Dizendo de outra forma, antes do grande episódio das minas de prata, o Peru, numa primeira fase, vomitou o ouro entesourado” (pelas culturas locais conquistadas). Devemos ainda descontar as quantidades de ouro desviadas pelo contrabando (VILAR, 1981, p. 136).

Atividades Finais

Atendem ao Objetivo 3

Leia com atenção e depois responda:

Encontro que os altos preços que temos atualmente se devem a umas quatro ou cinco causas. A principal e quase única (a qual ninguém se referiu até agora) é a abundância de ouro e prata, que atualmente é muito maior neste reino do que há 400 anos, para não remontarmos mais longe... A segunda razão a que obedecem os altos preços se deve, em parte, aos monopólios. A terceira é a escassez, ocasionada parcialmente pela exportação e também pelo desperdício. A quarta é o prazer dos reis e grandes senhores, que elevam o preço das coisas que lhes agradam. A quinta se refere ao preço do dinheiro, que baixou do seu tipo anterior. A principal razão pela qual se eleva o preço de todas as coisas, aonde quer que estejam, é a abundância de moeda, a qual governa a avaliação e preço das mercadorias (BODIN apud FALCON, 1982, p. 75).

1. Explique por que Jean Bodin considerou que a principal causa da grande elevação dos preços na Europa foi a abundância do ouro, da prata e das moedas?

Resposta Comentada

Para responder, você deve saber que as grandes descobertas propiciaram aos europeus enormes quantidades, ao longo do século XVI, de metais amoeáveis. Você deve saber também que todos os circuitos mercantis foram irrigados pelas moedas cunhadas por esses metais e que quanto maior era o número de moedas em circulação menor era o seu valor de compra. Para responder, você deve entender ainda que as pessoas do século XVI precisavam de um número cada vez maior de moedas para acompanhar o aumento dos preços.

2. Explique por que a segunda causa apontada por Jean Bodin, para o aumento dos preços, foram os monopólios.

Resposta Comentada

Para responder, você deve saber que os monopólios davam direitos mercantis exclusivos a determinado grupo ou pessoa. Você deve entender também que essa prática eliminava

qualquer concorrência, permitindo ao detentor do direito de monopólio estabelecer o preço que queria pelo produto. Você deve observar ainda que os compradores só tinham acesso a um só vendedor, fosse uma companhia de comércio ou um único mercador.

3. Explique por que Jean Bodin considerou que a terceira causa da grande elevação dos preços na Europa foram a exportação e o desperdício.

Resposta Comentada

Para responder, você deve saber que um dos mais importantes elementos do mercantilismo foi uma forte política de exportação. Por meio da exportação, os reinos e suas burguesias conseguiam moedas de ouro e prata tanto para comprar produtos de outros países quanto para equilibrar as contas da administração do Estado. Você deve entender também que a exportação, que dava os maiores lucros aos comerciantes, diminuía a quantidade de produtos vendidos à população, gerando a escassez e o conseqüente aumento de preços. Você deve observar ainda que a estocagem precária, a morosidade e as dificuldades do transporte provocavam estragos e desperdícios, aumentando a escassez de produtos.

4. Explique por que o prazer dos reis e grandes senhores elevavam o preço das coisas que lhes agradavam.

Resposta Comentada

Para responder, você deve saber que a sociedade era formada por ordens sociais dadas pelo nascimento ou pela linhagem de cada um. Alguns produtos eram proibidos para o uso de artesãos e burgueses. Somente os reis e os nobres podiam usar artigos de luxo como a seda, as plumas, os perfumes. Você deve observar ainda que tais artigos eram caríssimos porque só eram oferecidos a esse grupo social.

RESUMO

Nesta aula, observamos que o capitalismo mercantil do século XVI desenvolveu-se estreitamente ligado com as modificações políticas acontecidas na Europa. Observamos também que o capital mercantil foi um dos elementos responsáveis pelas grandes descobertas. Nessa aula, destacamos ainda os impactos e as inovações do mercantilismo para o mundo moderno no século XVI.

Informação sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula vamos analisar como o capitalismo mercantil alterou as estruturas agrárias europeias.

Aula 7

Capitalismo comercial
e estruturas agrárias

Meta da aula

Analisar as estruturas agrárias europeias e o processo de inserção do capital mercantil na produção e na comercialização de produtos das áreas rurais no século XVI.

Objetivos

1. reconhecer as estruturas agrárias europeias no século XVI;
2. reconhecer as formas de inserção do capital mercantil no campo;
3. reconhecer e caracterizar os impactos da penetração do capital mercantil nas áreas produtivas rurais.

Pré-requisito

Dicionário e Atlas Geográfico. Sugerimos o *Geoatlas*. Autora: Maria Elena Simieli. São Paulo, Editora: Ática, 2006.

INTRODUÇÃO

A historiografia sempre deu muita ênfase às estreitas ligações entre a expansão e a consolidação do capital mercantil e as cidades, entre o século XIII e o século XVI. As manufaturas, as corporações de ofício, as governanças, o trabalho livre e a comercialização dos produtos foram os elementos destacados para o entendimento desses contextos históricos. Entretanto, a historiografia sobre a disseminação do capital mercantil nas áreas rurais possui também uma grande produção, principalmente ligada à História Econômica. Por meio dessa produção foram estudadas (e o são até hoje) as diferenças entre o campo e a cidade, a produção e o rendimento das áreas rurais, assim como o estabelecimento dos regimes de propriedade do solo, a situação do campesinato e os impactos gerais da entrada do capital mercantil nessas esferas.

As áreas rurais europeias

A Europa possuía, no século XVI, três grandes áreas rurais: 1. os espaços imediatamente anteriores às áreas mediterrâneas (sul da Europa); 2. os espaços que iam do centro do continente europeu até o mar Báltico e o norte do oceano Atlântico (centro e norte da Europa); 3. os espaços do leste europeu, que compreendiam principalmente a Rússia e a Polônia. Esses imensos espaços eram muito diferentes entre si, tanto pelos elementos geográficos e climáticos quanto pelos tipos de produção e regimes de propriedade do solo. Apesar dessa diversidade, podemos estabelecer alguns pontos em comum que permitiram e permitem ao historiador a montagem de um panorama geral para fins didáticos:

1.1. A predominância das atividades agrícolas, voltadas para o abastecimento local e microrregional, com destaque para o cultivo de cereais. O trigo, a aveia, a cevada e o centeio foram os principais cereais cultivados e os principais meios de sustento

da população. Sob a forma de pães ou papas (mingaus), esses cereais eram praticamente o único tipo de alimentação cotidiana da maioria dos povos europeus, até mesmo dos pobres das cidades. O cultivo do linho para fibras têxteis, no norte da Europa, e o das oliveiras, ao sul, completavam o quadro das culturas dominantes. Com o desenvolvimento das manufaturas têxteis, aumentou também o cultivo de plantas tintoriais.

1.2. A existência de atividades extrativas ligadas ao solo e ao subsolo, desenvolvidas nas áreas rurais, compreendiam: a extração de madeiras, de areia, de argila e de metais. A extração de madeira dos bosques e das grandes florestas existentes na Europa era feita de maneira intensiva devido aos direitos de uso. Carvalhais e pinheirais eram explorados como madeiras nobres de construção. Outros tipos de madeira eram usados para fazer lenha ou carvão. As cinzas das madeiras também foram importantes na fabricação do vidro e da pólvora. Os areais e barreiros eram explorados para fazer a cerâmica de uso cotidiano e, mais tarde, nas manufaturas de vidro que se desenvolveram ao redor de cidades mercantis. As minas de ouro, de prata, de cobre, de ferro e de carvão de hulha tiveram suas atividades ampliadas no século XVI, principalmente a do carvão para as forjas.

1.3. As áreas de pastagem sofreram um contínuo aumento. Além da criação dos animais de tração (cavalos, mulas e bois), aumentava a produção de gado para corte e, principalmente, da criação de ovelhas produtoras de lã para as manufaturas. Como as criações eram extensivas, as pastagens ocupavam vastas áreas, disputando espaço com a agricultura.

1.4. A população rural habitava as aldeias, cuja comunicação entre si era difícil devido à precariedade dos caminhos. As aldeias, em geral, eram rodeadas pelas lavouras, florestas e os pastos em comum. Possuíam muito raramente uma igreja, sendo comum a existência de capelas e ermidas nos seus arredores. Aldeias mais ricas e importantes estavam próximas de grandes abadias e mosteiros

ou, então, no entroncamento das principais vias de circulação de uma determinada região. A população era composta, em sua maioria, de servos e de camponeses livres.

1.5. Os regimes de propriedade eram muito variados. Existiam as terras dos senhores da nobreza, as terras dos reis, as terras das abadias, dos conventos e da Igreja em geral. Tanto a nobreza quanto a Igreja possuíam várias propriedades em uma mesma região. Os servos e pequenos camponeses tinham o direito de uso do solo e das florestas, mas poucos, como os médios e grandes camponeses, possuíam a propriedade do solo. Entretanto, todos estavam sujeitos às várias obrigações, sob a forma de prestação de trabalhos e de pagamento de tributos, que deveriam prestar às mais altas autoridades locais e mesmo aos reis.

A vida nas áreas rurais era muito difícil. Os servos e os camponeses, dependentes de produções sazonais, trabalhavam do raiar do sol ao crepúsculo nos meses de preparo do solo, do plantio, da colheita e da estocagem da produção. Era questão de vida ou morte garantirem o cereal que os alimentaria no longo inverno. No final do outono, os mais favorecidos matavam o porco que criavam na floresta e o defumavam, conseguindo uma pequena reserva de carne. Nem todos podiam caçar para o seu abastecimento, já que a maioria das florestas eram reservas de caça dos senhores da nobreza, mas, como a população local tinha direito de uso dessas florestas, podiam catar os galhos caídos das árvores, para usarem como lenha, colher cogumelos, frutas e plantas próprias ao consumo, sempre em pequenas quantidades. A dieta dessa população rural era muito pobre, sem grandes variações e, quase sempre, insuficiente. A água para beber era retirada de rios e de poços, e a higiene das cabanas e das pessoas era inexistente. A subnutrição e a falta de asseio provocavam verdadeiras epidemias de cólera, de peste, de doenças provocadas pelos cereais mofados e pelas carnes estragadas. A expectativa de vida não passava dos trinta anos.

As cabanas de servos e de camponeses pobres possuíam um só cômodo, de chão de terra, para toda a família, que se reunia ao redor da lareira. A fumaça era desviada por um buraco no teto

de palha, já que as chaminés só passaram a ser difundidas no século XVI. Eram cabanas escuras, enfumaçadas e superlotadas. Servos e camponeses usavam a mesma roupa todos os dias do ano e era grande a dificuldade em conseguir outra veste. Nos meses de inverno, em regiões mais próximas às áreas produtoras de fibras têxteis (linho ou lã), essas aldeias cardavam ou teciam panos mais grosseiros, encomendados por burgueses ou camponeses mais ricos. Os camponeses ricos possuíam vastas edificações que serviam, ao mesmo tempo, de moradia, celeiro, estábulo e adega. A nobreza rural, embora morando em castelos e fortificações, era bastante despojada de conforto e seus costumes eram ainda bastante grosseiros, muito aquém do conforto e da polidez que os burgueses das cidades alcançavam. As inúmeras propriedades da nobreza não eram garantia de riqueza já que nem todas eram produtivas. Basicamente produziam para o consumo local. As rendas da nobreza rural giravam em torno da apropriação da mão de obra servil e da produção dos camponeses.

Nas áreas rurais, as pessoas sentiam e compreendiam o tempo de forma diferente. O tempo possuía, no campo, um ritmo muito mais lento que o da cidade. Era o ritmo das estações e das tradições centenárias. O modo de fazer as coisas, fosse lavrar e colher, fosse o de construir ferramentas e cabanas, passava pelo saber oral, de geração para geração. O casamento, as raras viagens, o pagamento dos tributos e das dívidas, as festividades, tudo isso tinha estreita relação com o ciclo das estações e das lavouras. Em várias regiões, o calendário cristão destacava esses grandes eventos: no dia de São Miguel, em aldeias de uma região, pagavam-se as dívidas; em outras regiões, era o dia da matança dos porcos. A contagem do tempo não era uniforme, variava de acordo com as regiões rurais europeias.



Figura 7.1: Casas camponesas da Alemanha no século XVI.

Fonte: Braudel (1997, p. 246).

Observe a precariedade das construções, o poço comum e alguns instrumentos de trabalho.



Figura 7.2: Camponês lavrando o solo. Miniatura em *Livro das Horas da Nobreza*.

Fonte: Braudel (1997, p. 99).

Como é uma gravura em livro de orações feito para a nobreza, a representação é idealizada. O camponês é abastado: sua roupa não tem remendos, sua casa é ampla e sólida, possui arado e dois cavalos.



Figura 7.3: Região rural.

Fonte: Braudel (1997, p. 103).



Figura 7.4: Refeição de papas numa família camponesa.

Fonte: Braudel (1997, p. 119).

As atividades aqui representadas são: o transporte de feno, a camponesa que leva a refeição e a água para os homens do campo e a ceifa do trigo. Observe o casal de mendigos pedindo comida. A mendicância tornou-se muito comum no campo no século XVI.

A gravura, de 1635, mostra a permanência das condições de pobreza nas áreas rurais europeias.



Atende ao Objetivo 1

1. Indique as características gerais das paisagens europeias e suas principais atividades.

Comentário

Para responder, você precisa conhecer as diversidades geográficas europeias, as suas três grandes áreas rurais e a importância da produção agrícola, pastoril, extrativa e mineradora.

Comentário

Para responder, você precisa conhecer as condições de subnutrição, pobreza e exploração da mão de obra rural. Observe novamente as gravuras e use sua imaginação. Elas mostram as condições da vida camponesa.

O capital mercantil nas áreas rurais

A penetração do capital mercantil nas áreas rurais europeias foi concomitante ao desenvolvimento das atividades mercantis do século XIII ao século XVI.



Todas as aulas anteriores de História Moderna apresentaram os variados aspectos do desenvolvimento e da consolidação do capital mercantil na Europa. Foram discutidos os conceitos, a historiografia, os processos de articulação do capital mercantil com as esferas do econômico, do político e do social. Sugerimos a releitura das aulas anteriores para consolidar o seu conhecimento sobre o tema e para o estabelecimento de um panorama geral, no qual os vários elementos históricos foram interligados. A releitura das aulas é importante também para lembrar alguns elementos que serão apontados nesta aula.

A mortandade das populações europeias, provocada pela grande peste do final do século XIV, deu lugar ao aumento populacional do século XV, que foi repondo a mão de obra necessária às atividades rurais. O historiador Harry Miskimin caracteriza essa fase de recuperação como

Terras excedentárias

Eram as terras não usadas pela agricultura, isto é, de produção intensiva e perene. Eram terras subexploradas, utilizadas pelos animais de criação, regiões semi florestadas ou terras ainda não povoadas.

a da reutilização de algumas reservas de **terras excedentárias**, que no século anterior tinham se acumulado na Europa. Durante algum tempo, foi literalmente verdade que cada nova boca trazia duas mãos produtivas. Nas primeiras fases da recuperação, o crescimento da população atuou no sentido do restabelecimento do equilíbrio agrícola e da restituição de terras baldias ao cultivo – mais do que no sentido de exercer uma pressão de subida dos preços (MISKIMIN, 1984, p. 241-242).

Ao longo dos séculos XV e XVI, entretanto, esse equilíbrio desfez-se devido a dois fatores fundamentais: 1. a terra era um recurso limitado e, 2. as modificações da estrutura econômica do século XVI.

No primeiro fator, o aumento contínuo da população gerou a reocupação produtiva das terras, inclusive das excedentárias. A Europa ocupou todas as suas fronteiras agrícolas e, mesmo assim, não foi suficiente para atender a demanda, que crescia continuamente. Esse foi um dos fatores que também promoveram o processo de colonização das Américas e sua importância como nova fronteira agrícola para os povos europeus.

O segundo fator exerceu uma enorme pressão nas áreas rurais: “Uma concentração urbana mais profunda e extensa significava que havia um número cada vez maior de pessoas afastadas da terra e, por conseguinte, que uma parte maior da população dependia completamente do mercado para se alimentar sem em nada contribuir para a produção dos alimentos... Como a vida urbana implica necessariamente objetivos não agrários, como o comércio e a manufatura, a população urbana e o segmento manufatureiro da população rural tinham necessidade de matérias-primas para as suas atividades econômicas; essas atividades assumiam uma variedade de formas diferentes” (MISKIMIN, 1984, p. 242).

A economia urbana abalou as áreas rurais não somente pela enorme dependência do seu abastecimento. A atração das cidades sobre a mão de obra, anteriormente ligada ao campo, era contínua: a liberdade, o rompimento dos tradicionais vínculos de submissão, as oportunidades de ocupação e os sonhos de riqueza eram atrativos poderosos. A recomposição populacional no campo foi afetada pela intensa migração para as cidades. As cidades disputavam a mão de obra com os campos, criando uma situação de impasse: ao retirar a mão de obra dos campos, as cidades limitavam a produção dos recursos ao mesmo tempo em que ativavam a sua procura.

A tensão gerada pelo desequilíbrio da distribuição da produção rural desdobrou-se tanto pelos segmentos das economias locais como também por todas as regiões rurais europeias. Os segmentos ligados às manufaturas, principalmente a de tecidos de lã, opunham criadores e camponeses. A criação extensiva de carneiros estimulou a utilização das terras para pastagem, em concorrência com as frentes agrícolas. A própria produção agrícola de cereais disputava terras com a das plantas tintoriais, que passaram a ocupar vastas áreas na França e na Itália.

O aumento da demanda e dos preços dos produtos rurais criaram imensos impactos no campo:

1. O impacto da penetração do capital mercantil, que era indireta (estímulo da produção para abastecer a cidade e suas manufaturas), passou a ser direta.

Os sistemas de posse, de uso e de propriedade do solo eram bastante diferentes em cada região europeia. A tradição tinha um enorme peso nas sociedades rurais, e os diversos direitos de exploração do solo sustentavam-se, basicamente, no direito consuetudinário, isto é, nos costumes tradicionais não escritos de cada localidade. A terra tinha um valor cultural muito acima do valor econômico. A maneira pela qual as pessoas usavam a terra definia quem eles eram socialmente, assim como as identificava territorialmente. Como na maioria das sociedades tradicionais, os homens pertenciam à terra, ao contrário das sociedades atuais, nas

quais a terra pertence aos homens. Nesse sentido, o primeiro impacto do aumento da demanda e do aumento dos preços foi a criação de um valor econômico explícito para o solo. Esse valor econômico foi-se acentuando paralelamente à consolidação do capital mercantil, formando novos direitos de propriedade e quebrando as tradicionais relações entre os homens e o solo onde viviam e produziam. Mesmo quando as liberdades atingiam algumas regiões rurais e criavam novas oportunidades para a população, os antigos servos e camponeses tornavam-se homens livres endividados pelas taxações e tributos impostos pelos reis. Foi a completa monetarização da economia campesina.

2. O impacto da ação dos grandes senhores proprietários de terra para reter a mão de obra em seus domínios.

O afrouxamento das relações tradicionais no campo, a expulsão de camponeses pelo aumento das pastagens, a migração para as novas frentes agrícolas ou para as cidades provocaram o despovoamento de várias regiões rurais no exato momento em que as terras ganham valor econômico. O aumento do preço dos cereais fez com que os grandes proprietários senhoriais percebessem a importância do desenvolvimento da produção nos seus domínios e, através dele, aumentassem a apropriação do trabalho dos seus servos e camponeses. Em algumas regiões europeias antigas, obrigações feudais, há muito em desuso, foram reestabelecidas, retendo e oprimindo a população local. Essas medidas foram tentativas de maximizar os lucros, restabelecer o poderio senhorial e garantir a mão de obra.

Esses dois tipos de impacto aumentaram as diferenças entre as regiões rurais europeias e geraram uma constante tensão social. A Europa possuía, mesmo em áreas muito próximas, regiões rurais de mão de obra "re-feudalizada", regiões onde as novas liberdades atingem os camponeses e os antigos servos e regiões nas quais os reis tornaram-se, de fato, os grandes senhores.

3. O impacto da atuação dos camponeses e mesmo dos Estados contra as grandes propriedades, inclusive aquelas da Igreja.

O terceiro grande impacto da penetração do capital mercantil nas estruturas econômicas e culturais agrárias europeias foi expresso em duas grandes frentes: as revoltas camponesas e as lutas pela supremacia do poder real.

As populações rurais oscilavam entre o rompimento dos seus laços tradicionais de pertencimento à terra e a revitalização da opressão feudal. Ambas as situações foram geradoras de miséria e de revolta. A fome do corpo e a fome de terras tornavam-se piores quando confrontadas com a opulência das propriedades eclesiásticas. Muitos dos movimentos reformistas religiosos tinham nos camponeses a sua grande base. As referências bíblicas, que legitimavam os movimentos religiosos dissidentes, sobre a igualdade entre os homens, sobre o acúmulo de riquezas e sobre o valor do trabalho eram referências literais para os camponeses. Uma frase tornou-se conhecida entre essas populações: “Quando Adão arava e Eva fiava, quem era o nobre, ou o senhor de terras?” As revoltas camponesas varreram a Europa no século XVI, e a forte repressão uniu a nobreza e a Igreja.

Quanto aos reis, a situação dependia muito da etapa do processo de centralização do poder em curso. Quando os reis já dominavam os recursos econômicos de seus reinos, de fato tornavam-se os grandes senhores de terras. Alianças, guerras e medidas de apropriação permitiram aos reis o domínio sobre propriedades eclesiásticas e a submissão da nobreza fundiária. As populações rurais passaram, nessas regiões, de obrigações feudais ao pagamento de tributos reais sem, entretanto, atingirem uma possível melhoria de vida. Revoltas contra coletores de tributos, contra o aumento das taxas reais, contra a escassez dos alimentos que eram desviados para as cortes e cidades reais ampliavam o foco das revoltas camponesas.

.....

Todos esses impactos foram de diferentes intensidades e geraram diferentes soluções, dependendo da situação histórica concreta de cada grande área rural europeia.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

1. Leia com atenção os textos e responda:

Paralelamente as forças que levavam à infundável subdivisão das terras mais pequenas, atuavam outras que conduziam à ampliação de outras poucas, e à reconstituição de latifúndios. Os estímulos monetários e fiscais para a acumulação de terras nas mãos de uma minoria afortunada obtinham o apoio e o reforço da aplicação cada vez mais vasta do direito romano em detrimento dos costumes. Os impostos franceses, desde o reinado de Luís XI (1461–1483), subiam sempre e, como o seu maior peso incidia sobre os lavradores plebeus, mais débeis, o fardo fiscal era cada vez mais oneroso. A divisão das terras por efeito de partilhas e os rendimentos do solo, muito variáveis mas sempre baixos, conjugavam-se para que, quase inevitavelmente, os pequenos lavradores se vissem com frequência impossibilitados de reunir o dinheiro suficiente para satisfazer as inexoráveis exigências dos cobradores de impostos. Quando lhes sucedia tal desgraça caíam nas garras dos usurários. E, por fim, a insolvência levava-os ou à venda da terra ou à sua transferência para a posse do usurário. Em ambos os casos, a terra passava para as mãos dos que possuíam dinheiro; e, como o dinheiro existia principalmente nas cidades, o século XVI assistiu a um notável aumento da camada burguesa possuidora de terras. Impactos na França (MISKIMIN, 1984, p. 263).

Pelo menos por hora, parece mais prudente procurar as causas da produção agrícola inglesa em interações mais modestas no interior do próprio setor agrícola. O mais importante estímulo para o aumento da produção terá sido, talvez, simplesmente, a extensão das terras cultivadas à custa da drenagem, da recuperação de baldios e da

reconversão de pastagens à lavoura. A seguir a isso, a natureza equilibrada de cereais e gado que, por sua vez, permitia melhores rotações e maiores disponibilidades de estrume. As drenagens e as regas faziam aumentar os rendimentos das pastagens; melhores pastagens davam alimento a mais cabeças de gado; maiores manadas e melhores cuidados com elas forneciam mais estrume utilizável; e, com mais estrume, as colheitas eram mais ricas. Na palavra de Joan Thirsk, "os aperfeiçoamentos da lavoura e da criação de gado iam a par, auxiliavam-se mutuamente e uns e outros serviam para promover a especialização das regiões. Impactos na Inglaterra (MISKIMIN, 1984, p. 276).

Esta política era um golpe duplo no progresso da economia polaca nas-cente. Vinculando mais fortemente o camponês ao solo e fazendo aumentar a quantidade de trabalho não pago que lhe era exigida, as leis redu-ziam-lhe os proventos monetários e destruíam, ou rediziam severamente, o mercado interno de produtos polacos. Por outro lado, essa política era diretamente orientada contra os comerciantes — a quem impunha taxas discriminatórias e restrições de exportação — e corroía a base econômica urbana, impossibilitando praticamente os habitantes das cidades de ganhar a vida. Apenas no seu próprio interesse, os nobres esforçavam-se com êxito para esmagar o desenvolvimento econômico polaco a fim de reservar para si o rico comércio de cereais e de assegurar a mão de obra agrícola em quantidade suficiente para a máxima exploração das suas terras. Impactos na Polônia (MISKIMIN, 1984, p. 252).

a. Indique quais foram as formas de penetração do capital mercantil nas áreas rurais da França, da Inglaterra e da Polônia.

Comentário

Para responder, você precisa saber as modificações da estrutura econômica do século XVI.

b. Indique os elementos políticos que consolidaram as mudanças das estruturas agrárias na França, Inglaterra e Polônia.

Comentário

Para responder, você precisa saber as reações das burguesias, das nobrezas e dos reis em relação à valorização econômica da terra e em relação à subida dos preços dos produtos rurais.

c. Indique os impactos sociopolíticos e econômicos sofridos pelos camponeses franceses, ingleses e poloneses ao longo da penetração do capital mercantil nas áreas rurais da França, da Inglaterra e da Polônia.

Comentário

Para responder, você precisa saber os impactos que o capital mercantil levou aos campos europeus.



RESUMO

Nesta aula, observamos que as estruturas agrárias tradicionais foram grandemente alteradas pela penetração do capital mercantil. As mudanças na economia camponesa atingiram as esferas do econômico, do político e do social. Houve a monetarização da economia rural, as lutas políticas que envolveram os reis, a nobreza fundiária, a Igreja e os camponeses. Houve também profundas mudanças na vida da mão de obra rural.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos desenvolver os conceitos de “sociedade de ordens” e de “sociedade de classes” para o período moderno.

Aula 8

Capitalismo
comercial e
estruturas sociais

Meta da aula

Reconhecer as transformações socioeconômicas nas diferentes regiões da Europa, com destaque para a Itália, França e Inglaterra.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais transformações sociais em curso durante o período compreendido pela História Moderna I;
2. estabelecer diferenças entre as sociedades europeias no que diz respeito às transformações socioeconômicas.

Pré-requisitos

Para que você aproveite melhor esta aula, sugerimos que tenha em mãos um bom dicionário de língua portuguesa, como, por exemplo, o Houaiss, o Aurélio ou o Caldas Aulete. Sugerimos, também, a releitura do boxe explicativo da página 7 da nossa primeira aula, sobre o estatuto da terra no mundo medieval.

Introdução

Nas aulas anteriores, procuramos analisar as transformações econômicas geradas pela expansão da atividade comercial a partir do século XIII. Vimos como essa economia monetária e mercantil consolida-se e cria os seus próprios métodos e técnicas capazes de alimentar a expansão comercial e marítima muito além das fronteiras europeias.

Nesta aula, vamos analisar as relações entre as transformações econômicas e a dinâmica das sociedades europeias.

Nas sociedades europeias, durante o período medieval, o lugar designado para os comerciantes era inferior ao de outros grupos sociais. Isso se explica, em parte, pelo valor atribuído ao comércio numa sociedade teoricamente ordenada segundo preceitos religiosos. A busca do lucro, a preocupação com o acúmulo de riquezas, o comércio de artigos de luxo são considerados, segundo certa compreensão dos princípios cristãos, como obstáculos à salvação. Na sociedade ideal, o trabalho agrícola é aquele que permite a sobrevivência material sem, no entanto, afastar os homens do verdadeiro sentido da existência terrestre: a busca da salvação. Nesse mesmo caminho, os homens da Igreja procuram enquadrar a nobreza guerreira inventando a noção de guerra santa, a guerra não a serviço da glória, da honra, da riqueza etc., mas a serviço da cristianização. Portanto, a sociedade ideal, segundo os preceitos da Igreja, seria aquela dividida em três ordens: a dos que oram (do clero), dos que guerreiam (nobreza) e a dos que laboram (camponeses).

Fugger

Família de banqueiros alemães da cidade de Augsburg. No fim do século XV, os Fugger prestaram grandes serviços aos imperadores alemães, principalmente a Maximiliano I e Carlos V, fornecendo a eles empréstimos consideráveis. Desses soberanos, eles obtiveram títulos de nobreza e estabeleceram alianças matrimoniais com as melhores casas nobiliárquicas da Alemanha. Em 1519, os Fugger asseguram a eleição imperial de Carlos V, emprestando a ele a soma de 544.000 florins. Após 1520, eles financiaram a luta contra os protestantes. Em 1530, Anton Fugger, torna-se conde do Sacro-Império. A importância dessa família diminui a partir do final do século XVI.

Dinastia dos Valois

A família dos Valois reinou sobre a França entre 1328 e 1589 e descendia da antiga família dos Capetíngios, que havia ocupado o trono francês entre 987 e 1328.



Sobre a Sociedade de Ordens, você pode consultar o livro do historiador francês Georges Duby *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

A expansão da economia mercantil e das cidades concede uma nova importância ao comerciante, antes limitado a um comércio local muito pouco monetarizado e gerador de pouca riqueza.

O comércio a longa distância, a expansão marítima e os grandes descobrimentos colocam em marcha grandes fortunas e concede um lugar central à atividade comercial e ao mercador-banqueiro em toda a Europa. No século XVI, as estruturas sociais e políticas encontram-se, todas elas, permeadas e dependentes da riqueza gerada pela atividade comercial.

Os mercadores-banqueiros financiam os reis da França, da Espanha, da Inglaterra e o Papado na incessante luta por poder e territórios. Atrás do Império de Carlos V, estão os **Fugger**; na luta da **dinastia dos Valois** para centralizar o poder na França, estão os banqueiros genoveses; no lugar de destaque ocupado por Roma e pelo Papado no financiamento das artes renascentistas e nas guerras da Itália, estão os **Médici**.

Médici

Família italiana que reina sobre Florença e depois sobre toda a região da Toscana do século XV até 1737. Exerce uma influência considerável sobre a política europeia e também sobre as artes e a cultura em geral. O grande poder dessa família tem sua origem no comércio e no empréstimo de dinheiro. Os Médici estabelecem alianças matrimoniais com importantes casas nobiliárquicas, dando origem a uma ilustre posteridade, por exemplo, os duques de Nemours e de Urbino, os papas Leão X e Clemente VII, Catarina de Médici (regente da França no século XVI) e Alexandre, duque de Florença.



Carlos V nasceu em Gand em 1500 e morreu na Espanha em 1558. Foi rei da Espanha com o título de Carlos I (de 1516 a 1556) e imperador germânico com o título de Carlos V, de 1519 até 1556. Filho do arqueduke Felipe, o Belo, e de Joana, a Louca, ele era, por parte de seu pai, neto do imperador Maximiliano I, da família dos Habsburgo, e pelo lado da mãe, ele era o neto dos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Com a morte de seu pai, em 1506, Carlos se torna o soberano dos Países Baixos, mas só assumindo, de fato, o trono em 1515. Um ano depois, morre o seu avô materno, Fernando de Aragão, deixando aberta a sucessão do trono espanhol. Em 14 de maio de 1516, Carlos foi proclamado em Bruxelas, sob o nome de Carlos I, rei das Espanhas e das duas Sicílias e soberano das Américas. A eleição imperial de 1519, em seguida à morte de Maximiliano I, desencadeou uma luta acirrada entre a dinastia dos Habsburgo e a França. A dinastia dos Habsburgo tentava reativar a ideia do Império, enquanto a França procurava manter a sua autonomia. Francisco I, da França, disputará com Carlos a eleição para Imperador do Sacro-Império no lugar de seu avô, Maximiliano I. Apesar da grande soma de dinheiro investida por Francisco I, Carlos conseguiu ser eleito, graças ao apoio dos Fugger, assumindo o Império sob o título de Carlos V. Essa eleição representava uma ameaça para a França, já que Carlos tornava-se, ao mesmo tempo, soberano dos Países Baixos, rei da Espanha e imperador germânico, portanto, imperador de um império “onde o Sol nunca se punha”. Carlos V se apresentava como o primeiro monarca do universo. A extensão de seu Império não correspondia, no entanto, a um poder de fato. Havia reações ao seu poderio em quase todas as partes do Império. Durante o seu reinado, enfrentou revoltas em Castela, em Aragão, e a Reforma, no mundo germânico, que acabou por dividir o seu Império.

Essa riqueza vinda do comércio transforma as estruturas políticas da Europa, dando a elas dimensões inimagináveis anteriormente.

A “modernidade” do Renascimento, que surge na atitude dos homens de negócio de Gênova, dos Médici e dos Fugger, foi inseparável de uma promoção do quantitativo que se exprime no aumento das receitas desses estados e nos números relacionados à guerra. Entre 1510 e 1605, os recursos dos Estados papais aumentaram em 440% (superior ao aumento dos preços no mesmo período: 300%). Em 1560, os recursos de Castela eram da ordem de 1 600 000 ducados e as despesas de 3 200 000 ducados. Em 1598, estes números tinham passado, respectivamente, para 4 800 000 ducados e 7 500 000 ducados (DELUMEAU, 1983, p. 237).

Nessas receitas ampliadas, a guerra ocupa um lugar central. A riqueza gerada pelo comércio – nas mãos dos Fugger, Médici e outros banqueiros – financia a formação de um novo tipo de guerra – através de exércitos cada vez mais numerosos. Entre os séculos XI e o fim do século XV, não existia nenhum exército europeu com mais de doze mil combatentes. No século XVI, as forças militares haviam triplicado em relação ao que eram 150 anos antes. A armada espanhola, chamada *Invencível Armada*, tinha 29.305 marinheiros e soldados mobilizados permanentemente, enquanto os ingleses, no mesmo século XVI, possuíam 16.000 homens.

Essas novas estruturas de poder e de guerra estão associadas à expansão comercial e marítima empreendida pelos mercadores.

A importância indiscutível dos mercadores no plano econômico é suficiente para modificar os valores sociais a respeito do comércio? Os mecanismos de hierarquização social estão sendo modificados em função da riqueza acumulada pelos mercadores? A História social da época moderna se desenrola em torno desse conflito: por um lado, a importância crescente dos mercadores que financiam reis, príncipes e papas; por outro lado, a permanência dos significados e valores negativos em relação ao comércio.

Economia mercantil e transformações sociais

Estruturas sociais e valores burgueses

As sociedades medievais são estruturadas em torno de valores e significados formulados nos diferentes segmentos sociais: a nobreza, o clero e o campesinato. A nobreza territorial divide com os homens do clero o topo da hierarquia social. Os valores e significados construídos no seio da nobreza medieval são ligados à guerra. Nesse mundo, as qualidades requeridas são a coragem, a força física, o domínio das armas e dos animais, assim como a capacidade de doar e de distribuir presentes. Quanto maior for a hospitalidade e a capacidade de distribuir presentes, maior o prestígio e o poder de um nobre. Por sua vez, a capacidade de distribuir está ligada à guerra e à pilhagem.

No mundo da nobreza feudal, os exercícios físicos ligados ao manuseio das armas e dos animais têm prioridade em relação àqueles associados à prática da leitura e da escrita, que recebem, na maioria dos casos, um significado negativo. No mundo feudal, a nobreza divide com o clero a riqueza material capaz de financiar os castelos, as catedrais, os objetos de luxo, as vidas nas cortes etc.

Com o renascimento das cidades e do comércio, os comerciantes adquirem meios de equiparar-se ou até mesmo de suplantar os nobres na sua capacidade de promover a civilização.

Os mercadores das cidades italianas tornam-se, a partir do século XIII, os principais financiadores dos melhoramentos urbanos e rivalizam com os nobres na construção de castelos, igrejas etc.

Vimos que o comércio desenvolvido a partir das cidades italianas no século XIII se diferencia do típico comércio medieval em razão de vários aspectos, entre eles os métodos e técnicas empregadas. Os mercadores banqueiros apoiam suas práticas comerciais na contabilidade, nos livros-caixa, nas letras de câmbio,

nos contratos de empréstimo e de seguros. Todos esses métodos pressupõem a leitura e a escrita e justificam, segundo certos historiadores, falar de uma nova racionalidade na busca do lucro.

As qualidades necessárias a esse comércio são muito diferentes daquelas exigidas pela vida da nobreza. A escrita, a leitura, a contabilidade, a poupança, a previsão de gastos e a capacidade de acumular formam um conjunto de práticas e valores associados à vida do comerciante.

No entanto, muitas dessas qualidades são incompatíveis com a vida da nobreza, entre elas, a previsão de gastos e a capacidade de acumular, que se opõem diretamente a uma das condições inseparáveis da nobreza, ou seja, a capacidade de distribuir presentes.



O historiador George Duby, no livro *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu século VII-XII*. Lisboa: Editorial Estampa 1980, p. 63-64, se serve das reflexões do antropólogo Marcel Mauss sobre as práticas do dom e do contradom para explicar certas características da sociedade feudal. Vejamos:

Em todas as sociedades, muitas das necessidades que regulam a atividade econômica são, por natureza, imateriais. Provém da necessidade de respeitar e cumprir certos ritos, que trazem consigo não só um consumo proveitoso, mas também a aparentemente inútil destruição da riqueza conseguida. Como muitos historiadores de economia têm entendido mal o significado destas atitudes, é importante que aqui sejam bastante sublinhadas, fazendo referência a um dos grandes mestres da etnologia, Marcel Mauss:

Nas economias (...) que precederam a nossa, não podemos nunca postular (por assim dizer) simples trocas de bens, riquezas e produtos através do comércio entre indivíduos. Em primeiro lugar, não é uma questão de indivíduos, mas de grupos de pessoas que tinham obrigações mútuas, que fizeram trocas e celebraram contratos (...) E, para além disso, o que

trocavam não era apenas bens materiais e riquezas, móveis ou imóveis, coisas de utilidade econômica; eram, em primeiro lugar, favores, festas, atos rituais, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festividades e feiras onde o comércio era unicamente uma faceta (...) Por fim, estes favores e sua contrapartida eram sublinhados pela oferta de presentes numa forma mais ou menos voluntária, embora em princípio fossem estritamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou geral.

Em muitos livros didáticos, afirma-se que o período moderno é a fase da ascensão da burguesia. Essa ideia pressupõe que os burgueses da Europa desse período procuram afirmar-se através de valores e de significados associados ao comércio; que eles procuram ascender socialmente como pertencentes ao mundo do comércio.

Por um lado, as sociedades da Europa moderna se caracterizam, de fato, por uma maior mobilidade social. É possível identificar diferentes caminhos para a ascensão social de “homens do comércio”. Por outro lado, dificilmente os burgueses procuram ascender afirmando o mundo do comércio e seus valores. Pelo contrário. Os comerciantes das diferentes partes da Europa procuram, com mais ou menos afinco, distanciar-se, no seu caminho de ascensão social, dos signos exteriores associados à prática comercial. Dessa forma, procuram se mostrar enquanto homens capazes de gastar e não como acumuladores e poupadores.

Apesar da centralidade da economia mercantil e da dependência gerada em todos os setores da sociedade em relação à riqueza comercial, a nobreza territorial continua ocupando o topo da hierarquia social. No entanto, as nobrezas territoriais das diferentes partes da Europa moderna são afetadas pelo enriquecimento dos comerciantes. Muitos nobres se veem nas mãos dos comerciantes em relações de dívidas e de empréstimos. Muitos domínios territoriais passam das mãos da nobreza para a dos mercadores.

A história social da Europa moderna deve levar em conta tanto os caminhos de ascensão abertos pelos burgueses quanto as diferentes reações senhoriais. A história social desse período deve identificar o esforço do comerciante em se aproximar dos valores da nobreza e as diferentes lutas dos nobres para manterem os seus domínios e o seu prestígio. As chamadas “sociedades do Antigo Regime” são o resultado desses processos de transformação, que atingem todos os setores sociais.

Antes de analisarmos os diferentes caminhos de ascensão dos comerciantes na Europa moderna, é importante entender de que forma a riqueza mercantil transforma as estruturas agrárias e modifica as nobrezas territoriais.

Estruturas sociais e nobrezas territoriais

Quando falamos em estruturas sociais na época moderna, estamos nos referindo a tipos diferentes de sociedade. Não podemos esquecer que cada região da Europa tem as suas especificidades. Diante da importância crescente do comércio, as nobrezas territoriais reagem diferentemente e procuram soluções diferentes para a sua permanência no topo da hierarquia social.

Apesar da importância da economia mercantil, a grande maioria da população europeia vive nos campos e permanece atrelada por laços de dependência à nobreza territorial. Os senhores das terras podem ser laicos – pertencentes à nobreza – ou eclesiásticos, mas todos eles vivem das rendas propiciadas pelo trabalho camponês. Nesse tipo de organização social, os camponeses estão vinculados aos senhores territoriais pelo pagamento de tributos, serviços e por laços de fidelidade e, nesse sentido, encontram-se atrelados a um certo domínio territorial. Durante boa parte da Idade Média, esses tributos eram pagos em trabalho – as corveias – ou/e em produtos agrícolas. Por outro lado, as terras também se encontravam atreladas às aldeias camponesas, já que não podiam ser delas separadas.

Conforme um ditado do camponês russo citado por E. P. Thompson em *Costumes em comuns*: "Nós (camponeses) pertencemos ao senhor, mas a terra nos pertence".

Em alguns casos, a expansão do comércio modifica as relações servis sem, no entanto, desatrelar o camponês nem da terra nem do pagamento de tributos aos senhores territoriais. A expansão das cidades gera, em grande parte da Europa Ocidental, o fim das corveias e a monetarização do pagamento de tributos. As aldeias camponesas, antes isoladas numa economia do autoconsumo, se veem envolvidas nas redes comerciais constituídas pelos comerciantes itinerantes que percorrem grande parte da Europa e canalizam, para uma economia monetária, os excedentes das produções agrícolas e artesanais. Nesse caso, ocorrem modificações das estruturas agrárias e da condição camponesa que não implicam, no entanto, o fim dos vínculos com a nobreza territorial. A terra continua perpassada pelas relações de dependência entre senhores e camponeses, pois, se por um lado, o camponês permanece atrelado aos domínios, por outro lado, a terra continua atrelada às aldeias, não podendo ser delas separada.

Em certas partes da Europa Ocidental, a expansão da economia comercial acarreta processos de desestruturação da ordem feudal, num sentido mais radical. Na Inglaterra, parte da nobreza territorial, reagindo à diminuição de suas receitas, procura outras formas de obter riquezas, mudando a forma de exploração de seus domínios. Esses nobres ampliam o lugar reservado às pastagens para a criação de ovelhas e aumentam sua produção de lã, direcionada, desde o século XIII, para a região de **Flandres**.

No século XIII, a região de **Flandres** era um dos principais polos do comércio europeu para onde confluíam a maior parte das rotas marítimas e terrestres. Localizada no noroeste da Europa, ao longo do Mar do Norte, ela compreendia uma parte da atual Holanda, uma parte da atual Bélgica e também a região norte da França. Entre as principais cidades de Flandres, podemos citar: Bruges, Antuérpia (Anvers), Lille e Bruxelas. Além de se constituir num ponto de convergência das diferentes rotas comerciais, essa região abrigava o principal polo de produção têxtil da Europa e era também uma região mineradora.

Ao adotarem esse procedimento, desencadeiam um processo de desvinculação do camponês e da terra rompendo radicalmente com as bases da ordem feudal.

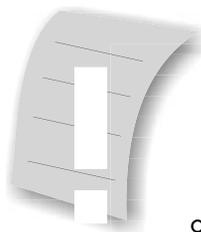


Nesse caso, estamos adotando a definição de Perry Anderson sobre a ordem feudal. Para o autor, a ordem feudal pressupõe três aspectos fundamentais: a exploração do trabalho do camponês pelo senhor através de coerção extraeconômica privada (o uso da violência); a associação do produtor direto (camponês) aos meios de produção, isto é, a vinculação do camponês à terra; a dependência pessoal. Você pode estudar sobre o assunto no livro de Perry Anderson *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, principalmente nas páginas 15 a 41.

Enclosurers

Termo inglês empregado comumente pelos historiadores para designar o processo pelo qual a agricultura individual substituiu as formas comunitárias de economia agrária que predominavam durante a Idade Média. Essa evolução foi muito mais rápida na Inglaterra do que no continente, onde as práticas comunitárias permaneceram em vigor até o início do século XIX.

À medida que ampliam a área de pastagem, cercam terras antes dedicadas à exploração agrícola ou voltadas para o uso coletivo, desalojando inúmeros camponeses que se tornam, dessa forma, “homens sem senhor”, homens desvinculados de um território. Esse movimento, conhecido como **Enclosurers** ou cercamento dos campos, se inicia no século XIII e se intensifica durante a época moderna. Ele leva ao aparecimento de dois novos tipos sociais: o homem sem senhor e o nobre vinculado à exploração mercantil de suas terras.



Durante a Idade Média, a maior parte das terras de uma paróquia era comunitária e, mesmo sobre as partes apropriadas, os rebanhos tinham o direito de pastagem depois do período da colheita. A reforma desse sistema começa na Inglaterra a partir do século XIII e se acelera a partir do século XV, principalmente em função do desenvolvimento do comércio com Flandres, que provocou uma alta do preço da lã, levando os proprietários a se dedicarem prioritariamente à criação de ovelhas. Senhores laicos e eclesiásticos começaram a cercar certas áreas extensas para dedicá-las a pastagens, protegendo-as contra os agricultores e os rebanhos dos camponeses. Esse processo levou a uma concentração de terras. Algumas medidas foram tomadas pelos governos para refrear esse processo, as ordenações de Henrique VII, de Henrique VIII, de Elisabeth I. No entanto, o processo de cercamentos continua até o século XVII, quando, então, foram tomadas medidas que fizeram desaparecer os últimos vestígios da agricultura comunitária na Inglaterra. Os cercamentos são acompanhados da formação de um sistema de trabalhadores em regime de parceria explorados pelos fazendeiros capitalistas. Os pequenos agricultores se enfraqueceram devido à interdição do uso dos antigos pastos comunais. Vilas e regiões inteiras se despovoaram. Os camponeses livres desapareceram pouco a pouco, migrando em direção às cidades onde constituíram o proletariado da era industrial. Na França, a transformação foi completamente diferente. No fim do século XVIII, as práticas comunitárias começaram a cair em desuso apenas em algumas regiões. Além disso, a nobreza francesa, que estava sempre endividada pela vida de corte, em vez de se apropriar das terras para exploração, frequentemente as vendia aos camponeses. Por volta de 1789, 2/5 do solo francês pertenciam a pequenos e médios proprietários que cultivavam suas terras.

Já na Europa do leste, as transformações da sociedade agrária não se fazem nesse mesmo sentido. Nesse caso, as relações de servidão são reforçadas e a nobreza territorial comanda o processo de vinculação da economia agrária à economia comercial. Os historiadores se referem a esse processo como segunda servidão. Vejamos o que nos diz o historiador André Corvisier (1995, p. 93), no seu livro *História Moderna*.

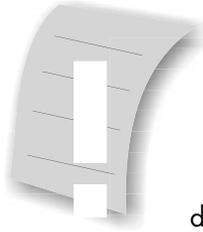
Nas sociedades do leste existem grandes propriedades e o comércio passa especialmente pela habitação do senhor. Os lucros pela venda do trigo vão para as suas mãos. Mais do que antes, o senhor é o intermediário entre o mundo exterior e os camponeses e estes perdem sua independência. As corvéias multiplicam-se (...) O senhor acumula mais e mais a propriedade.

A economia mercantil permeia e transforma as estruturas agrárias nas diferentes regiões da Europa, sem, no entanto, modificar a relação demográfica entre a população rural e a população urbana. Apesar da dependência cada vez maior das estruturas agrárias em relação à economia mercantil, a população europeia permanece majoritariamente vinculada à terra. Quanto às nobrezas territoriais, elas vinculam-se diferentemente à economia de mercado e reagem diferentemente à diminuição relativa de suas rendas: cargos na administração real, arrendamento da cobrança das rendas de parte de seus domínios, superexploração do trabalho camponês, novos procedimentos na exploração de suas terras são algumas modificações inerentes ao esforço das nobrezas para manterem as suas rendas e sua posição social.

Se os burgueses tentam assimilar certas características da vida da nobreza no seu sonho de ascender socialmente, os nobres, pelo seu lado, procuram se demarcar dos novos ricos, afirmando certos valores em oposição ao acúmulo e à poupança.

As sociedades do Antigo Regime são indissociáveis da riqueza mercantil e dos objetos de luxo que modificam a vida da nobreza. Em lugar do nobre, grande senhor de seus domínios rurais, vemos o nobre cortesão envolvido em gastos para manter sua capacidade de ostentar e de distribuir riquezas. No entanto, a riqueza aqui é um simples meio para o prestígio e a distinção; considerá-la como um fim e dedicar-se exclusivamente ao ganho e à acumulação é mesmo um obstáculo à ascensão. Dessa forma, a sociedade do Antigo Regime é atravessada por essa aparente contradição. Por um lado, a importância central da riqueza material que possibilita a ascensão, o prestígio e a distinção; por outro lado, o valor negativo atribuído à acumulação e ao espírito de poupança.

Nessa primeira parte da aula, procuramos identificar as transformações sociais relacionadas à importância crescente da atividade comercial. A riqueza material trazida pela expansão do comércio gera novas estruturas de poder e modifica as relações sociais. Se as sociedades do Antigo Regime são indissociáveis da riqueza comercial e de movimentos de mobilidade social, elas são também inseparáveis da recusa aristocrática de reconhecer os valores burgueses. Dessa forma, os caminhos de ascensão criados nas sociedades do Antigo Regime são permeados por valores antiburgueses. No entanto, as nobrezas territoriais se distanciam, elas também, cada vez mais, de certos valores feudais. Em lugar da nobreza guerreira associada à vida rural, consolida-se o nobre cortesão gravitando em torno de reis e de príncipes e “domesticado” nos seus hábitos e maneiras.



A expressão “domesticação” da nobreza é utilizada por Jean-Marie Apostolides, no seu livro *O rei-máquina, Espetáculo e Política no Tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. O autor associa o processo de centralização operado pelos reis franceses ao processo de sujeição da nobreza, no sentido de que essa passa a gravitar em torno do rei numa nova vida de corte: "A aristocracia desarmada, despossuída de seus costumes, privada de suas prerrogativas militares, transforma-se então numa casta para espetáculo".



Sobre os conflitos gerados pela ascensão dos mercadores, você pode assistir a dois filmes bastante interessantes:

O mercador de Veneza: Diretor: Michael Radford; Ano: 2004; País: Reino Unido.
Molière. Diretor: Laurent Tirard; Ano: 2007; País: França.

Na segunda parte da aula, vamos identificar as especificidades de cada região europeia no que diz respeito às transformações sociais.



Atende ao Objetivo 1

1. Escreva uma carta louvando “os velhos tempos” de poderio exclusivo da nobreza e de seus antigos valores e destacando a “nova” ascensão dos ricos mercadores.

Resposta comentada

Para realizar essa atividade, você precisa saber das transformações sociais relacionadas à importância crescente da atividade comercial. A riqueza material trazida pela expansão do comércio gera novas estruturas de poder e modifica as relações sociais.

Se as sociedades do Antigo Regime são indissociáveis da riqueza comercial e de movimentos de mobilidade social, elas são também inseparáveis da recusa aristocrática de reconhecer os valores burgueses. Dessa forma, os caminhos de ascensão criados nas sociedades do Antigo Regime são permeados por valores antiburgueses.

O caso da Península Itálica

No século XIV, período identificado com o início do Renascimento, a península itálica abriga diferentes organizações sociais e políticas. No sul, os reinos da Sicília e da Sardenha, que se diferenciam pouco de outros reinos europeus no que diz respeito ao poder territorial das dinastias e das linhagens nobiliárquicas. No centro, os Estados Papais, que disputam com o Sacro Império Romano Germânico o poder sobre a Península. No norte, as cidades-estado de Gênova, Veneza, Florença, Milão, entre tantas outras, centros das inovações econômicas e comerciais do século XIII.



O principal aspecto da organização política da Itália do Renascimento é a importância das cidades-estado e, particularmente, das repúblicas. As cidades-estados eram a forma dominante de organização política no século XII e começo do século XIII. Por volta do ano 1200, havia de duzentas a trezentas unidades que podiam ser descritas como cidades-estado. Em 1300, cerca de 23 cidades do norte e do centro da Itália tinham populações de 20 mil habitantes ou mais cada uma.

Sobre esse assunto, você pode consultar o livro do historiador Peter Burke, *O renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. Principalmente o subcapítulo "A organização política", p. 249-259.

O norte da península é uma das regiões mais urbanizadas da Europa e apresenta algumas especificidades importantes do ponto de vista da organização social. Contrariamente a outras partes da Europa, a nobreza dessa parte da Itália continuou residindo nas cidades. Nessas cidades, a nobreza irá se defrontar com o poder econômico dos grandes mercadores que, em razão de sua riqueza, transformam-se em financiadores de obras de arte e de melhorias

da cidade. Além disso, esses novos mercadores fazem pressão para uma maior representatividade nos governos das cidades.

O historiador Peter Burke, no seu livro *O Renascimento italiano*, vai levantar duas questões importantes em relação à organização social dessas cidades. Em primeiro lugar, ele se pergunta se essas sociedades são mais abertas, ou seja, se apresentam maior mobilidade social do que o restante da Europa. Na impossibilidade de uma análise quantitativa, o historiador apresenta diferentes exemplos de ascensão social que indicam uma maior permeabilidade das hierarquias sociais. "Os casos individuais de mobilidade para cima são notáveis" (BURKE, 1999, p. 261). Ao mesmo tempo, o autor apresenta discursos antagônicos em relação à mobilidade social, pois existem aqueles que defendem e aqueles que se posicionam contra a ascensão de novos grupos. "Algumas referências literárias são hostis, como o canto dezesseis do Inferno de Dante, com sua crítica a Florença pela 'Gente Nova e Ganhos Súbitos'. Outros são mais favoráveis" (BURKE, 1999, p. 262).

A essa questão relativa à ascensão social dos mercadores, Peter Burke acrescenta uma outra: esses homens do comércio, que acumulam riqueza e que investem no embelezamento das cidades, na grandeza de seus nomes e de suas famílias e em obras de arte representam os valores burgueses? As sociedades italianas eram burguesas?

Por um lado, a ascensão desses homens do comércio indica, sem dúvida, uma maior flexibilidade das hierarquias sociais. Além disso, a prática do comércio implica a prática da leitura, da escrita, da cartografia, da contabilidade, da aritmética, o que leva ao surgimento de escolas voltadas para esses tipos de saberes e voltadas para o comerciante. Esses saberes, por sua vez, desencadeiam novas necessidades e novos progressos.

Por outro lado, mantém-se a depreciação em relação a certas práticas e significados do mundo do comércio, por exemplo, aqueles ligados à acumulação, à economia, à poupança. Dessa forma, se a ascensão dos mercadores gera modificações sociais importantes,

isso não representa a ascensão dos valores burgueses. A riqueza não se institui em critério de hierarquização social. Nesse sentido, muitos mercadores vão continuar trilhando um caminho que, do ponto de vista estritamente econômico, nos parece irracional. Em lugar da continuidade do investimento no comércio, muitos mercadores procuram o investimento em terras e a aproximação ao modo de vida da nobreza. Além disso, estabelecem alianças matrimoniais com a nobreza. Muitas dessas famílias de mercadores-banqueiros tornaram-se poderosas em toda a Europa e foram vistas como dignas de se aliarem às velhas linhagens nobiliárquicas. O exemplo mais ilustre é a família dos Médici de Florença, que estabelece alianças matrimoniais com várias dinastias reinantes na Europa.

Sociedade do Antigo Regime na França

O reino da França é o centro da civilização medieval, marcada pelo poder da nobreza territorial e de suas linhagens e pela preponderância do mundo rural. As cidades que, na sua maioria, nascem sob o domínio de senhores leigos ou eclesiásticos, lutam, a partir do século X, por sua autonomia. Ao contrário da Península Itálica, os comerciantes e artesãos formam a população urbana, e os nobres raramente se encontram entre os habitantes da cidade. Mantém-se ainda com mais vigor o desprezo pelas profissões manuais e pelo comércio.

A expansão da economia mercantil eleva a importância de cidades como Lyon, Dijon, Paris, entre outras, e faz surgir mercadores ricos e poderosos. No entanto, com muito mais rigidez do que na Península Itálica, a profissão do comércio é um empecilho para o enobrecimento. Na França, como na Espanha, foram criadas as “Leis de Derrogação”, que estipulavam, como condição para se obter títulos de nobreza, a obrigatoriedade de provar a inexistência de vínculos com o comércio ou com as profissões manuais.

Por um lado, a riqueza das cidades e dos mercadores possibilitou novas estruturas sociais e de poder na França. Por outro lado, acentuou-se a demarcação entre a nobreza e a profissão do comércio. A atividade mercantil gerava a riqueza necessária a certos atributos da vida da nobreza: a posse de terras, os objetos de luxo, os serviços etc., mas era, ao mesmo tempo, um empecilho para o enobrecimento. A riqueza proveniente do comércio abria uma possibilidade praticamente inexistente na sociedade tradicional – o enobrecimento dos burgueses – já que, nessa sociedade, a nobreza era uma condição herdada pelo nascimento e definida pelo seu vínculo com a guerra. No entanto, para possibilitar o enobrecimento, a riqueza mercantil tinha um certo trajeto a realizar. Esse caminho era, em muitos sentidos, antieconômico: a posse de terras, a aquisição de cargos na administração real, a compra de títulos de nobreza, só acessível, entretanto, àqueles que comprovassem o “viver de rendas”, sem vínculos com as profissões manuais.

Se a sociedade do Antigo Regime na França é inseparável desse novo caminho de ascensão social, ela é também marcada pela reação da antiga nobreza a essa maior maleabilidade das hierarquias sociais. Nesse sentido, criou-se, na França, a distinção entre a “velha nobreza”, autointitulada “nobreza de espada”, e a nova nobreza, a “nobreza de toga”, designando aqueles antigos burgueses que se tornavam nobres através dos vínculos com os cargos da administração real. No século XVII, aumenta a reação da nobreza de espada contra a nobreza de toga, que tenta impedir esse meio de ascensão aos “novos ricos” (a nobreza de toga).

Especificidades da Inglaterra

As transformações desencadeadas pelo capitalismo comercial na Inglaterra foram, em vários aspectos, muito diferentes daquelas de outras regiões da Europa. Diversos fatores são evocados

pelos historiadores para explicar essas diferenças, até mesmo a posição geográfica insular da Inglaterra. Vejamos algumas dessas características da sociedade inglesa.

Perry Anderson, assim como outros historiadores, indica um processo de desmilitarização precoce da nobreza inglesa após o fim da **Guerra das Duas Rosas**.

Guerra das Duas Rosas

Guerra civil que divide completamente a Inglaterra entre 1455 e 1485 e que foi o resultado da rivalidade entre duas famílias: a casa dos York, que possuía como emblema uma rosa branca, e a casa dos Lancaster, que tinha como emblema uma rosa vermelha. As duas famílias disputaram, durante trinta anos, o trono da Inglaterra. A guerra só terminou com a vitória de Henrique Tudor sobre o rei Ricardo III, da família dos York. Para conseguir manter a paz, Henrique Tudor, descendente dos Lancaster, casou-se com Elisabeth, da família dos York. Essa guerra enfraqueceu muito o poder da nobreza e propiciou o fortalecimento do poder real.

Os efeitos dessa intensa e destrutiva guerra civil teriam levado a nobreza a abdicar de seu poder militar em favor da linhagem dos Tudor. Além disso, diante da diminuição de suas rendas, a nobreza inglesa teria adotado certas medidas conflitantes com a ordem feudal. Ao se voltar para uma exploração mercantil de suas terras, através da criação de ovelhas para obter lã (matéria-prima para os tecidos produzidos em Flandres), os nobres teriam rompido com a ordenação feudal, que vinculava – numa relação de estreita dependência – a terra, os senhores e os camponeses. Através dos *enclosures* ou cercamento dos campos, a nobreza inglesa modificou as relações feudais e fez surgir um novo tipo social, o *homem sem senhor*.

A nobreza inglesa, assim como as demais nobrezas europeias, continuava a ser definida pelo domínio de terras, de homens e pela possibilidade de viver das rendas geradas pelo trabalho camponês, mas diferentemente das nobrezas do continente, o seu estatuto não excluía a vinculação com a prática do comércio e nem dependia da função das armas. Dessa forma, como lembra Perry Anderson, do ponto de vista estritamente “profissional”, haveria cada vez menos distinção entre os nobres e os burgueses, pois, se a condição para o enobrecimento continuava sendo a posse de domínios territoriais, a prática do comércio não era incompatível com a nobreza.

No contexto isolacionista do reino insular houve, assim, uma desmilitarização excepcionalmente precoce da própria classe nobre (...) tal fato, necessariamente, teria importantes repercussões na própria classe fundiária. No seu contexto marítimo peculiar, a derrogação (Perry Anderson se refere aqui às Leis de Derrogação,

mencionadas anteriormente) propriamente dita – sempre ligada a um intenso sentimento das virtudes da espada e codificada contra as tentações da bolsa – nunca chegou a ocorrer. Isso permitiria, por sua vez, uma conversão gradual da aristocracia às atividades comerciais muito antes de qualquer outra classe rural europeia do mesmo gênero (...) Uma vez iniciado, tornou-se praticamente impossível sustentar o caráter juridicamente separado da nobreza inglesa (ANDERSON, 1998, p. 125).

O resultado disso foi a ampliação da pequena nobreza – a **gentry** – que passou a contar tanto com os nobres “de antiga linhagem” quanto com ricos burgueses aquisidores de terras.

No entanto, na Inglaterra, ao contrário da França e da Espanha, não existiram as Leis de Derrogação, que tornavam incompatível o enobrecimento e a continuidade da relação com o comércio.

O capitalismo comercial transformou as sociedades europeias, mas gerou resultados diferentes em função das especificidades de cada região.

Gentry

Nome dado à boa sociedade inglesa e, em particular, à nobreza sem títulos.

Os membros da gentry são os *gentlemen*, e podem receber condecorações e títulos de nobreza. Essa classe reúne, ao mesmo tempo, membros da alta burguesia e da nobreza titulada ou não. Ela se desenvolve bastante a partir do século XV, numa época de mobilidade social mais acentuada.

Resposta comentada

Para responder, você precisa saber que a Península Itálica abrigava diferentes organizações sociais e políticas, de cidades-estado a reinos, e que seus mercadores procuram o investimento em terras e a aproximação do modo de vida da nobreza. Ao contrário da Península Itálica, os comerciantes e artesãos franceses formavam a população urbana, e os nobres raramente se encontram entre os habitantes da cidade. Já na Inglaterra, a nobreza podia se dedicar ao comércio e, ao se voltarem para uma exploração mercantil de suas terras, através da criação de ovelhas para obter lã (matéria-prima para os tecidos produzidos em Flandres), os nobres teriam rompido com a ordenação feudal.

RESUMO

As sociedades do Antigo Regime resultam da convergência de diferentes processos de transformação nos campos econômico, político, religioso e cultural. Nessa aula, procuramos compreender as relações entre as transformações econômicas – geradoras do enriquecimento dos setores ligados ao comércio – e as modificações das estruturas sociais. As sociedades feudais, que são sociedades de ordens, modificam-se devido às novas possibilidades de ascensão social geradas pelo enriquecimento. No entanto, essas possibilidades não geram, de imediato, o fim das sociedades de ordens, isto é, a riqueza não se constitui em critério de hierarquização social. A nobreza continua ocupando o topo da hierarquia social, independentemente da diminuição de seu poder econômico. O nascimento continua determinando o lugar social. Os burgueses procuram ascender socialmente, imitando as atitudes e os comportamentos da nobreza. Entretanto, a nobreza também está sendo modificada em seu modo de vida, em seus valores e em suas atitudes, tanto em razão da importância crescente da cidade e dos novos saberes produzidos no meio urbano quanto em função das novas estruturas de poder que se constituem nesse período. Portanto, as sociedades do Antigo Regime exprimem todas essas modificações e conflitos. Em cada região da Europa, essas transformações assumem aspectos diferentes gerando consequências também diversas. Finalmente, é preciso não esquecer que todos esses processos transformam as antigas sociedades de ordens, sem, no entanto, transformá-las, imediatamente, em sociedades de classes.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, convidaremos você a refletir sobre as modificações surgidas a partir das noções de sociedade de ordens e de sociedades de classes.

Aula 9

Sociedade
de ordens e
sociedade de
classes

Meta da aula

Analisar a sociedade moderna e a sua dinâmica a partir das discussões sobre os conceitos de “ordens sociais” e “classes sociais”.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. Identificar e caracterizar as diferenças entre “sociedade de ordem” e “sociedade de classe”.
2. Identificar os elementos desagregadores da sociedade de ordens na Europa moderna.

Pré-requisito

Dicionário.

INTRODUÇÃO

Ao longo das aulas anteriores, foram apresentados os processos políticos, econômicos e sociais que dinamizaram a Europa, do século XIII ao XVI. Você conheceu também os conceitos utilizados pelas principais correntes historiográficas que criaram modelos explicativos para as sociedades modernas. Nesta aula, vamos enfatizar dois conceitos que, durante a maior parte do século XX, criaram modelos explicativos opostos para o entendimento do mundo moderno: ordens sociais e classes sociais.

Os usos e abusos dos conceitos: classes sociais e ordens sociais

O conceito de classe social foi difundido a partir da historiografia marxista, pela qual, tanto o método de análise, quanto o modelo explicativo das sociedades está referenciado ao modo de produção.



Modo de Produção é uma categoria de análise centrada no conceito de *trabalho*. Trabalho, por sua vez, é a relação entre o Homem e a Natureza. Essa relação é caracterizada pelo domínio e a transformação da Natureza, assegurando assim a sobrevivência do Homem e a formação dos espaços onde ele habita, assim como estabelece novas relações sociais entre os homens. Por exemplo: um *espaço natural* (qualquer região completamente despovoada) é sempre transformado pela presença do Homem. Os seus recursos naturais (solo, flora, fauna, água), as matérias-primas, são transformados em produtos para a sobrevivência humana: lavouras, áreas de coleta e de caça (comida); madeira e pedras para abrigos; ossos de animais, pedras e madeiras para armas; metais

para armas, adornos e moedas; peles de animais e alguns tipos de plantas para roupas. O *trabalho* desenvolvido para assegurar a sobrevivência transforma o espaço natural em espaço social, isto é, em um tipo de espaço que não existia antes, no espaço dominado pelo Homem. O Trabalho transforma, dinamiza e caracteriza as relações sociais entre os homens.

As grandes questões levantadas pelo uso do conceito *modo de produção* contribuíram para que os historiadores repensassem os estudos sobre as sociedades. A ciência histórica que contemplava, prioritariamente, as elites políticas e sociais passava para a investigação da materialidade básica das sociedades. Quem trabalha? Como trabalha? Com quem fica o produto do trabalho? Quais as formas de troca? Qual o valor cultural dado ao trabalho em tal ou qual sociedade? A partir dessas perguntas o historiador pôde investigar as relações sociais em uma sociedade, podendo estabelecer o modelo de *modo de produção* que a explica.

Embora seja um excelente instrumento de pesquisa, o conceito de *modo de produção* foi muitas vezes desvirtuado em sua aplicação vulgarizada. O primeiro problema estava relacionado a uma aplicação mecanicista do método e, o segundo problema, na utilização automática dos contextos europeus ocidentais – origem das etapas apresentadas por Marx – a toda e qualquer sociedade do planeta e em qualquer temporalidade histórica. Quanto ao mecanicismo em sua aplicação, muito comum em livros didáticos, o conceito de *trabalho* foi substituído pelo conceito de *economia*, e o conceito de elemento *determinante* pelo conceito de elemento exclusivo. Isso significou uma brutal simplificação do método e, também, que as sociedades, independentemente de suas temporalidades e especificidades e em todas as suas manifestações políticas, culturais e sociais, eram determinadas exclusivamente pela sua economia. Nessa visão simplista, que eliminava a dialética, a

economia “engessava” a sociedade e dominava “de cima para baixo” todas as instâncias do social. A aplicação mecanicista do conceito de modo de produção carregava ainda, em seu bojo, o aspecto “evolucionista” dos processos históricos: todas as sociedades passariam pelas etapas europeias de modo de produção, de maneira linear – do modo de produção primitivo ao do capitalismo industrial. Essa questão nos leva ao segundo problema, qual seja, o da perda das especificidades de cada sociedade estudada. Podemos perceber, por exemplo, no ensino da História e nos livros didáticos que seguem os conceitos de modo de produção, que o estudo das sociedades antigas (desde os fenícios, os persas, os assírios e os hebreus) e até mesmo as altas culturas da América seguiam essa simplificação: todos apresentavam, como “classes sociais”, reis, guerreiros e sacerdotes. A teleologia e o anacronismo passaram a imperar pelo mau uso dos conceitos.

A perversão dos conceitos estendeu uma longa sombra sobre o entendimento da História. Um dos exemplos mais visíveis está na própria História do Brasil. O Brasil seria caracterizado, enquanto colônia e, mesmo posteriormente, enquanto nação, pela marca do “atraso” histórico, porque nem sua metrópole nem seu futuro Estado teriam cumprido a “lógica” da etapa da Revolução Industrial e do subsequente capitalismo. Mais ainda: ao inserir a América portuguesa no macro contexto do mundo moderno, perpetuou-se, no ensino da História, o erro da afirmação de que, enquanto a Europa estabelecia uma sociedade de homens livres e uma organização em classes sociais, a colônia portuguesa “voltaria” no tempo, ao formar uma sociedade baseada na escravidão.

A visão mecanicista das etapas do modo de produção também apresentaram-nas como se a passagem de uma etapa para outra fosse feita aos saltos. Em um determinado momento histórico, passava-se de uma etapa para outra, completa e definitivamente. Devemos observar, entretanto, que as diversas dimensões das sociedades (política, econômica, cultural) interagem entre si em seus ritmos e tempos próprios e que os processos de interação

dessas dimensões dependem de diversos fatores específicos a cada sociedade estudada, dentre os quais destacamos os graus de autonomia existentes em cada dimensão do social em dada temporalidade histórica.

É necessário lembrar, entretanto, que as distorções conceituais aqui abordadas deveram-se a inúmeros fatores, dentre os quais destacamos o descompasso entre a produção histórica e sua socialização através do ensino e as próprias conjunturas de nossa história política.

Uma sociedade de ordens é profundamente diferente de uma sociedade de classes; mas atenção: essa diferença não pode ser explicada pelo uso de metodologias marxistas ou não marxistas. Uma abordagem marxista não impede a caracterização das diferenças entre essas organizações das sociedades, conforme observaremos no desenvolvimento dessa aula.

Ideologia

não é meramente um sistema de ideias, mas, em cada sociedade, é um sistema formado por seus valores culturais dominantes. É estruturado pelos códigos básicos de cada cultura e sociedade e tem por função primordial explicar aos homens o mundo que os cerca: “a ordem do mundo é assim porque...”. Esse sistema, por sua vez, legitima a manutenção e a reprodução de determinada ordem porque torna-se, na verdade, daquela sociedade e daquela temporalidade histórica.

O historiador Roland Mousnier, em seu livro *As hierarquias sociais*, chama atenção para os múltiplos processos pelos quais as sociedades, seus indivíduos e grupos, construíram uma série de diferenciações entre si. Essas diferenciações seriam marcas de distinção social que formariam as hierarquias nas sociedades. Distinguir, diferenciar grupos e indivíduos é um processo histórico formado por inúmeros elementos, dos quais a história marxista destaca não somente o *trabalho* em si, mas o valor dado às variadas formas do *trabalho* em cada sociedade estudada. O elemento *valor* estabelece as condições históricas concretas das relações sociais entre esses indivíduos e grupos e a formação das hierarquias da sociedade, seja uma sociedade de classes ou uma sociedade de ordens. Esse elemento, fruto da profunda interação das dimensões do cultural e do econômico, é a base das **ideologias** legitimadoras das hierarquias sociais, seja em uma sociedade de ordens, seja numa sociedade de classes.

As sociedades de ordens, tanto quanto as sociedades de classes, podem ser estudadas pela organização e valor dado ao *trabalho*.

Quais seriam, então, as diferenças entre uma sociedade estruturada em classes sociais e outra, estruturada por ordens sociais? Em primeiro lugar, devemos definir, conceituar, o que é uma e o que é outra:

1- A classe social é composta por indivíduos que possuem em comum: a liberdade em relação aos laços de subordinação pessoal e as suas origens sociais; parâmetros de vida material semelhantes (moradia, fortuna, trabalho) e de consciência social dada por elementos econômicos, cujos valores tornaram-se predominantes para o entendimento da sociedade, geradores de determinada consciência política.

Percebe-se, de imediato, que um sistema de classes só pode existir em sociedades onde não existam ou não predominem relações pessoais de subordinação. Em segundo lugar, a formação de classes sociais também depende da existência da valoração do indivíduo ou do valor da individualidade de cada ser humano. Por isso, a situação social do nascimento não deve ter importância: ela pode ser melhorada e ultrapassada pelo esforço e trabalho de cada um. Aqui temos a gestação de marcos da ideologia capitalista: o individualismo e o valor do trabalho como meios de ascensão social. Em um sistema de classes sociais, a consciência sociopolítica deriva do elemento mais valorizado, com tendência a ser determinante na dinâmica social: o econômico. A identidade de classe torna-se visível pelos elementos materiais conseguidos na esfera do econômico (os bens materiais): salário, fortuna, moradia, condições materiais de trabalho.

Como consequência dessa conceituação, podemos verificar que as sociedades de classe formaram-se concomitantemente ao modo de produção dito capitalista, perpetuando-se até a contemporaneidade.

2- A ordem social era um grupo da sociedade caracterizado pelos laços de subordinação a outras pessoas ou a outros grupos sociais, definida desde o nascimento. A linhagem, isto é, a longa cadeia de pertencimento familiar e social predeterminavam a posição social.

O valor individual era subordinado ao valor da linhagem na sociedade. Os parâmetros de vida material semelhantes para cada ordem da sociedade não foram possíveis pelos bens materiais que a fortuna ou o trabalho podiam comprar, mas, fundamentalmente, pelo que era permitido ter, de acordo com o valor dado à ordem social à qual a pessoa pertencia. O valor que legitimava a ordem social não era econômico, como nas sociedades de classes. No mundo moderno, a esfera determinante é política/cultural: o cristianismo. Foram os valores cristãos (esfera extraeconômica) que legitimavam a organização das sociedades em ordens, cada qual com seus direitos, suas obrigações, seus estilos de vida bem determinados e, fundamentalmente, com o enquadramento de suas funções e de sua importância.

O conceito de ordem social sofreu abusos, tanto por ter sido substituído indevidamente pelo conceito de classe social quanto pela eliminação de seus elementos formadores. As nuances estratificadoras das ordens sociais sofreram, também, com eliminações e simplificações grosseiras, assim como as possibilidades de movimentos e de ideias libertadoras. As ordens são apresentadas, no ensino da História, com tal rigidez que foram apagadas as reivindicações, os direitos e o exercício de "pensar o mundo", presentes mesmo nas ordens sociais consideradas inferiores.



Atende ao Objetivo 1

1. Use a imaginação e escreva um diálogo entre dois personagens de tempos históricos diferentes, mas ambos ricos comerciantes. Um deles pertencente ao mundo contemporâneo, de uma sociedade de classes. O outro, do mundo moderno, onde predomina uma sociedade de ordens, mas já apresentando grandes mudanças. Nesse diálogo, faça com que os dois personagens caracterizem as suas sociedades e estabeleçam as diferenças entre elas.

Resposta comentada

Para responder, você precisa saber que, nas sociedades de classes sociais, diferentemente das sociedades de ordens, não existem laços de subordinação pessoal; que os valores determinantes em uma sociedade de classes pertencem à esfera do econômico e, nas sociedades de ordens esses valores são extraeconômicos, como honra e prestígio social.

A dinâmica da Sociedade de Ordens no mundo moderno

A Europa ocidental moderna foi uma sociedade de ordens. Foi um tempo histórico totalmente diferente do nosso; por isso, devemos entender que os valores, o pensamento, as crenças e as práticas sociais foram específicas daquele tempo histórico. Como os Homens explicavam o mundo que os cercava e a ordem social que nele existia? Quais os códigos básicos para esse entendimento? Vamos lembrar que o próprio espaço europeu era diferente da Europa atual. Hoje existem uma unidade constitucional e uma unidade monetária (o euro) que fundamentam a Comunidade Europeia. No período moderno, pensava-se a Europa como uma unidade cultural cristã, isto é, independente das diferenças de organização política, das múltiplas moedas, das diferentes práticas cotidianas: a Europa era o “mundo cristão”, ou *Orbis Christiano*. A legitimidade da manutenção e a reprodução daquela determinada ordem social e a justificativa de sua existência foram dadas pelos códigos que configuravam a Europa como uma comunidade cristã. Que códigos eram esses?

1- O princípio da *similitude*: atenção: similitude não que dizer igualdade! Dentre os princípios das crenças cristãs, está o de que o Homem foi criado à semelhança do deus cristão, não à sua igualdade. Segundo esse princípio, tudo o que existe no mundo – os Homens e suas diversas culturas, a flora, a fauna, as pedras, os minerais, as estrelas, enfim, tudo – teve um único criador, daí existiriam graus de semelhança entre todas as coisas. Por exemplo: apesar das grandiosas distâncias, os planetas, por terem um grau de similitude com os Homens, poderiam reger o destino deles. Esse é o princípio da Astrologia, que era muito utilizada até mesmo pelos papas modernos. Caberia aos sábios e estudiosos descobrir “os sinais” postos pelo criador de todas as coisas (o deus cristão), que identificariam para o que iria servir cada coisa e o grau de similitude existente entre todas elas. Por exemplo: as nozes serviriam para a dor de cabeça porque a sua forma (a forma do miolo da noz

é parecida com a forma do cérebro) já indicava a sua função na ordem do mundo. O princípio da similitude criou essa visão sobre o mundo natural e foi também aplicado ao mundo social: a posição e a “função” de cada ordem da sociedade foram dadas pelos graus de semelhança, mais próximos ou mais distantes, com o seu criador. Isso significou que a ordem da nobreza era superior devido ao seu grau de proximidade com o grande arquétipo da cristandade: o seu deus criador. Todas as outras ordens sociais posicionavam-se em função desse princípio, e a sua reprodução só seria possível pela linha de sangue: a linhagem direta que garantia o grau de pureza e similitude cristãs.

São de enorme importância as implicações na crença e nos usos do princípio da similitude. Em primeiro lugar, destacamos a questão do conhecimento sobre a natureza e a sociedade: tudo pode ser adicionado ao conhecimento, outras terras, climas, faunas e floras exóticas, sem romper com a dominação intelectual da cristandade. Era necessário apenas descobrir “os sinais” que indicariam o seu grau de similitude na ordem da criação cristã. Outros povos e culturas, como os da África, América e Extremo Oriente, poderiam e o foram inseridos na ordem das similitudes, porquanto criados pelo deus cristão, mas considerou-se que eram os mais afastados na cadeia das similitudes. O não europeu, que era “não cristão”, apresentaria, por essa distância, visível em seus costumes tão diferentes, uma extrema inferioridade. A diferença tornou-se sinônimo de inferioridade.

2- O princípio do *universalismo*: Outro princípio da cristandade é que o Cristo morreu na cruz para salvar todos os seres humanos e que sua mensagem também foi para todos os seres humanos sem exceções. Isso significou que a verdade e a salvação ao modo cristão eram universais. Considerando, então, que todos os Homens foram criados pelo deus cristão, mesmo “os inferiores” e mais distantes na cadeia das *similitudes*, eles estariam inseridos no universo cristão, quisessem ou não. Daí os batismos obrigatórios de

judeus e muçulmanos na Europa e a catequese obrigatória para os povos africanos, americanos e orientais. O modelo social cristão, suas ordens sociais que espelhariam à vontade do deus, deveria ser o modelo universal.

Foram bastante graves, também, as implicações desse segundo princípio. Para “os novos mundos descobertos” são conhecidas as trágicas consequências. Na Europa, tal princípio reforçava a reprodução dos laços de subordinação àqueles considerados superiores, a restrição do indivíduo às normas de sua ordem social e a inserção obrigatória ou mesmo ao extermínio dos não cristãos europeus. Cada ordem social, mesmo as mais inferiores na ordem social europeia, dava a cada um de seus membros a consciência do seu “estar no mundo”, dos direitos de sua posição, de sua função social e, mais ainda, de sua superioridade como parte da grei (linhagem) cristã. O reforço do sistema de ordens sociais, como modelo cristão universal, garantia também a subordinação da ideia de individualidade ao sistema, mas criando uma identidade pelo pertencimento. Um indivíduo fora do sistema, considerado universal, não teria laços de subordinação, mas também não teria os sistemas de apoio (direitos, rede social), de identidade e mesmo de função. Era visto com muita desconfiança, suspeito como “pouco cristão”, um “vagamundo” sem função reconhecida na ordem social.

3- O princípio da *univocidade*: todas as vozes cristãs (dos papas e padres, dos reis ao mais pobre servo) falavam uma única verdade, universal, emanada da autoridade da Igreja. Nesse princípio repousava a autoridade, a norma social, o ordenamento do mundo e da sociedade. Qualquer reivindicação que pudesse alterar a ordem do mundo e da sociedade era mais que um crime, era um pecado. A dissidência social era encarada como crime contra a cristandade. A *univocidade* garantia, ou pretendia garantir, a suprema autoridade dos representantes da ordem cristã: papas, reis e sua nobreza, clero – enfim, das ordens sociais superiores – seguindo a espiral das *similitudes*. Esse princípio tinha como

substancial impacto a garantia do controle sobre o conhecimento (por exemplo: a hipótese heliocêntrica de Galileu), a manutenção da ortodoxia cristã (por exemplo: as devassas inquisitoriais contra os ditos hereges e idólatras), e sobre a ordem social (por exemplo: revoltas como pecados de lesa-autoridade).

Podemos, então, perceber que o ordenamento social no mundo moderno possuía como elemento determinado/determinante (mas não exclusivo) à cultura cristã. Até mesmo as práticas do mundo econômico deviam ser a ela subordinadas. Entretanto, nenhum sistema de ordenamento social, em qualquer período da história da Humanidade, conseguiu a sua manutenção e a sua reprodução aos moldes de uma clonagem. A extrema riqueza das práticas sociais, a variedade e a dinâmica das relações entre os Homens não o permitem (ainda bem!). As novas experiências sociais vividas e pensadas por indivíduos ou grupos sociais e as suas necessidades juntam-se aos fatores nos quais não se possui influência ou contato direto, isto é, fatores naturais e macrosociais. Uma seca, mesmo em regiões mais distantes, ou uma praga que se espalha, por exemplo, alteravam o ritmo de vida de comunidades inteiras, criando novas reações frente ao valor social dominante. Os macrocontextos criados pelos jogos de poder entre papados e realezas abriam expectativas e oportunidades. O fator dinâmico das sociedades pode passar despercebido, porque as mudanças não se fazem aos saltos nem por igual. Cabe ao historiador mapear os indícios, sempre presentes e, muitas vezes sutis, dessa dinâmica.

Na sociedade do mundo moderno, quais os elementos que dinamizaram as ordens sociais, que geraram tensão social, desequilíbrios e mesmo rupturas sem, entretanto, pertencerem à esfera das grandes convulsões sociais? Em aulas anteriores, pudemos acompanhar alguns desses elementos. Vamos, em primeiro lugar, lembrá-los: Nas Aulas 3 e 4 ("Cidades e Renascimento" e "Expansão Comercial e Marítima"), acompanhamos o desenvolvimento das cidades através das atividades mercantis. As aulas destacaram o constante aumento da mão de obra livre, tanto de homens pobres

que fugiam das relações de subordinação quanto da consolidação da posição social dos comerciantes de fortuna variada (a burguesia). Aos dois elementos acrescentamos as atividades artesanais voltadas para o comércio e para as novas exigências de luxo e conforto. Esses artesãos engrossaram os grupos sociais que substituíram as relações de dependência pessoal pelos contratos de trabalho protegidos pelas regras das corporações de ofício.

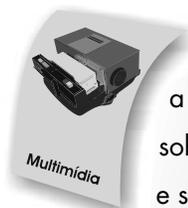
Ainda nas Aulas 3 e 4 foram apontadas as necessidades que levaram ao crescimento da infraestrutura de estocagem e transporte, tanto terrestres quanto marítimos: Elementos necessários ao desenvolvimento que dependiam de abundante mão de obra da relação contratual, e não de subordinação pessoal. Já na Aula 7 ("Capitalismo Comercial e Estruturas Agrárias"), foram enfatizadas, para as atividades no campo europeu, as mudanças que, em algumas regiões, provocaram o deslocamento de populações camponesas desapropriadas para as cidades e, em outras regiões, do fortalecimento dos laços de servidão. Mesmo assim, o crescimento populacional contínuo, ao longo dos séculos XIII ao XVI, favoreceu, cada vez com mais força, a expansão da mão de obra livre de relação contratual e, com ela, o rompimento progressivo, embora desequilibrado, de algumas ordens sociais. As ordens de pertencimento social, lentamente, tornaram-se mais um aspecto formal do que uma realidade concreta social.

Os fatores naturais e macrocontextuais também puderam ser abordados nas aulas: "A grande crise do século XIV" e "As crises políticas do século XV", abrangendo da peste à crise de abastecimento e de moedas, até o despovoamento e a falta de mão de obra; as guerras entre cidades, entre os reis e o papado; e as guerras de conquista no ultramar.

As guerras, tanto na Europa quanto no ultramar, também foram fatores de desestabilização social. A mobilização de mercenários tornou-se, cada vez mais, uma relação contratual, e não mais uma obrigação de servos e camponeses ao seu senhor. Quando desmobilizados, por ferimentos e final das guerras, transformaram-se

em hordas de assaltantes e mendigos que povoaram os caminhos da Europa. Na Paris do século XIV, os mendigos dominavam bairros e feiras e tinham o seu próprio “rei”: o rei de Thune (“título” dos reis dos mendigos). Tornaram-se pessoas e grupos completamente fora das relações formais da sociedade e, é claro, de todos os vínculos com as ordens sociais originárias. As guerras de conquistas dos “novos mundos” foram importantes fatores de rompimento das relações de pertencimento às tradicionais ordens sociais. As guerras de posse de novos territórios, as viagens para a ampliação e mapeamento, passaram a ser feitas por contratos com os reis ou com as companhias de comércio. Pelos feitos considerados importantes e valorosos, homens de origem “inferior” eram notabilizados e agraciados com títulos: Francisco Pizarro era um porqueiro e, Colombo, marinheiro.

Outro foco de desestabilização das ordens sociais eram as universidades e seus estudiosos. A universidade, como corporação, e seus estudiosos com grau menor de vínculo eclesiástico foi, pouco a pouco, dando lugar aos homens livres desses vínculos. Burgueses e a pequena nobreza também passam a frequentar as universidades e voltam às suas atividades econômicas e sociais sem necessidade de subordinação eclesiástica ou corporativa. A grande mobilidade espacial, até mesmo de seus professores sob contrato e/ou ao serviço de reis, papas e demais universidades europeias, muitas vezes rompem com as relações locais.



Multimídia

a ficção fílmica e literária apresenta inúmeras obras sobre o tema sociedade de ordens no mundo moderno e sobre sua dinâmica. Recomendamos:

– Filmes: *O Exército de Brancaleone*; *Abelardo e Heloísa*.

O primeiro, em tom de comédia, trata de um punhado de aventureiros, sem vínculos sociais e o segundo, das relações tradicionais em uma sociedade de ordens.

– Literatura: *Quattrocento*, de James McKean. Editora Rocco, 2003. A história de um intelectual contemporâneo que viaja no tempo e passa a viver, também, no século XV. *O Atlas proibido*, de Alfred Boschi. Ediouro, 2001. As aventuras e desventuras de dois cartógrafos judeus no século XIV, para a montagem do mais completo e fabuloso Atlas do mundo.

Tudo isso significou grandes mudanças que, entretanto, foram sendo processadas no cotidiano da História, com avanços, mas também com regressões a práticas mais antigas e tradicionais. Somente na longa duração, na percepção multissecular, podemos montar um quadro de “revolução” das relações e dos avanços frente às sociedades de ordens.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o texto e responda:

a) Retire do texto os sinais indicativos de riqueza do casal de camponeses.

propriedade fundiária altamente valorizada, povoada de grandes senhores – abades de mosteiros, magistrados, (...) a que se junta certo número de gentis homens, também detentores de terras importantes (LADURIE, 1999, p. 298).

c) Retire do texto as formas de ascensão social que mesclavam as tradicionais relações de ordem social com as novas oportunidades que rompiam com essa ordem.

O grande negócio: começar o namoro (de Félix) com Madlen, namoro que deve seguir-se (muito rapidamente) de pedido oficial de casamento, e de maior freqüentação, até as núpcias. Mãos à obra, portanto, e Felix visita (...) seu amigo Jabob (...) Jacob é filho de alfaiate, marido de uma filha de tecelão de lã (...) Mas também para Felix um modelo conjugal, médico e de ascensão social (...) foi estudante de grego, filosofia e medicina (...) começa uma bela carreira, e em breve se tornará médico do margrave de Badem (LADURIE, 1999, p. 398).

d) Retire do texto os indicativos que, nas universidades, apontavam as tradicionais normas e formas de controle, típicas de uma sociedade de ordens, assim como a emergência do valor do indivíduo na sociedade.

No século XVI, em verdade, a Universidade (de Medicina de Montpellier, na França) não contava senão 150, 200 estudantes, no máximo (...). As matrículas não estavam abertas aos candidatos que já tivessem exercido qualquer trabalho artesanal ou mecânico; em contrapartida, não se dava muita importância aos antecedentes do pai, ainda que “de baixa situação”. A seleção social ou antiartesanal dizia respeito tão-só ao próprio estudante (LADURIE, 1999, p. 225).

Respostas comentadas

a e b) Para responder, você deve saber que mesmo no campo, existiu a quebra dos laços de subordinação pessoal aos grandes senhores e mesmo de enriquecimento de camponeses que arrendavam ou eram proprietários. Esses camponeses, como a burguesia das cidades, melhoravam sua qualidade de vida, comercializavam seus produtos e podiam manter sua liberdade e propriedade, mesmo na vizinhança de grandes senhores. Lentamente, formaram um novo grupo social que, embora sem vínculos de ordem, ainda sofriam as restrições formais da cultura social de seu tempo. Eles formaram indícios da dinâmica e das alterações em uma sociedade de ordens.

c) Para responder, você deve saber que o casamento era uma das formas mais tradicionais de reprodução das ordens sociais. Os casamentos entre membros de corporações de ofício de uma mesma atividade, no caso corporações têxteis, asseguravam as redes produtivas, comerciais e de apoio social aos seus membros e, ainda, possibilitava a ascensão dentro da mesma ordem social. Paralelamente, os estudos universitários abrem novas possibilidades fora da rigidez das tradicionais ordens sociais.

d) Para responder, você deve saber que a cada ordem da sociedade regras sobre seus direitos, obrigações e proibições eram rigidamente estabelecidas, tanto pelos usos e costumes transmitidos oralmente, quanto por escrito nos livros das ordenações dos reinos.

Essas normas, no correr dos séculos e com a quebra dos laços de subordinação social, foram sendo alteradas. Novos valores, permitiram que indivíduos “apagassem” as ordens sociais ancestrais “inferiores” .

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos analisar as contribuições dos estudos históricos sobre a centralização de poder e o absolutismo na Europa Moderna.

Aula 10

Novas estruturas
políticas:
centralização
de poder e
absolutismo

Metas da aula

Apresentar as contribuições dos estudos históricos sobre centralização de poder e absolutismo e identificá-las como partes das novas estruturas políticas do Mundo Moderno.

Objetivos

Ao término desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as contribuições da historiografia aos estudos dos processos e conceitos envolvidos no tema “centralização de poder”;
2. caracterizar os elementos comuns nos processos europeus de centralização de poder e de absolutismo.

Pré-requisito

Para o bom aproveitamento desta aula, sugerimos que você tenha um dicionário e um atlas histórico. Sugerimos o *Atlas de História Moderna* (Colin McEvedy. Cia. das Letras, 2007).

INTRODUÇÃO

No mundo atual, as notícias políticas estão sempre se referindo aos Estados; por exemplo: “O Estado brasileiro negocia com o Estado argentino questões sobre o Mercosul” ou “Os palestinos querem um Estado reconhecido” ou, ainda, “ as ações antiterroristas fazem parte da política de Estado dos norte-americanos”. Para nós, cidadãos contemporâneos, a existência de um Estado é um senso comum na política. Parece até que o Estado contemporâneo não só “nasceu pronto”, mas que também “sempre existiu”. Você deve acompanhar o noticiário sobre os problemas, os escândalos e as políticas públicas referentes ao Estado brasileiro. Esses problemas que afetam o nosso dia a dia, fazem parte da maneira pela qual o nosso país se organiza politicamente em um processo constante, dinâmico, ao longo de nossa História. Ora, tanto o Estado brasileiro quanto os outros Estados contemporâneos, como símbolos máximo de uma organização política, tiveram sua própria história, suas próprias trajetórias e dinâmicas. Nos estudos sobre o mundo moderno, o Estado foi centro de um grande debate entre historiadores.

Nesta aula mostraremos, além de alguns conceitos referentes ao nosso tema, duas significativas contribuições de historiadores sobre a concentração de poder. É sempre necessário destacar que a História, como qualquer sistema de conhecimento, não é algo fechado, definitivamente pronto, mesmo após inúmeras pesquisas. Isso porque cada historiador dá ênfase a este ou aquele aspecto do problema, pode descobrir e utilizar novas fontes ou pode, também, reutilizar fontes já vulgarizadas em uma nova abordagem. Toda e qualquer ciência desenvolve novos métodos e novas teorias, mas isso não significa que cada novo trabalho anule os trabalhos anteriores. É sempre um processo de aprofundamento e refinamento dos temas e objetos pesquisados. Você gostaria de ser operado por um médico cujas técnicas e conhecimento fossem os de 1912? Então, todos os ramos do saber são continuamente atualizados através da pesquisa, e a História, como ciência, também se atualiza. Por isso,

é importante a discussão, o colóquio, a socialização das pesquisas entre os historiadores. Para isso, o ensino da História, as publicações e os congressos permitem-nos uma contínua atualização e, também por isso, é sempre necessário atentar para a historiografia. Ela possibilita saber das fontes, dos métodos, dos modelos explicativos, das contribuições e das vertentes de análise da História.

Um dos maiores debates da historiografia do período moderno refere-se às questões da esfera política. As relações de poder, o pensamento político, a centralização do poder e o absolutismo são elementos debatidos na produção historiográfica e, na maioria das vezes, subordinados ao elemento dominante das discussões: o Estado moderno. Nesta aula, iremos apresentar as definições e abordagens que regem os processos históricos de centralização de poder e do absolutismo como elementos constitutivos do Estado moderno.



Norberto Bobbio, em seu “Dicionário de Política”, define *poder* como a capacidade de agir, de produzir efeitos, e que pode ser referenciada tanto a pessoas quanto a grupos sociais. Essa capacidade de produzir efeitos foi conceituada pela filósofa Hanna Arendt como *ação*, *exercício*. O *poder* só existe na instância do fazer, não sendo algo abstrato. Mais ainda, é fundamentado no consenso, o que lhe dá a legitimidade para se manter e se reproduzir. A questão da legitimidade do *poder* é elemento crucial nos estudos sobre as instituições políticas modernas, principalmente os desenvolvidos por Max Weber. Outro estudioso do *poder* foi o filósofo e historiador Michel Foucault. Através de seus estudos, categorias universais como, no caso, o *poder*, são especificadas, mostrando-se em sua pluralidade. Trata-se agora do estudo *dos poderes* existentes em dada sociedade, não mais estruturados “de cima para baixo”, mas em uma rede que abrangeria todos os segmentos sociais.

Contribuições sobre a centralização de poder e o absolutismo

Em primeiro lugar, devemos entender que a ideia de centralização de poder esteve sempre relacionada a uma comparação com o período, mais do que medieval, feudal. O panorama, um tanto simplista, era o de que a descentralização política teria sido absoluta, e que os reis teriam apenas uma representação simbólica e nenhum poder. Em segundo lugar, era entendido que a ideia de poder estava total e somente ligada à ideia de Estado. Nesse sentido, o jurista e historiador Norberto Bobbio, no livro *Estado, governo e sociedade*, aponta como foi privilegiado o estudo do Estado, mas em uma vertente jurídica, isto é: o Estado representava “o” poder e, para entendê-lo, era preciso estudar as suas ações jurídicas e legislativas. Por isso, a ciência do Direito dominava e teorizava sobre Estado e poder.

Por outro lado, no ensino da História, foi desenvolvida uma noção de que em um “salto” histórico, no mundo moderno, todos os reis absorveram os poderes dispersos pela nobreza e tornaram-se senhores absolutos das leis, dos costumes, das guerras e, até mesmo, das religiões. A partir da década de setenta do século XX, novas pesquisas e publicações começaram a discutir e a demonstrar as complexidades do tema.

Um dos primeiros historiadores a abordar os temas da centralização de poder e do absolutismo foi Perry Anderson, em 1974, no livro *Linhagens do Estado absolutista*. Sendo um historiador marxista, “o Estado” tem uma função preponderante nas suas inquirições e teoria. Dentre suas contribuições ao tema, podemos destacar:

1. a necessidade de articulação entre a teoria (no caso, marxista) e os resultados das pesquisas históricas, como duas ordens da realidade: o “geral” e o “particular”;

O **absolutismo** é o regime político no qual há identificação entre o rei (o governante supremo) e o Estado, entendido como o núcleo do direito de soberania sobre todas as instâncias da sociedade.

2. que existe uma unidade real e subjacente ao processo, mas não é um *continuum* linear; apresentando temporalidades específicas, múltiplas rupturas e deslocamentos de região para região;

3. que os estudos deveriam estabelecer uma tipologia regional dos **Estados absolutistas** que auxiliem no entendimento de suas trajetórias e comparando-as, tanto no ocidente quanto no oriente da Europa;

4. que a escolha para trabalhar o tema, partindo do conceito de Estado, reafirma seu compromisso “com um dos axiomas básicos do materialismo histórico: que a luta secular entre as classes resolvesse em última instância no nível político da sociedade, e não no nível econômico e cultural” (op. cit. p. 11).

O compromisso com a vertente marxista da história não impediu que Perry Anderson fizesse severas críticas a Marx e a alguns historiadores marxistas à luz da rediscussão de conceitos e processos desenvolvidos pela historiografia contemporânea.

Qual o significado dos questionamentos de Perry Anderson? Percebemos, a partir de sua obra, que uma ideia generalista – e mesmo evolucionista – da Europa moderna foi rompida: até então, a Europa Ocidental era apresentada como o foco de uma história linear e homogênea que passou de uma descentralização feudal para um Estado moderno coeso e estruturado ao mesmo tempo e da mesma maneira. Também percebemos que os modelos explicativos foram desenvolvidos partindo dessa premissa de homogeneidade e linearidade sem estarem articulados às pesquisas das grandes regiões políticas europeias que apontavam especificidades importantes nos processos de centralização. Em segundo lugar, Perry Anderson atentou para as temporalidades históricas envolvidas: as sociedades europeias tinham suas próprias temporalidades, ligadas às suas condições históricas concretas, independentes das similitudes que possam aparecer nos processos gerais de centralização de poder. Isso significou uma nova metodologia, fundamentada na organização de tipologias de Estados absolutistas, para que pudessem ser percebidos as trajetórias e os processos de

centralização. Mais ainda, abriu um campo de estudos comparados ao propor a inserção da Europa Oriental, e até mesmo do Oriente, nesses questionamentos. Por outro lado, pelo seu compromisso com o marxismo, reafirma o Estado como “o” lugar do poder, a esfera privilegiada do político.

Outro historiador, Antônio Manuel Hespanha, em seu livro *As vésperas do Leviathan – instituições e poder político: Portugal – século XVII*, de 1994, é destaque em nosso tema porque responde a alguns dos questionamentos levantados por Perry Anderson – a necessidade de articulação entre a teoria e os resultados das pesquisas históricas e a de estabelecer uma tipologia regional dos Estados absolutistas que auxiliem no entendimento de suas trajetórias, no caso, Portugal. Mas atenção! Ao contrário de uma teoria marxista da história, seu trabalho está calcado no modelo explicativo sobre poder, tal como foi desenvolvido pelo historiador Michel Foucault:

A chave para a compreensão (...) parece residir no fato de a coroa ter deslocado, a partir dos meados do século XV, a sua estratégia política para campos diversos do político-jurisdicional, procurando construir espaços de produção de poder em que sua posição fosse mais favorável. Espaços em que se aplica muito exatamente a elaboração teórica de M. Foucault sobre “os dispositivos de poder” conceito com o qual ele procura reagir contra uma concepção de poder e de estratégias políticas reduzidas ao plano jurídico. O poder não recobre, de fato, apenas formas instituídas e legítimas de sujeição; mas também modos de ação, mais ou menos refletidos e calculados, todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação de outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o campo de ação dos outros” (op. cit. p. 495).

Cabe destacar, ainda, que Hespanha marcou decididamente a historiografia recente sobre a América portuguesa, isto é, sobre um espaço específico da grande temporalidade moderna.

Vejamos as principais contribuições de Hespanha para os estudos sobre centralização de poder e absolutismo:

1. que a historiografia clássica, até, pelo menos, meados da década de 50 do século XX, estava comprometida com uma visão triunfalista do Estado Liberal e, por isso, apresentava os processos de centralização e de absolutismo como uma marcha em direção àquela concepção de Estado;

2. que “os historiadores tendiam a reduzir a vida política do Antigo Regime aos atos formais do poder” (op. cit. p. 26) sem desenvolverem a lógica interna do regime;

3. que era necessário o estudo dos condicionamentos estruturais do poder político, isto é: a estrutura demográfica, a estrutura política/geográfica, as estruturas financeiras e as estruturas político/administrativas;

4. que era preciso analisar e entender a lógica interna do sistema, isto é: para o mundo moderno, utilizar a teoria corporativa da sociedade para entender a distribuição social do poder político como uma “constelação de poderes”.

Qual o significado desses postulados? Em primeiro lugar, significou demonstrar a grande complexidade que envolve os estudos sobre os processos de centralização de poder, exemplificado por Portugal. Em segundo lugar, aponta métodos de abordagem da questão, apontando as complicadas relações de força entre os poderes constitutivos da sociedade. Sua principal contribuição foi no sentido de que a constituição de um “Estado” moderno não criou uma instância única que pairava acima da sociedade, mas que se organizava e era constituído integrando a realidade corporativa da sociedade. Os “corpos” sociais (ordens da sociedade e suas instituições administrativas, financeiras, espaciais, demográficas), seus interesses, seus direitos, não foram eliminados, mas formavam uma constelação de poderes atuantes que lutavam e tinham parcelas importantes de poder. O processo de centralização de poder e o absolutismo seriam, então, longos e complexos “modos de ação,

mais ou menos refletidos e calculados, todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação de outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o campo de ação dos outros.”



Atende ao Objetivo 1

1. Leia os textos com atenção e responda:

a. Toda a historiografia europeia do século passado (século XIX) estava, de fato, demasiado próxima do advento da forma política “Estado” para poder escapar à tentação de a aplicar à descrição e avaliação da evolução histórica das formas políticas. O advento do Estado, separado da sociedade civil e pairando sobre ela como um elemento racionalizador e um árbitro imparcial dos conflitos particulares de interesses, aparecia como um momento marcante da história humana, como um estádio decisivo da modernização social.

A centralização do poder político no Estado marcara a separação radical entre duas esferas da vida social – a esfera da sociedade civil, domínio anárquico do confronto de interesses particulares, e a esfera do Estado, domínio da racionalidade, sede do interesse público, instância de composição neutral dos conflitos de interesses privados.

O império desta concepção de Estado – combinada com a influência de outros elementos políticos ideológicos conjunturais – dá à historiografia da época um tom caracterizadamente escatológico, encarando a história política europeia como a progressiva preparação para o advento do Estado, marcando por sucessos aquilo que fosse entendido como uma facilitação desse advento e por recuos aquilo que se entendesse ser-lhe prejudicial. Mas, mais do que isso, a lógica interna dos sistemas políticos passados, nomeadamente do sistema político do Antigo Regime, é desconhecida, pois cada um de seus elementos é isolado e encarado como um antecedente de um elemento do Estado contemporâneo: a coroa é a forma larvar da soberania estatal; as assembleias de estado, a antecipação dos parlamentos.

Desde logo, constrói-se uma relação genealógica entre o rei, a coroa e o moderno poder estatal. O rei passa, então, a protagonizar na história as funções que a ideologia liberal atribui ao Estado. Uma função, em primeiro lugar, de promoção e defesa do interesse “nacional” e “patriótico”. Depois, uma função de contensão das forças particularistas e egoístas, concretamente, da nobreza; contensão que se realizaria com o apoio do terceiro Estado, essa burguesia in ovo, a classe motora do progresso político e da racionalização social. Finalmente, uma função de instância arbitral dos conflitos sociais e políticos, contrabalançando, nessa arbitragem, as desigualdades políticas (por exemplo, apoiando o povo) e realizando, com o auxílio dos juristas, uma progressiva e progressista tarefa de racionalização social (HESPANHA, 1994, p. 22-23).

Quais as críticas que o texto de Hespanha faz à historiografia clássica, que caracterizaram tanto os estudos quanto o ensino da História sobre o processo de centralização de poder?

Comentário

Para responder, você deve saber que os estudos clássicos e o ensino da História incorporaram tanto os elementos reais quanto os ideais dos Estados contemporâneos – a racionalidade; a separação entre a sociedade civil e a sociedade política; a burguesia como promotora de progresso; a soberania do Estado pelo desenvolvimento das leis – e os colocaram como etapas, em gestação para o futuro, da centralização de poder no Mundo Moderno.

b. ...uma teorização direta das novas monarquias centralizadas que emergiram na Europa renascentista nunca foi efetuada por nenhum dos fundadores do materialismo histórico. A sua importância exata foi deixada ao juízo das gerações posteriores. Com efeito, os historiadores marxistas debatem até hoje o problema da natureza social do absolutismo. A sua solução correta, é na verdade, vital para a compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, e dos sistemas políticos que a diferenciaram. As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas essas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão (...) as descrições do absolutismo por Marx e Engels como um sistema de Estado correspondente a um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza – ou mesmo uma dominação direta do capital – sempre pareceram plausíveis. No entanto, um estudo mais detido das estruturas do Estado absolutista no ocidente invalida inevitavelmente tais juízos. Pois o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro comum. Contudo, é evidente que a coerção extra econômica privada, a dependência pessoal e a associação do produtor com os instrumentos de produção não se desvanecem necessariamente quando o sobre produto rural deixou de ser extraído na forma de trabalho ou prestações em espécie, e se tornou renda em dinheiro; enquanto a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano – em outras palavras, enquanto o trabalho não foi separado de suas condições de existência para se transformar em “força de trabalho” – as relações de produção rurais permaneciam feudais (ANDERSON, 1989, p. 16-17).

Quais as críticas que Perry Anderson faz à análise de Marx e Engels sobre o Estado absolutista? Na sua opinião, por que ele faz essas críticas?

Comentário

Para responder, em primeiro lugar, sugerimos que você releia a Aula 9, sobre o capitalismo mercantil e as estruturas agrárias europeias. Em segundo lugar, você deve saber que o marxismo do século XIX e do início do século XX também incorporou os elementos clássicos do Estado capitalista contemporâneo, generalizando-os para o período moderno, mas deixando em aberto um modelo explicativo.

Elementos gerais no processo europeu de centralização de poder

Nesta segunda parte, vamos destacar alguns elementos que deram o que Perry Anderson chamou “uma unidade real e subjacente ao processo”, mas sempre prestando atenção para o que, tanto ele quanto Hespanha, enfatizaram e praticaram: “não é um *continuum* linear; apresentando temporalidades específicas, múltiplas rupturas e deslocamentos de região para região”. Esses elementos gerais tornaram-se mais visíveis aos historiadores porque foram dados analisados na longa duração da História Moderna, não significando, entretanto, uma linearidade, mas, ao contrário, ritmos e rupturas diferentes para cada organização social europeia envolvida no processo de centralização de poder e de formação de Estados absolutos.

1. O elemento demográfico: Ao longo da Idade Moderna, a Europa apresentou significativo crescimento populacional. Esse crescimento foi fator importante para o aumento da produção, para o povoamento e colonização de novas áreas rurais, para o crescimento das cidades etc. (você pode lembrar isso relendo as aulas anteriores). A população também é importante porque gera maior possibilidade de mobilização para as guerras (mercenários e, posteriormente, exércitos) e para os diversos serviços necessários à administração de uma sociedade. Entretanto, esse aumento geral de longo prazo não significou nem um crescimento linear nem uma uniforme distribuição espacial. Epidemias gerais, como os contínuos surtos de peste, as guerras, os desastres naturais que abalavam a produção de alimentos e a permanência das condições de miséria para a maior parte das populações faziam grandes estragos. A distribuição da população também podia dificultar ou facilitar os dispositivos de poder acionados nos processos de centralização. Populações rurais, que dominavam a paisagem europeia, podiam apresentar focos de concentração populacional ou áreas muito ralas de povoamento. Ao contrário, as cidades tinham alto índice de concentração populacional. Essa dinâmica populacional também pesava, e muito, no fazer político dos corpos sociais. Lembramos, ainda, que população também significava território. Subordinar população era subordinar espaços territoriais.

2. O elemento bélico, isto é, as guerras: “É praticamente impossível treinar todos os súditos de uma comunidade nas artes da guerra e ao mesmo tempo mantê-los obedientes às leis e aos magistrados, confienciava Jean Bodin (século XVI).” (Apud Perry Anderson, op.cit. p. 30). A guerra tinha a função de maximizar a riqueza e o poder pela conquista de territórios produtivos, pelos saques e butins, pelo domínio de regiões e cidades estratégicas para o comércio. A função da nobreza era a guerra e muito de suas honras; títulos e posses vinham de seus feitos de armas. A guerra e a conquista deram grande mobilidade a essa ordem da sociedade.

Os mesmos senhores podiam possuir riquezas e propriedades (feudos, senhorios) espalhadas por todo o território europeu. Além das guerras intrafeudais, tivemos, ao longo do período moderno, a guerra entre os Estados, o que provocou o comprometimento de suas rendas e tributações. A importância dos mercenários se acentuava: dependendo da situação de cada Estado europeu, buscavam soldados até mesmo em longínquas regiões, tanto para a guerra quanto para sufocar revoltas de seus súditos e, até mesmo, para ocupar e colonizar regiões recém-conquistadas. Das armadas dependiam a conquista e a manutenção das colônias, isto é, novos territórios e novas populações.

3. Os elementos políticos administrativos: os variáveis processos de centralização de poder e de formação dos Estados absolutistas, no nível político-administrativo, apresentavam, também, diversas soluções. Práticas administrativas locais podiam ser mantidas e/ou ampliadas a grandes territórios: concelhos, vereanças e câmaras municipais mantinham o poder local e funcionários também locais ou delegados pela autoridade real. Parlamentos que representavam os Estados ou ordens da sociedade, secretariados de Estado, oficiais (funcionários) de todas as instâncias administrativas (de coletores de impostos aos chefes de alfândegas), juristas, o aparecimento de representantes especiais dos Estados – os diplomatas, todos eles foram elementos que começaram a formar as chamadas estruturas administrativas, por onde o poder também era distribuído e/ou representado. Os cargos administrativos eram distribuídos como benefícios ou podiam ser comprados e arrendados, conforme avançava a monetarização da sociedade. Era uma importante fonte de renda para os reis, mas também importante para a estruturação burocrática do Estado, ordenando, lentamente, o território pertencente a uma dinastia.

4. O elemento financeiro:

Num artigo pioneiro de há uns trinta anos, (o historiador) Vitorino Magalhães Godinho chamou a atenção para o modo como a estrutura financeira e orçamental se relaciona estreitamente com a estrutura social de distribuição de poder. Aí se mostrava de um lado, como o poder está condicionado pelo sistema financeiro, o qual, por sua vez, mergulha fundo, quer na estrutura econômica envolvente, quer na tecnologia fiscal disponível. Por outro lado, aí se documentava também, para o público de historiadores, que cada modelo orçamental encerra e documenta um projeto político (HESPANHA, op.cit. p. 112).

Dinheiro, dinheiro e dinheiro! Conforme a sociedade se monetariza, conforme as ordens sociais lutam pelos frutos do poder, conforme, também, o poder se centraliza, a infra-estrutura necessária se amplia e requer recursos constantes. As diversas maneiras de arrecadar recursos, distribuí-los para as guerras, para a administração, para a execução e fiscalização das leis, para garantir direitos e/ou benefícios, mostraram uma enorme variedade, dependendo de cada região política, das cidades mercantis aos Estados absolutistas. O elemento financeiro dependia da estrutura econômica à medida que ela era formada pelas atividades produtivas e como essas eram organizadas e fiscalizadas. No mercantilismo – você deve se lembrar das aulas anteriores –, a grande fonte de cabedais era o comércio. De maneira direta, era a burguesia a grande captadora de rendas. As guerras também possibilitavam à nobreza certo grau direto de captação. Mas, ao longo de toda a cadeia social, formas indiretas de captação de riquezas começaram a se tornar uma prática aceitável: venda de cargos, a volta da apropriação de mão de obra em senhorios, antigos direitos feudais revigorados, tributação estatal, monopólios, arrendamentos e, até mesmo, casamentos.

Esses quatro dos principais elementos gerais estruturadores dos Estados modernos europeus eram interligados em ação e importância. Você já deve saber que poder é ação, exercício. O poder não se instala no vazio nem na abstração. O poder monárquico e estatal começava a se instalar criando espaços de poder, onde podia arbitrar e, com o tempo, impor modelos de conduta. Para isso, usava determinadas estratégias: as guerras, as alianças, a distribuição de favores e benesses, a legislação, consolidando ou inovando critérios para a distinção e hierarquização social e – muito importante – são essas estratégias que definiram a distribuição das rendas auferidas pelo sistema financeiro, tributário e orçamentário. Era um mecanismo de autoalimentação: quanto mais esses dispositivos de poder ganhavam corpo, maior era a centralização do poder e maiores eram as interferências do Estado. Mas atenção! Centralizar não significa tornar-se o poder único e acima da sociedade. É agir e ter grau elevado de controle sobre os corpos e os espaços de poder existentes na sociedade. Por exemplo: os livros didáticos, em geral, até hoje apresentam como estratégia de centralização de poder “a aliança entre os reis e sua burguesia contra a nobreza feudal”. Isso não é verídico historicamente. Os reis pertenciam à nobreza, eles eram nobres! Como poderiam ir contra a fonte de sua legitimidade? Você deve entender essa palavra – aliança – de maneira genérica. Era do interesse dos reis e dos Estados garantir a expansão de toda e qualquer atividade que trouxesse rendimentos. Em muitos casos, as rendas do comércio, captadas pelo sistema fiscal, voltavam à nobreza, fortalecendo-a política e socialmente, nas formas de benesses como pensões e cargos. Lembre-se de que o Estado Moderno não era um Estado burguês, era um Estado aristocrático. Os processos foram variáveis, com inovações, mas também com a permanência reformulada de antigas práticas de poder, com recuos e avanços. Não foram processos pacíficos nem instantâneos.

Atividade Final

Leia com atenção e responda:

Grandeza populacional, sobretudo se acompanhada de uma elevada taxa de urbanização, “abertura” da economia e instalação de um aparelho administrativo oficial e letrado, tais parecem ser os fatores decisivos para a desarticulação do mundo político administrativo não oficial e para a conseqüente promoção do direito e administração oficiais. O recurso à justiça oficial progride, assim, nas zonas populosas e de características urbanas, dotadas de uma economia mais aberta e mercantilizada e servidas por aparelho administrativo moderno, nomeadamente, por justiças letradas. Mas esses fatores (...) não explicam tudo. Pois, por trás deles mantêm-se a eficácia de dados sócio culturais profundos. Esses hábitos sociais quanto ao comportamento administrativo e judiciário desenham grandes regiões com práticas jurídicas acentuadamente distintas.

Esta desigualdade do avanço da administração e dos direitos oficiais é, também, um elemento importante da história do poder e um elemento decisivo na conformação do sistema político da época moderna. Pois por aqui se poderá avaliar devidamente a eficácia de um contra-poder subliminar, discreto e silencioso, que, no entanto, mais numas zonas que em outras, corrói, emperra e faz patinar o alcance prático das enfáticas e vistosas fórmulas do absolutismo régio (HESPANHA, op.cit. p. 468-469).

a. Indique os quatro elementos, apontados por Hespanha, que foram decisivos para a centralização de poder em Portugal.

Comentário

Para responder, você deve saber que um grande número populacional, concentrado em cidades mercantis próximas ao centro do poder e administradas por leis escritas foram condições favoráveis para a formação do absolutismo tanto em Portugal quanto nas outras unidades políticas da Europa ocidental.

b. Explique por que esses quatro elementos foram tão importantes para a centralização de poder e a formação dos Estados absolutistas.

Comentário

Para responder, você deve reler sobre os elementos gerais na centralização do poder na Europa.

Comentário

Para responder, você deve saber que o processo de centralização não foi linear, mas foi desigual em cada área da Europa e nos próprios países envolvidos. Os direitos consuetudinários, as tradições orais e costumes milenares das regiões mais ruralizadas, assim como os poderes senhoriais locais, foram forças que contrabalançavam (contra poderes) o avanço da normatização estatal.

RESUMO

Tanto a historiografia quanto as análises sobre regiões específicas da Europa Ocidental, nos mostram que a centralização de poderes e a formação dos Estados Nacionais Modernos foram processos históricos de longa duração. Este processo apresentava fatores de conflito, mas também de acordos sociais, e sua variabilidade dependia das condições concretas existentes em cada região da Europa.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos analisar o absolutismo e a sociedade de corte, isto é, os novos espaços e padrões de conduta política e social nos Estados absolutistas.

História Moderna I

Referências

Aula 1

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

GUILDAS. In: DICIONÁRIO temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva [19-].

MORE, Thomas. *A utopia*. Tradução e notas de Luís de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os pensadores).

MOVIMENTOS Heréticos. In: DICIONÁRIO temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002.

RENASCENÇA Italiana. In: DICIONÁRIO temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002.

RUNCIMAN, Steven. *A queda de Constantinopla*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Aula 2

BOSSY, John. *A cristandade no Ocidente: 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1985.

BURKE, Peter. *O renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1983.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. p. 105 (História geral das civilizações, t. 4, v.2).

STRAISER, Joseph. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, 1978.

Aula 3

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anti-clássico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. v. 2.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

MISKIMIM, Herry. *A economia do renascimento. 1300-1600*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

RUTHERFURD, Edward. *Londres*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SENNELART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BOCCACCIO, Giovanni. *O decamerão*. São Paulo: Abril, 1971.

Aula 4

BARRETO, Luis Filipe. *Descobrimientos e renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1983.

BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BRAUDEL, Fernando. *As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Cosmos, 1970.

CHANDEIGNE, Michel (Org.). *Lisboa Ultramarina - 1415-1480: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 118.

HESPAHHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

MISKIMIM, Herry. *A economia do renascimento, 1300-1600*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

SIMIELI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática. p 52.

Aula 5

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

CORVISIER, André. *História moderna*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1983.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da idade média*. Lisboa: Gradiva, 1982.

MOURRE, Michel. *Dictionnaire encyclopédique d'Histoire*. Paris: Larousse-Bordas, 1996.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

SWEEZY, Paul, M. (Org.) *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

Aula 6

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1970, p. 263.

FALCON, F.J.C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

KRIEDTE, Peter. *Camponeses, senhores e mercadores: a Europa e a economia mundial (1500–1800)*. Lisboa: Teorema, 1980.

MAURO, Frédéric. *Europa en el siglo XVI*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450–1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Aula 7

BRAUDEL, Fernand. *As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 119.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. 1400–1700*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JAY, Peter. *A riqueza do homem: uma história econômica*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KRIEDTE, Peter. *Camponeses, senhores e mercadores: a Europa e a economia mundial (1500–1800)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1980.

MAURO, Frédéric. *Europa en nel siglo XVI*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

MISKIMIN, Harry. *A economia do Renascimento Europeu (1300–1600)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 241-242.

Aula 8

- ANDERSON, Perry. *As linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *O rei-máquina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. v. 2.
- BURKE, Peter. *O renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- CORVISIER, André. *História moderna*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1983. p. 237
- MOUSNIER, Roland (Org.) *História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII, os progressos da civilização europeia*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. v. 9.

Aula 9

- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998.
- BOSCHI, Alfred. *O atlas proibido*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia. 1400–1700*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O mendigo e o professor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. *O mendigo e o professor: a saga da família Platter no século XV*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. v. 2.
- MAURO, Frédéric. *Europa en el siglo XVI*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.
- MCKEAN, James. *Quattrocento*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003
- MOUSNIER, Roland. *As hierarquias sociais*. Sintra: Publicações Europa América, 1974.

Aula 10

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARENDT, Hanna. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1997.

CHALITA, Gabriel. *O poder*. São Paulo: Saraiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora: PUC/Rio, 1996.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político – Portugal – século XVII*. Lisboa: Livraria Almedina, 1994.

MINOGUE, Kenneth. *Política*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

SENELART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ISBN 978-85-7648-635-0



9 788576 486350



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

